RMS RAR

Exclusivo: Íntegra da Acusação ao Aviador Powers
Declaração do Espião e Das Testemunhas
(3a. e 4a. páginas do segundo caderno)

NOVOS RUMOS

ANO II — Rio de Janeiro, semana de 19 a 25 de agôsto de 1960 — Nº 77

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr. — Diretor — Mário Alves — Gerente — Guttemberg Cavalcanti

DEPARTMENT OF STATE
LIBRARY DIVISION
SEP 6 - 1960
LIBRARY FILE COPY
PLEASE RETURN

E' PARA ISSO QUE ÊLE QUER USAR A TAL VASSOURA...

A OEA e Cuba

FAUSTO CUPERTINO

Iniciada a conferência interamericana de chanceleres em São José da Costa Rica, começam a ser confirmadas integralmente as denúncias apresentadas pelo Govêrno cubano de que os Estados Unidos pretendem se utilizar da reunião para forçar um cêrco e mesmo, se possível, uma agressão a Cuba. O pretexto para essa manobra reacionária é a suposta «intervenção extracontinental», isto é, soviética, nos assuntos do «hemisfério». Segundo a proposta feita pelo Peru, esta «intervenção» estaria pondo em perigo a chamada solidariedade continental. Em outras palavras, trata-se da tentativa de reviver a Doutrina Monroe, que dava aos Estados Unidos o papel de policial-mor e arrendatário da América Latina. Na verdade, a tão decantada solidariedade continental jamais existiu a não ser como um nome bonito para a realidade nua e crua da exploração dos países latino-americanos pelos Estados Unidos.

O tempo em que o imperialismo norte-americano podia considerar o imenso território «ao sul do Rio Grande» como seu quintal, entretanto, já foi definitivamente relegado ao passado. A tentativa dos Estados Unidos de fazer com que a OEA, e inclusive Cuba, condene e repudie a «intervenção» soviética é apenas um esfôrço desesperado de voltar ao tempo em que os países latino-americanos estavam inteiramente desamparados e tinham que desistir de seus interêsses nacionais em benefício dos monopólios imperialistas. A União Soviética e os demais países socialistas não possuem direitos adquiridos da América Latina, nem os desejam possuir. Seu apoio à revolução cubana reside exclusivamente no fato de que nos países socialistas o poder é exercido pela classe operária, amiga de todos os povos da Terra.

Os planos imperialistas de golpear a revolução cubana na conferência de São José, entretanto, não tiveram a acolhida que o Departamento de Estado procurou criar por meio do subôrno e da intimidação. As denúncias cubanas, juntamente com o firme apoio de todos os povos latino-americanos ao Govêrno revolucionário de Fidel Castro, cortaram o caminho às provocações norte-americanas. As delegações do México, da Venezuela e do Equador manifestaram sua disposição de resistir a qualquer medida contrária ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos do povo cubano. A mesma posição foi defendida pelo chanceler colombiano, Turbay Ayala, que acentuou: «Nós, os colombianos, respeitamos o direito de Cuba realizar, dentro de sua jurisdição, as reformas necessárias para superar e elevar o nível de vida de seu povo». O próprio chanceler do Peru, país que, a «pedido» dos Estados Unidos, tomou a iniciativa de propor a discussão do «problema» cubano, foi obrigado a reconhecer que o Govêrno cubano tem o inteiro apoio do seu povo e, portanto, é inconcebível intervenção na ilha.

Diante dessas circunstâncias, torna-se claro que é inaceitável a posição de dubiedade e conivência com o Departamento de Estado, assumida até o momento pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, que antes de ir a Costa Rica passou por Washington em busca de «orientação». Tanto mais que o povo brasileiro já tornou manifesta sua solidariedade à causa cubana pelo pronunciamento unânime dos mais variados círculos representativos da opinião pública democrática, como o III Congresso Sindical Nacional, o XXIII Congresso Nacional dos Estudantes e numerosas assembléias estaduais e municipais de todo o país. O povo brasileiro compreende perfeitamente que a revolução cubana não representa qualquer perigo para o Brasil, como para qualquer outro país. Pelo contrário, Cuba está em luta contra os mesmos grupos que, dos Estados Unidos, dirigem a exploração econômica e a opressão política no Brasil. O Govêrno brasileiro só tem um caminho a seguir, se quiser defender nossos interêsses nacionais e representar os sentimentos de nosso povo: colocar-se inequivocamente ao lado de Cuba.

Contra as Manobras Divisionistas no III Congresso

VITORIOSA A UNIDADE DOS TRABALHADORES

A SESSÃO solene de encerramento do III Congresso Sindical Nacional, realizada na noite do dia 14 último, no Teatro João Caetano, sob a presidência do ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, constituiu o coroamento vitorioso de uma longa jornada de luta dos trabalhadores brasileiros em defesa das suas reivindicações mais específicas, e da emancipação econômica, política e social do País. Os planos prèviamente articulados para desvirtuar o sentido do conclave e provocar a cisão entre os trabalhadores foram rechaçados com energia e serenidade pelos 2.500 delegados que se mantiveram coesos, sob a liderança dos seus autênticos dirigentes. A unidade prevaleceu no III Congresso Sindical. E prevaleceu não de maneira artificial, mas em conseqüência do espírito dominante na atual fase do sindicalismo brasileiro, onde os trabalhadores têm alcançado grandes vitórias, graças às lutas unitárias que têm desenvolvido, em tôrno de objetivos comuns. O fato de alguns dirigentes da CNTI, CNTC e CNTTT haverem se retirado sòzinhos do conclave atesta inequivocamente o elevado nível que atingiu o movimento sindical brasileiro. Reportagem na 2ª página do primeiro caderno e na sexta do segundo.

Deputado acusa: frigoríficos no banco dos réus

O RESPONSÁVEL fundamental pelo problema do abastecimento de carne no Brasil é o monopólio criado pelas emprêsas estrangeiras que controlam desde a criação do boi até a venda de carne à população e à exportação: esta é uma das conclusões a que chegou o deputado Jacob Frantz num trabalho recentemente divulgado. O vice-presidente da Comissão de Economia fêz uma verdadeira ata de acusação ao truste estrangeiro organizado pela Anglo, Armour, Swift e Wilson para explorar o mercado brasileiro, auferindo lucros volumosos graças à espoliação dos criadores e dos consumidores. Leia matéria na 2ª página do 2º caderno.

LIDERES SINDICAIS COM JANGO, NA ABI:

Trabalhadores Asseguram em Todo o País a Vitória de Lott-Jango

(Leia na pág. 3)

Legalidade para o PCB: comunistas reúnem-se

DESDE a publicação das «Teses para discussão» e do «Projeto de Estatutos do PCB» em NOVOS RUMOS, os comunistas de todo o país começaram a reunir-se para debater êsses documentos programáticos e orgânicos, com os quais será requerido o registro do seu Partido na Justiça Eleitoral. Êste debate se transformou nacionalmente numa grande campanha pela legalidade do PCB, que em vários Estados teve a participação pública e entusiástica de diversos setores não comunistas da opinião pública e de diversos partidos políticos. (Leia na pág. 1 do 2º caderno a reportagem completa sôbre o que tem sido a campanha, nos diversos Estados).

Guanabara pede devassa na Light

REVERSÃO do serviço de bondes e de todo o patrimônio dêsse serviço, caducidade da concessão do fornecimento de energia elétrica, pagamento de multas por violações dos contratos — essas são algumas das medidas pleiteadas pelo Estado da Guanabara, através dos seus advogados, em ação contestatória e de reconvenção a que deu entrada na justiça desta Capital. Como se sabe, a 31 de dezembro próximo encerra-se o prazo da concessão do serviço de bondes. Desde que deferidas as solicitações do Estado, a Light deverá ser investigada, a fim de que fiquem apuradas tôdas as irregularidades praticadas pelo truste. (Leia na página 4 do 1º caderno).

III Congresso

JOVER TELLES

A REALIZAÇÃO vitoriosa do III Congresso Sindical Nacional foi um acontecimento de enorme significação política.

SISTEMATIZANDO as resoluções tomadas nos diversos Congressos e Conferências Sindicais últimamente realizados, os trabalhadores elaboraram uma Declaração de Princípios, de profundo conteúdo antiimperialista e democrático.

OS CONGRESSISTAS elaboraram, também, uma política salarial que abrange a revisão imediata dos níveis do salário mínimo, o estabelecimento do salário profissional, para estimular a mão-de-obra qualificada, a adoção da Escala Móvel de Salários, e outras medidas objetivando a contenção dos preços e o combate à inflação, assim como a participação dos empregados nos lucros das emprêsas — conquista inserida na Carta Magna e até hoje olvidada.

OS TEMAS da liberdade e da autonomia sindical determinaram um debate criador. Os congressistas, visando libertar os sindicatos da subordinação ao govêrno e da interferência da burocracia ministerial, aprovaram um projeto de lei que institui a Comissão Nacional de Sindicalização, organismo paritário, eleito pelos trabalhadores e pelos patrões. A C. N. S. ficará com as atribuições hoje previstas para a Comissão de Enquadramento Sindical, a Comissão Técnica de Orientação Sindical e a Comissão do Imposto Sindical, organismos que, por sua vez, são considerados extintos. Foram aprovadas também resoluções objetivando a legalização das formas de organização sindical de tipo horizontal já existentes ou a serem criadas nos âmbitos municipal, estadual e nacional, assim como resoluções visando à democratização dos Conselhos das Federações e Confederações, a legalização dos Conselhos Sindicais de emprêsas, a conquista de direitos para dirigentes sindicais, a eleição direta dos vogais junto à Justiça do Trabalho, o apressamento da tramitação dos processos, etc.

O III Congresso definiu com acêrto a posição do movimento sindical brasileiro em face do movimento operário internacional. Os trabalhadores manifestaram-se pela revogação do artigo 565 da CLT e das leis que o modificaram, exigiram o direito de ter relações com o movimento operário de todos os países e a liberdade de participar e mesmo de escolher sua filiação às entidades sindicais internacionais, partindo sòmente dos interêsses e das deliberações democráticas dos próprios operários, e não em obediência a ordens emanadas da Presidência da República. Simultâneamente, tendo em conta a necessidade de fortalecer sua unidade interna e partindo de que nos sindicatos atuam simpatizantes das diversas organizações sindicais internacionais, os trabalhadores resolveram em princípio não manter filiação com nenhuma delas. Nesse sentido, recomendaram aos sindicatos, federações e confederações, que procedam ao reexame desta importante questão. Os trabalhadores resolveram ainda empenhar-se para que seja restabelecida, no mais breve prazo, a unidade internacional dos trabalhadores, sob a égide de uma única entidade, e sugeriram a realização, no curso de 1961, de uma assembléia de tôdas as entidades sindicais internacionais, com o objetivo de examinar os problemas dos trabalhadores de todos os países e de adotar um programa comum que possibilite fortalecer a solidariedade e a unidade de ação dos trabalhadores no plano mundial.

A criação da Comissão Permanente do IV Congresso e a eleição da Comissão Executiva Nacional constituem outra iniciativa que se reveste de grande importância para que seja assegurada a coordenação da ação dos trabalhadores sob uma única direção nacional.

ELEVADA expressão do espírito de solidariedade internacional do proletariado foi a participação, no Congresso, de representantes da Federação Sindical Mundial e do movimento sindical de 6 países da América Latina. Foram aprovadas diversas moções, destacando-se a Moção de Solidariedade à Revolução Cubana.

TÔDAS essas decisões foram unânimemente aprovadas e elas próprias estão impregnadas de um espírito unitário.

INFELIZMENTE, os srs. Deocleciano H. Cavalcante, Sindulfo Pequeno, Angelo Parmigiani e Ari Campista resolveram mais uma vez dar a nota dissonante. Abandonaram o III Congresso, com o objetivo evidente de liquidar com o mesmo e de criar as premissas para dividir o movimento operário, impedir sua unidade. A atitude dêsses senhores, sendo um prolongamento da posição adotada, por êles, no Manifesto das Confederações, no dia 1 de Maio, contraria as decisões de inúmeros congressos, conferências e convenções sindicais, últimamente realizados, contrariam, ainda, a Carta de Reivindicações da própria CNTI e o «Decálogo dos Trabalhadores», aprovados por êles. Revela que os mesmos enveredam pelo caminho da política exclusivista e discriminatória, de querer impor seus pontos de vista à classe

(CONCLUI NA 4ª PAG.)

VENCENDO PROVOCAÇÕES E DEFENDENDO SUA UNIDADE

Trabalhadores Conquistaram no III Congresso Uma Vitória Histórica

Reportagem de NILSON AZEVEDO

Só mesmo quem estava nos bastidores do Teatro João Caetano e assistiu ao arrebentar das emoções entre os líderes, depois de encerrado o III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores do Brasil, poderá avaliar em tôda a sua grandeza o que significou como demonstrações de fôrça da unidade do movimento sindical brasileiro aquêle histórico conclave, que resistiu a tôdas as provocações, mantendo unidos os seus 2.500 delegados, provenientes de todos os Estados, e até do longínquo Território do Amapá, enviados por 774 entidades sindicais.

As resoluções do III Congresso foram aprovadas por unanimidade sob o calor de delirantes aplausos da imensa massa humana que lotava completamente as dependências do Teatro João Caetano, na sessão de encerramento, presidida pelo ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, que representava também o vice-presidente da República, sr. João Goulart.

Quando tudo parecia terminado, quando os congressistas começaram a se retirar do recinto do conclave, e as autoridades já haviam deixado a mesa, foi que tiveram início cenas comoventes inspiradas no mais profundo sentimento de unidade do movimento operário brasileiro e de apoio à luta pela emancipação econômica e política do País. Dirigentes sindicais de várias correntes, que permaneceram fiéis aos sentimentos dos trabalhadores, abraçavam-se emocionados, congratulando-se com a espetacular vitória alcançada sôbre as manobras traiçoeiras dos presidentes da CNTI, CNTTT e CNTC, que tentaram cindir o conclave na véspera do seu encerramento, uma vez que não tinham conseguido impor os seus pontos de vista.

Os líderes sindicais Clodismidth Riani, vice-presidente da CNTI, Huberto Meneses, presidente da CONTEC, Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores, Nelson Mendonça, presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Walter Meneses, presidente da Federação Nacional dos Portuários, Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, o presidente da União dos Portuários do Brasil, os líderes dos Sindicatos Nacionais dos Aeronautas e dos Aeroviários, e outros que permaneceram na mesa do conclave, dando prosseguimento aos trabalhos, superando a crise artificial provocada pelos desertores, foram alvo de calorosas manifestações de solidariedade dos chefes de tôdas as delegações, e dos velhos e mais prestigiosos dirigentes sindicais de todo o País. Riani, que assumiu a representação da CNTI no conclave, destacando-se como um autêntico líder dos trabalhadores da indústria, recebeu a imediata solidariedade dos seus companheiros, entre as quais a do velho Érico Figueiredo, antigo dirigente da CNTI, e atual membro do seu Conselho Fiscal.

Presença das autoridades

O III Congresso precedido de congressos e convenções regionais em todo o país e que refletiu o pensamento dos trabalhadores de tôdas as categorias profissionais, foi instalado no dia 11 e encerrado no dia 14 do corrente. À sua sessão de encerramento compareceram inúmeras personalidades, entre as quais os srs. Batista Ramos, ministro do Trabalho, representando o vice-presidente da República; deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara Federal; Lutero Vargas, Salvador Losacco, Alyrio Salles Coelho, diretor do DNT, Elcy Araújo, Secretário do Trabalho do R.G. do Sul e representante do governador Brizola, e os delegados fraternais da Federação Sindical Mundial, da Federação Internacional dos Metalúrgicos e da Confederação Geral dos Trabalhadores Paraguaios no exílio. A sessão de encerramento, onde foram lidas e aprovadas resoluções do conclave, foi irradiada pelas estações Mayrink Veiga e Mundial, e retransmitidas para todo o Brasil através de uma rêde de mais de 90 emissoras.

Provocadores em retirada

Todo mundo sabia que o III Congresso representaria um poderoso passo à frente na luta pela unidade do movimento sindical brasileiro, empenhado na conquista da liberdade e autonomia sindicais, de melhores salários, condições de vida e trabalho e, sobretudo, na luta pela emancipação nacional. A consciência disso levou a que pequenos grupos de provocadores se articulassem para tumultuar os trabalhos do conclave, procurando, até mesmo, impedir a sua realização. O vespertino «O Globo» — o mesmo que pediu a intervenção de tropas federais em Cabo Frio, para arrancar a bandeira vermelha do soviete dos trabalhadores, bandeira que não era do soviete e nem dos trabalhadores, mas do Divino Espírito Santo — «O Globo», orientado pela embaixada norte-americana e pelo seu adido trabalhista, vinha comandando a reação contra o Congresso. Nessa mesma linha seguiram os desajustados do Movimento Orientador Sindical, do Movimento Renovador Sindical e da Federação dos Círculos Operários. Êsses grupos, destituídos de maior representação no movimento operário, foram estimulados por alguns espoletas e tentaram, desde a primeira sessão, tumultuar os trabalhos do Congresso. O pretexto era a discordância dos itens que tratavam da criação de uma organização intersindical de caráter nacional, e das relações internacionais do movimento sindical brasileiro. A verdade, entretanto, é que o seu objetivo era torpedear a realização do conclave. Frustrados em seus objetivos, bateram em retirada.

A unidade no Congresso

Pressionados pelo adido da embaixada americana e pelos representantes da ORIT e da CIOSL, entraram em cena, então, abertamente, os srs. Deocleciano de Hollanda Cavalcante, Sindulfo de Azevedo Pequeno, Ângelo Parmigiani e Ari Campista. Servindo-se da ação do espoleta José Veloso, que fêz um discurso insultuoso ao plenário, e que foi repelido com uma vaia maciça, êsses senhores abandonaram a mesa do Congresso, desertando do conclave que êles mesmos haviam convocado, com um temário prèviamente debatido por centenas de milhares de trabalhadores.

Duvidando do espírito de unidade que predominava no Congresso, aquêles dirigentes sindicais pensavam arrastar atrás de si, senão tôdas, pelo menos uma boa parte das delegações de congressistas. Ocorreu o contrário. A unidade se consolidou. Imediatamente, após a reabertura dos trabalhos, os chefes das 22 delegações estaduais e da delegação do Território do Amapá, começaram a desfilar na tribuna, falando em nome dos seus companheiros, condenando a atitude divisionista dos desertores, e manifestando o seu inquebrantável propósito de permanecer no conclave e de lutar pela aplicação vitoriosa das suas resoluções. O primeiro a falar foi o líder sindical paulista, Luís Menossi, chefe da delegação e presidente do Conselho Sindical do Estado. A êle seguiram-se os chefes de tôdas as outras delegações. A unidade prevaleceu.

Um apêlo à reconsideração

O ministro Batista Ramos, após fazer uma prestação de contas de sua atividade à frente da Pasta do Trabalho, salientou que sabia dos temas apaixonantes que empolgaram e chegaram a agitar o plenário e os congressistas nas comissões, mas que êsses conflitos de idéias têm raízes no próprio regime democrático, e que acontecimentos dessa ordem devem ser considerados como incidentes de rotina. O ministro afirmou textualmente: «Serenados os ânimos, haveis de convir na necessidade que temos de procurar sempre, através da discussão, o denominador comum que concilie as teses extremadas e, assim, as tornem exequíveis no campo democrático».

Mas o plenário do Congresso, muito antes do discurso do ministro do Trabalho, já havia aprovado uma declaração da qual salientamos o seguinte trecho: «Nosso Congresso decorreu num ambiente de incontestável unidade. Infelizmente, por mais uma vez os companheiros Deocleciano de Hollanda Cavalcante, Sindulfo de Azevedo Pequeno, Ângelo Parmigiani e Ari Campista, que participavam da direção de nosso III Congresso, conseguiram fazer-se acompanhar por alguns outros componentes da CNTI, CNTTT e CNTC, retirando-se do nosso meio, numa atitude antiunitária, contrapondo-se às decisões de todos os Congressos, Conferências e Convenções regionais, estaduais e nacionais, e negando tudo que antes havia sido dito na Carta Econômica da CNTI e no Decálogo dos Trabalhadores. Essa atitude, vivamente condenada pelo plenário, serviu para comprovar de forma magnífica o profundo sentimento unitário que domina os trabalhadores».

Mais adiante, após salientar que aquelas entidades não podem ser confundidas com a conduta de alguns dos seus atuais dirigentes, a declaração esclarece: «Se os companheiros Deocleciano Cavalcante, Sindulfo de Azevedo Pequeno e Ângelo Parmigiani querem merecer o honroso título de dirigentes sindicais, que reconsiderem o seu ato e modifiquem sua posição, retornando aos postos que abandonaram». A porta está aberta para as ovelhas desnorteadas. Elas só não voltarão se não quiserem.

A "Central Sindical"

A famigerada central sindical, que surgiu nas colunas de «O Globo» ameaçando céus e terras, não chegou a ser objeto de discussão dos congressistas, que na verdade não tinham tal pretensão. O que se discutiu e que foi aprovado por unanimidade foi a criação da Comissão Executiva do IV Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores. Essa Comissão, que se comporá dos 11 presidentes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais não Confederados, e de 11 suplentes, terá um Plenário Deliberativo, compôsto de três representantes de cada Estado, eleitos pelas organizações sindicais. Êsse plenário reunir-se-á de seis em seis meses. A função da Comissão e do seu Plenário Deliberativo é a de zelar pelo cumprimento das resoluções do III Congresso Sindical, convocar o III Conferência Sindical Nacional para novembro de 1961, e o IV Congresso para agôsto de 1962.

As relações internacionais

Outro ponto que agitou as colunas dos jornais reacionários, desesperou a embaixada americana, pôs em pânico os falsos líderes da ORIT e da CIOSL, e assanhou os seus agentes nativos, foi o ponto que cuidava das relações internacionais do movimento sindical brasileiro. Nesse ponto também os congressistas decidiram com serenidade, fazendo valer o pensamento dos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido ficou decidido o seguinte: a) que o movimento sindical brasileiro lute permanentemente para ampliar as ações comuns dos trabalhadores de todo o mundo, pugnando pela reunificação de todos os organismos sindicais internacionais em uma única entidade; b) que para atingir êsse objetivo se recomende às entidades sindicais do Brasil, filiadas a organismos internacionais, o reexame dessa filiação, através de uma ampla consulta aos seus filiados, tendo em vista a manutenção do sindicalismo brasileiro numa posição autônoma, isto é, desfiliado de qualquer órgão sindical internacional, mas mantendo com todos êles relações fraternais, participando de suas reuniões, congressos e conferências; c) solicitar que as delegações do Brasil nessas reuniões empreguem todos os meios para que se estabeleçam planos de ações comuns entre todos os organismos sindicais internacionais, como passos preliminares para a sua reunificação; d) que sejam revogadas tôdas as medidas restritivas, ainda existentes na legislação social e sindical, à livre filiação aos organismos sindicais internacionais; e) que se dirijam apelos a tôdas as entidades sindicais internacionais no sentido de que seja realizada, em princípios de 1961, uma Assembléia Consultiva Mundial das Entidades Sindicais Nacionais, onde se examinaria os problemas dos trabalhadores de todos os países e se adotariam recomendações e sugestões para a elaboração e execução de um programa comum para o proletariado internacional. A Assembléia Consultiva Mundial não teria nenhuma interferência nos movimentos sindicais nacionais, e as suas decisões seriam examinadas, posteriormente, em cada país.

Declaração de princípios

O III Congresso Sindical Nacional, dividido em 5 grandes comissões, examinou centenas de teses sôbre a situação econômica dos trabalhadores, custo de vida, reforma e melhoria da legislação social, situação dos trabalhadores do campo, problemas nacionais, etc., e tomou importantes resoluções sôbre tôdas elas, que serão posteriormente divulgadas por NOVOS RUMOS. O Congresso aprovou, no final dos seus trabalhos, a seguinte declaração de princípios:

«Os trabalhadores do Brasil, reunidos em seu III Congresso Sindical Nacional, após discutirem as questões mais candentes da situação econômica e política de nossa pátria, aprova a seguinte declaração, pela qual lutam e continuarão a lutar únidos a todo o povo brasileiro:

Muito trabalho e pouco tempo

O tempo era pouco para discutir tantos assuntos. Por isso é que os congressistas começavam bem cêdo as sessões plenárias gerais, que se realizavam no Teatro João Caetano. Na foto, aspecto de uma sessão matutina

1) defendemos intransigentemente as liberdades expressas em nossa Constituição, sem admitir retrocessos no desenvolvimento da democracia brasileira porque, por experiência própria, sabemos que os trabalhadores e suas organizações sindicais são os primeiros a serem atingidos pelas medidas antidemocráticas; 2) em defesa da liberdade nos pleitos eleitorais somos pela revogação do artigo 58 da Lei Eleitoral, que fere frontalmente o têxto constitucional e os sagrados interêsses do nosso povo. Reclamamos o amplo direito de greve e a revogação do decreto 9.070; 3) somos pela unidade de todo o povo brasileiro na luta contra os trustes internacionais, pelo progresso do Brasil, pelo bem-estar do povo, contra qualquer discriminação política, religiosa, ideológica ou filosófica. Lutamos pelo desenvolvimento independente da economia nacional e somos pelo monopólio estatal do petróleo, pela extensão do monopólio à sua importação e à distribuição dos seus derivados; pela nacionalização das emprêsas estrangeiras de energia elétrica e pela constituição da Eletrobrás; pela industrialização de nossos minerais radioativos, da produção da borracha sintética, e da compra e da venda do trigo; somos pela nacionalização dos frigoríficos estrangeiros, dos bancos de depósito e contra o retôrno indisciplinado de lucros do capital estrangeiro.

Lutamos por uma política nacionalista e independente, de defesa dos interêsses nacionais e pugnamos pelo estabelecimnto e ampliação das relações comerciais, diplomáticas e culturais com todos os países, independentemente do regime vigente dos mesmos, e levando em conta sòmente o benefício mútuo, principalmente os interêsses do Brasil. Somos também contrários à alienação de qualquer parte do território nacional, pelo reforçamento da solidariedade entre os povos e os trabalhadores da América Latina, na luta contra os monopólios dos Estados Unidos, e pela defesa da soberania nacional de cada país; contrários à intervenção econômica ou militar contra o glorioso povo cubano, com cuja luta nos solidarizamos; favoráveis à luta e à unidade de todos os povos do mundo pela paz e pelo desarmamento universal.

Reclamamos e lutaremos pela reforma do atual sistema sindical de acôrdo com o espírito do art. 159 da Constituição, pela completa existência da liberdade e autonomia sindicais, contra qualquer interferência governamental no movimento sindical e pela aprovação do sagrado direito de greve. Somos pela completa liberdade para a manutenção de relações com as entidades sindicais internacionais, cuja decisão deve ser um direito exclusivo dos trabalhadores e não do Govêrno ou do Parlamento Nacional. Quanto à filiação, somos pela autonomia em relação às organizações internacionais e favoráveis à luta pelo rápido restabelecimento da unidade internacional dos trabalhadores.

Reforma agrária

Manifestamo-nos também pela modificação da atual estrutura econômica e social existente no campo brasileiro e lutamos por: uma reforma agrária que liquide os latifúndios e dê terra aos que trabalham; pela extensão dos direitos consignados na CLT aos trabalhadores do campo, pela defesa da pecuária nacional e dos consumidores do mercado da carne, e somos contra a carestia da vida e contra os sonegadores dos alimentos necessários à alimentação do povo; somos pelo rápido reconhecimento das associações dos assalariados agrícolas e dos camponeses; lutaremos contra o projeto de diretrizes e bases e pela defesa e ampliação da Escola Pública».

O Paraguai falou

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Paraguaios no exílio foi um dos delegados fraternais estrangeiros que participaram do III Congresso Sindical Nacional, saudando os brasileiros

Paulistas no Congresso

Numeroso grupo de tecelões paulistas veio de São Paulo, num ônibus especial, para assistir ao encerramento do III Congresso Sindical. O presidente da Federação dos Têxteis, o líder Artur Avaloni, falou em nome da bancada paulista, na sessão final, hipotecando sua solidariedade ao conclave da unidade, e conclamando todos à luta pela aplicação das suas resoluções

Panorama

Guanabara: Entra em Cena o «Rôlo Compressor» de Sérgio

Muitos boatos e rumores foram postos em circulação, nos últimos dias, fazendo esperar uma próxima e decisiva mudança do panorama eleitoral da Guanabara, em favor do deputado Sérgio Magalhães. As renúncias espetaculares do Marechal Mendes de Morais e, mesmo, do deputado Tenório Cavalcanti, estariam por uma questão de dias. Também o Presidente Kubitschek, e as fôrças situacionistas que esperam a sua palavra-de-ordem, estariam saindo da posição ambígua em que se mantiveram até agora, para apoiarem com decisão a composição das fôrças populares e nacionalistas em tôrno da candidatura do atual vice-presidente da Câmara Federal. Assim, estaria sendo assegurada a ampla e esmagadora união de fôrças capaz de impor à candidatura antinacional e reacionária de Lacerda uma derrota proporcional à ira que ela desperta na imensa maioria de nosso povo.

Tudo isso, entretanto, não passa até agora de boatos. No terreno dos fatos, o que se vê é a insistência de cúpulas partidárias, particularmente do PSD, em provocar a divisão das fôrças populares e nacionalistas, e assim dar possibilidades de vitória ao Côrvo do 24 de agôsto. E, na base desta divisão, o que se vê é a persistência do regime de «ordens trocadas» instaurado pelo Sr. Kubitschek para frazer a confusão na Guanabara, sob a inspiração dos grupos de apaniguados de sua política «desenvolvimentista» de privilégios e de conciliação com o imperialismo. Êsses grupos ainda não perderam a esperança de evitar, de uma forma ou de outra, a vitória da candidatura nacionalista e patriótica do marechal Lott, na qual vêem, e com razão, uma ameaça à sua própria existência como «pequena côrte» de príncipes do desenvolvimento, e por isso insistem na divisão dos lottistas na Guanabara.

O fato visível é que a candidatura Mendes continua de pé. Não exatamente de pé, mas agarrada aos postes da Light, para não cair, pois nem sequer os que a alimentam enxergam nela qualquer consistência, ou receptividade popular. Ela continua entretanto a exercer o papel para o qual foi lançada e vem sendo sustentada pelo Sr. Augusto do Amaral Peixoto, por instrução direta do Sr. Kubitschek: retirar da candidatura Sérgio a clientela e a máquina eleitoral pessedista e oficialista, que não basta para realmente concorrer às eleições, mas é suficiente para provocar uma atmosfera de divisão entre as fôrças nacionalistas e populares.

Com o mesmo espírito e da mesma forma vem sendo mantida a candidatura Tenório. Esta, contudo, está destinada a exercer a sua ação divisionista num outro campo: os setores mais ingênuos e menos conscientes da população trabalhadora das favelas e dos subúrbios, cuja educação política já é suficiente para que identifiquem em Lacerda o inimigo jurado dos trabalhadores e o agente da Esso e da Light, mas ainda não basta para alertá-los contra a demagogia de supostos cangaceiros e pistoleiros, que se arvoram em inimigos da polícia e dos poderosos, mas que na realidade têm nos conlúios com a polícia e com os poderosos a explicação da imensa fortuna que acumularam. E' junto a êstes setores populares, que de forma alguma votariam em Lacerda, mas que não conhecem a ação nacionalista e honrada do deputado Sérgio Magalhães, que Tenório desempenha o seu papel divisionista, embora também êle saiba que não tem qualquer possibilidade de eleger-se.

Êstes são os fatos. Enquanto Lacerda gasta à larga o dinheiro do CONCLAP (leia-se, da ESSO e da Light) para derramar a sua demagogia pela televisão e ocupar as ruas cariocas com faixas e cartazes, Mendes e Tenório continuam agindo como seus ajudantes-de-ordem, sob a sorridente complacência do Sr. Kubitschek e dos que o cercam.

Mas existe um outro fato, que surge com evidência cada dia maior, e que pode efetivamente acarretar a mudança dêsse quadro. E' o indiscutível crescimento da candidatura Sérgio na preferência do eleitorado carioca. A adesão maciça dos sindicatos de trabalhadores ao candidato nacionalista, o grande êxito dos comícios de Sérgio nos bairros operários e, mesmo, em redutos lanternistas — como o de Copacabana, quarta-feira passada — têm demonstrado que, apesar da sabotagem das cúpulas e da falta de recursos para a propaganda, o povo carioca vai aos poucos aprendendo a identificar o candidato que realmente atende aos seus interêsses mais profundos e legítimos. Isso é o que está sendo reconhecido inclusive por jornais como «Última Hora» e «Jornal do Brasil», que de forma alguma se associam à candidatura Sérgio, e que têm publicado «prévias» e «enquetes» eleitorais mostrando o ascenso vertical do candidato nacionalista na escolha popular. E' conhecida a precariedade e, muitas vêzes, a desonestidade de tais «pesquisas de opinião», quase sempre feitas «de encomenda»; mas o fato deve ser registrado, como uma prova a mais da tendência para a alta, visível para todos, que empolga a candidatura Sérgio.

Êste fato novo demonstra que a união que as cúpulas não fizeram está sendo na base. E é o contínuo reforçamento dessa união das massas populares e nacionalistas em tôrno da candidatura Sérgio que tornará insustentável e desmoralizante a posição dos fomentadores da divisão, e os obrigará, senão a marchar com o povo, e por isso com Sérgio, pelo menos a recuar para suas tocas de politiqueiros frustrados e superados pela legalidade.

APESAR DA SABOTAGEM E DA OMISSÃO DAS CÚPULAS:

Trabalhadores Asseguram em Todo o País a Vitória de Lott e Jango

Os que ainda duvidassem da unidade mantida pelo III Congresso Sindical Nacional, apesar da tentativa de divisão promovida sob a direção direta dos enviados da ORIT, perderam a dúvida no encontro entre os delegados ao Congresso e o vice-presidente João Goulart, realizado na noite de segunda-feira, na ABI. Mais de mil delegados dos sindicatos de todo o país compareceram ao encontro, que visava promover o debate entre o vice-presidente e os dirigentes sindicais, sôbre os problemas e as perspectivas das candidaturas nacionalistas nos diversos Estados.

O ato da ABI foi, assim, não só uma demonstração do apoio dos trabalhadores aos candidatos nacionalistas, mas também uma prova da vitória da unidade operária, contra a reação do peleguismo entreguista. Desde as 19 horas, filas enormes de delegados, à espera de lugar nos elevadores, contornavam o prédio da ABI. Os dois andares do anfiteatro ficaram completamente lotados, por uma platéia entusiasta e alegre. Para a mesa, presidida pelo Presidente da Federação Nacional dos Gráficos, Figueiredo Alvares, e secretariada pelo líder sindical Roberto Morena, foram convidadas diversas personalidades — entre as quais o senador Lima Teixeira, o deputado Lycio Hauer, o deputado José Talarico, o sr. Roland Corbisier e diversos dirigentes do III Congresso — além do sr. João Goulart e do candidato nacionalista à governança da Guanabara Sérgio Magalhães, que foram alvo de uma grande ovação ao chegarem à sala.

Cada delegação estadual ao III Congresso Sindical escolheu um representante, para expor aos demais delegados, e ao vice-presidente da República, na linguagem franca dos operários, o panorama das candidaturas nacionalistas em seu Estado. Na foto, o sr. João Goulart, ladeado pelos líderes sindicais Érico Figueiredo e Roberto Morena, na mesa que presidiu o ato da ABI.

Diálogo franco

As delegações de cada Estado escolheram um orador, para expor em seu nome aos presentes e ao sr. João Goulart a situação da campanha Lott-Jango em sua esfera estadual. Assim, desfilaram pela tribuna os porta-vozes dos trabalhadores de todos os Estados, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Falando a linguagem rude e franca dos operários, os oradores não pouparam palavras, quando se tratava de criticar a omissão ou, mesmo, a sabotagem de cúpulas estaduais do PTB e do PSD à campanha nacionalista. Mas a impressão quase unânime, externada por êles, foi a de que os candidatos nacionalistas marcham para uma estupenda vitória, em 3 de outubro.

Conversa franca mas otimista

Um episódio curioso, marcando a franqueza com que os trabalhadores mantiveram o sêu diálogo com o Presidente nacional do PTB, ocorreu durante a exposição do representante do Maranhão. Êste, o estivador José Ribamar Alves, eleito pelo pôrto de São Luis para a Assembléia Legislativa de seu Estado, denunciou ao sr. João Goulart a passividade do PTB maranhense na campanha eleitoral, e responsabilizou por isso o delegado regional do trabalho, a quem foi entregue a direção estadual dêste partido, apesar de tratar-se de um inimigo dos trabalhadores. O sr. João Goulart explicou então que a atual direção do PTB maranhense fôra nomeada porque a anterior havia bandeado para o campo janista, e perguntou a José Ribamar se, de fato, o deputado Abbud, que chefiava a direção deposta, não se tinha revelado um traidor. Despertando a hilaridade e o aplauso de tôda a platéia, o líder dos portuários de São Luis respondeu prontamente:

— Bom, eu não sei se êle traiu, porque êle sempre foi um testa-de-ferro do truste americano. O que sei é que não ganhamos na troca...

Outras denúncias, foram feitas, e igualmente vigorosas, sôbre a omissão da cúpula petebista na campanha eleitoral. O representante do Rio Grande do Norte, também, Floriano Figueiredo Araújo, deputado estadual, revelou que a campanha nacionalista em seu Estado está sendo feita com os recursos dos próprios trabalhadores, pois as cúpulas partidárias ainda não entraram na luta. E explicou porque isso acontece:

«As camarilhas de negocistas não gostam do marechal Lott, porque êle é um homem honrado e um patriota, que não vai permitir negociatas em seu govêrno» disse.

O mesmo panorama foi descrito pelo delegado baiano, Manuel José de Araújo, que assegurou entretanto apesar da má vontade das cúpulas, uma esmagadora vitória da chapa Lott-Jango na Bahia, «porque o povo baiano já decidiu que quer ver no govêrno uma política dos Estados Unidos do Brasil, e não uma política do Brasil dos Estados Unidos».

O representante de Minas Gerais, Luis Silvino Rodrigues, estendeu a denúncia de sabotagem a Lott ao Presidente Kubitschek. Sob a aprovação e o aplauso dos presentes, o líder sindical mineiro disse que o sr. Kubitschek não está apoiando Lott e, pelo contrário, «está fazendo o jôgo da vassoura», pois opõe dificuldades à satisfação das reivindicações dos nacionalistas e, especialmente, dos trabalhadores, resistindo à melhoria dos níveis do salário mínimo, ameaçando vetar dispositivos básicos da Lei da Previdência, que já foi desfigurada pela maioria governamental do Congresso, e tomando oütras atitudes impopulares. Isso, prosseguiu Luis Silvino, dá terreno fértil à demagogia janista, pois «a demagogia pega quando o trabalhador está de barriga vazia». Contudo, o líder mineiro também concluiu prevendo uma espetacular vitória de Lott e Jango em Minas, graças ao empenho dos nacionalistas, que têm no candidato Tancredo Neves, ao govêrno estadual, um grande combatente de sua causa.

Resumindo, de certa forma, o sentimento dominante nas delegações de trabalhadores, o líder têxtil carioca, Hércules Correia, que falou em nome da Guanabara, afirmou que os trabalhadores estão atentos às manobras dos setores de cúpula que ainda resistem à candidatura do marechal Lott, mas estão certos de que essas manobras fracassarão uma a uma, e os candidatos nacionalistas serão finalmente consagrados nas urnas pela esmagadora maioria de nosso povo. E, como essa vitória representará um grande passo à frente na luta dos trabalhadores brasileiros pela construção de seu futuro, lembrou êle a frase pronunciada por um delegado ao III Congresso como resposta à debandada dos pelegos entreguistas — dirigindo-se aos que manobram contra os candidatos nacionalistas:

«Sai da frente, que a classe operária vai passar!»

Jango: legalidade para os comunistas

O encontro de Jango com os delegados sindicais alcançou entretanto os seus momentos de maior entusiasmo durante a intervenção do vice-presidente da República. O sr. João Goulart fêz incisivas e reiteradas declarações de apoio e solidariedade aos delegados e dirigentes sindicais que mantiveram a unidade do III Congresso e não cederam à provocação dos agentes da ORIT e do Ponto IV. Apoiou as reivindicações expostas pelos trabalhadores, no sentido da intensificação da campanha nacionalista e da satisfação às reivindicações urgentes da classe operária, e manifestou-se em favor da legalidade para o Partido Comunista do Brasil.

A manifestação do vice-presidente pela legalidade do PCB ocorreu em conseqüência de uma interpelação de um delegado, da platéia, que se levantara para expor a sua opinião a favor dessa reivindicação dos comunistas e pediu o apoio do candidato nacionalista. O sr. João Goulart respondeu prontamente, declarando-se a favor da medida, e esclarecendo:

«Pessoalmente, estou inteiramente a vontade para responder à pergunta, uma vez que meu Partido tem posição firmada a respeito dêsse assunto. Sempre defendi e defendo o direito de todos manifestarem as suas opiniões e lutarem por elas. Numa verdadeira democracia, se não estamos de acôrdo com as idéias de alguém, devemos combater essas idéias com outras idéias, e não com a polícia».

Sérgio: uma candidatura nova

O deputado Sérgio Magalhães também foi longa e vivamente aplaudido pelos delegados sindicais, em seu discurso. Discorreu sôbre o caráter novo de sua candidatura, no Estado da Guanabara, sobretudo porque, disse, reconhece que ela só foi possível como resultado do ascenço do movimento operário, e só subsiste, e só vencerá em 3 de outubro graças à elevação do nível político e ao grande crescimento da combatividade da classe operária no país e, particularmente no Rio de Janeiro. E concluiu, sob aplausos da platéia: «Espero estar com vocês, pròximamente, mas para prestar contas de meu govêrno e submeter-se às suas perguntas, como Governador dos trabalhadores na Guanabara!»

JÂNIO (NO CONCLAP) MOSTRA O QUE É:

Boneco Dos Trustes Protetor do Latifúndio

«Sou um homem da livre emprêsa!» proclamou o Sr. Jânio Quadros, alto e bom som, em seu encontro público com os homens do CONCLAP, quinta-feira última. Mas êle nem precisava ter dito isso. O ambiente de euforia e entusiasmo com que o receberam os negocistas, testas-de-ferro de trustes ianques, agentes do Ponto IV, especuladores da rua do Acre e todo o bando reacionário e entreguista de «campeões da livre emprêsa» que inventou e sustenta o CONCLAP, já foi mais do que bastante para caracterizá-lo como o «nosso homem» dos grupos de negócios e dos caçadores de lucros, da mesma forma como os diplomatas do Departamento de Estado ianque e da Standard Oil — segundo a famosa edição da «Hanson's Letter» — já o chamam familiarmente de «our boy in Brazil».

O anfiteatro da Associação dos Empregados do Comércio, local de feliz encontro, estava completamente lotado, e dezenas de pessoas — muitas senhoras ricamente vestidas e cobertas de jóias, e gordos e fartos tubarões — tiveram de ficar de pé, nas sacadas do prédio e entre as fileiras de poltronas. A entrada de Jânio foi uma explosão de delírio; todos aplaudiram ruidosamente, dando vivas e urras ao amigo de Rockefeller. Lacerda, que chegou logo depois, recebeu outra consagração. E aí se fêz o alegre e festivo encontro em família, no qual as promessas do candidato, de fazer no govêrno a política privativista e entreguista do CONCLAP, foram feitas quase «pró-forma»: êle não precisava convencer ninguém disso, pois todos ali já estavam convencidos.

Jânio, entretanto, como se temesse que alguém ainda pudesse tomá-lo por um candidato popular e nacionalista — e êle chegou mesmo a advertir os presentes, textualmente, de que é inútil procurar êle «as barbas de Fidel Castro» — fêz tôdas as declarações necessárias para identificar-se pública e oficialmente com os reacionários e entreguistas do CONCLAP. Condenou tôda e qualquer forma de contrôle e repressão, por parte do Estado, da especulação com a fome do povo exercida pelos grupos e monopólios que dominam o mercado do abastecimento. «O contrôle de preços só deve ser exercido em momentos de exceção, como durante uma guerra», afirmou. Quando não há guerra, quer dizer, por regra, êle promete punir «os que desrespeitam a lei da oferta e da procura», ou seja, o livre roubo da população indefesa pelos sindicatos de tubarões.

Na questão da reforma agrária, Jânio quis tranquilizar a assistência, e aí fêz a sua referência a Fidel com o qual, insistiu, nada tem a ver. Sua «reforma agrária» não pode amedrontar ninguém, «é a mais elástica, plástica possível». Enfim, não é reforma alguma. «Os donos dos latifúndios não devem sofrer desapropriações», afirmou, e não hesitou sequer em sair em defesa dos latifundiários: «Isto porque, muitas vêzes, o latifundiário não explora devidamente suas terras por não ter condições para isso. Antes de mais nada o govêrno deve dar-lhes tais condições». Portanto, além de ser contra a reforma agrária esperada pelo povo, que exige a liquidação do latifúndio, Jânio ainda tem o desplante de prometer que abrirá os cofres públicos para os latifundiários.

Jânio fêz uma série de outras declarações destinadas a patentear a sua afinidade com os agentes do Ponto IV, que dirigem o CONCLAP. Disse, por exemplo, que a culpa pela inflação cabe ao govêrno, que emite papel-moeda, o que é precisamente a tese difundida pelo imperialismo e pelo latifúndio cafeeiro, para mascarar as verdadeiras causas da inflação: a espoliação imperialista e as subvenções maciças aos produtores e comerciantes de café. De resto, Jânio não teve uma só palavra, ou leve referência, para a questão das remessas de lucros do capital estrangeiro no país.

Tôdas essas posições de amigo de Rockefeller, no entanto, já eram conhecidas. Não há hoje um só brasileiro honesto que ainda tenha ilusões sôbre o seu caráter de boneco dos trustes. Há entretanto um aspecto novo, e da maior gravidade, no projeto entreguista de Jânio, revelado na festa do CONCLAP: a ameaça, velada, mas clara e direta, que fêz de entregar as emprêsas estatais e, em particular, a Petrobrás, aos grupos e monopólios particulares.

«O Estado deve retirar-se dos empreendimentos feitos sempre que a iniciativa privada possa assumi-los», disse Jânio, textualmente, e ainda acrescentou, como prova de que falava a sério, o exemplo da VASP, em São Paulo, que era uma emprêsa do Estado e foi entregue por êle de mão beijada a um grupo de apadrinhados de seu govêrno. É evidente o longo alcance dessa declaração de Jânio. Ela significa que, se por uma desgraça êste boneco da Light e da Esso chegasse ao poder, Volta Redonda, Petrobrás, Três Marias e todos os grandes empreendimentos estatais seriam entregues por êle de presente àqueles trustes que lançaram e financiam a sua candidatura.

O mútuo cortejamento presenciado na Associação dos Empregados do Comércio — entre Jânio e os seus sócios do CONCLAP, que financiam os seus programas de televisão e os de Lacerda, com os dólares da Light e do Ponto IV — não mostrou apenas a perfeita identidade entre o candidato da vassoura com as palavras-de-ordem do imperialismo norte-americano e dos grupos reacionários e entreguistas brasileiros. Êle serviu também para estabelecer um gritante contraste com o Marechal Lott, que respondeu ao questionário dos «conclapistas», naquele mesmo local, dias atrás.

Enquanto Jânio, com Lacerda na algibeira, foi recebido por uma platéia entusiasta, com tôda a fina flôr do entreguismo e da reação reunida para aplaudi-lo, o marechal Lott foi recebido ali por um reduzido grupo, que deixou vazias filas inteiras de poltronas, e se manteve frio e distante durante tôda a entrevista. Para Lott, houve até dificuldade para encontrar quem ficasse à mesa; para Jânio, a mesa apareceu tôda enfeitada com flôres, e quase houve briga entre os bonzos entreguistas pela distribuição dos lugares nela.

O contraste, entretanto, foi mais expressivo na atitude dos dois candidatos. Enquanto Lott foi duro e franco, não fazendo qualquer concessão em suas idéias nacionalistas e democráticas, e desagradando abertamente aos perguntadores, Jânio revelou a sua perfeita identidade com êstes últimos, e dobrou inteiramente a espinha aos tubarões da rua do Acre e da Esso, prometendo-lhes tudo o que desejavam.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

O proletariado brasileiro mandou ao Rio mais de dois mil delegados de suas organizações. Êsses delegados compuseram o III Congresso Sindical Nacional. Viram, êsses trabalhadores procedentes dos quatro cantos do Brasil, o que na verdade se passou em seu conclave. E estão lendo as versões da chamada «imprensa sadia», que descrevem cenas de uma suposta cisão do movimento operário. E' ótimo, quando se pode confrontar verdades conhecidas com as versões de certos jornais.

* * *

Naturalmente, no festival de deturpações dos fatos ocorridos no João Caetano, «O Globo» haveria de levar a palma. Não é o vespertino dos irmãos Marinho o mais categorizado porta-voz da Embaixada Americana? Sendo um jornal rigorosamente «ocidental e cristão», não está «O Globo» cem por cento afinado com a pequena orquestra de elementos que nas fileiras do proletariado procuram manobrar com os sentimentos religiosos de tantos trabalhadores para torpedear a unidade do movimento sindical? Êstes, para empregarmos uma expressão adequada, são os fariseus modernos.

* * *

Lemos no «O Globo» que foram «fraudadas as esperanças dos trabalhadores democráticos no III Congresso Sindical». Enquanto no «Diário de Notícias», através do parecer de pontífices do peleguismo, afirma-se que «os comunistas tomaram de assalto o conclave e criaram sua central sindical».

Os delegados ao Congresso precisam recortar cuidadosamente essas notícias. Precisam exibi-las em todos os sindicatos, em todos os locais de trabalho, confrontando essas obras-primas da arte de desinformar e caluniar com a verdade dos fatos, que êles próprios testemunharam, em discussões e deliberações das quais êles mesmos participaram.

* * *

Mas não esqueçamos a viagem de JK a Portugal. Sôbre êsse acontecimento escreve Pedro Gomes, no «Diário Carioca»: «O Presidente pode jactar-se de ter recebido uma ovação internacional de grandes proporções», quando assistiu à tourada de Campo Pequeno.

* * *

Que ninguém faça confusões. Na praça de Campo Pequeno exibem-se bons touros portuguêses de Vila Franca de Xira e belos animais da Andaluzia, mas a ovação internacional partiu dos marinheiros estrangeiros que assistiam à tourada. Os aplausos dêsses marinheiros é que constituiram a ovação internacional, levando o continuísmo ao ambiente das arenas, de onde JK regressou a Brasília com o pergaminho de toureiro ou gladiador «honoris causa», aclamado pela marinhagem sedenta de emoções fortes.

ACÔRDOS DE LISBOA

Transformado o Brasil em Agente Policial da Ditadura de Salazar

A opinião democrática do país foi acintosamente afrontada pelas manifestações de fé salazarista do sr. Kubitschek em Lisboa. Não se contentando em levar ao govêrno fascista de Salazar o balão de oxigênio que a sua simples presença em Lisboa representava, pela autoridade e o prestígio de seu cargo, o Presidente da República tudo fêz para comprometer o seu nome e o de seu govêrno com a sorte do fascismo em Portugal. Fêz questão de elogiar pùblicamente o ditador Salazar, a quem descreveu como «sábio», «inspirado», «amante do povo português» e outras mentiras semelhantes, e chegou ao cúmulo de afirmar que devia o êxito de seu govêrno em grande parte «aos sábios conselhos» que receber» do ditador.

Pior ainda, o sr. Kubitschek comprometeu o seu nome e o de nosso país com a política colonialista de Salazar. Reconheceu pùblicamente ao fascismo português o direito de explorar os povos das suas colônias africanas, às quais o Presidente da República do Brasil referiu-se como «províncias ultramarinas» de Portugal, usando o jargão oficial com que os colonialistas portuguêses procuram fazer retroceder a roda da história. E essa solidariedade do govêrno brasileiro para com o fascismo salazarista, contra a luta de libertação nacional dos povos africanos, não ficou apenas nas palavras sôltas do Presidente: ela foi registrada na declaração formal e oficial dos dois govêrnos, firmada ao fim do festival fascista de Lisboa; nela se afirma haver perfeita «identidade de vistas» entre os dois governos no que toca à situação internacional e à política externa

O tratado fascista

Não bastou, entretanto, ao sr. Kubitschek, associar o seu nome e atar, o seu govêrno a uma ditadura odiada pelo povo português há mais de trinta anos, e que é um opróbio para tôda a humanidade. Quis ainda que sua desastrada visita a Lisboa ficasse marcada como a abertura das portas de nosso país aos tentáculos do polvo salazarista. O conjunto de tratados firmados pelo seu govêrno em Lisboa não tem outro sentido: permitirá a Salazar e seus esbirros estender ao território brasileiro a repressão policial aos democratas e revolucionários portuguêses que aqui se refugiam. Mais do que isso, os tratados transformam o govêrno brasileiro em mero agente policial do salazarismo, pois, na prática, o sr. Kubitschek se comprometeu a mandar caçar, prender e, no mínimo, processar — quando não entregar à «PIDE» de Salazar — todo e qualquer democrata português que se tenha refugiado em nosso país e cuja extradição seja pedida pelo govêrno de Portugal.

As disposições do Tratado relativo à extradição são claras. Depois de estabelecer, em seu Art. 1º, que os dois países se comprometem a entregar um ao outro os indivíduos condenados ou e cuja extradição seja requerida, o Tra- processados judicialmente em um dêles, tado abre exceção para os indivíduos nacionais — naturais ou naturalizados — do país requerido, mas acrescenta logo (Art. 2º) que, neste caso, o país que nega a extradição fica obrigado a prender o indivíduo perseguido e a «processá-lo e julgá-lo criminalmente», pelas acusações levantadas contra êle.

As disposições do Tratado de extradição chegam a ser cínicas e indecorosas, a tal ponto que o «Correio da Manhã» se sentiu na obrigação de afirmar, no título da matéria em que publicou o documento, que «O novo tratado viola preceitos de segurança de refugiados» O cinismo está, por exemplo, no Art. 4º, letra «e» que exclui os crimes de natureza política das infrações que podem ser alegadas no pedido de extradição e acrescenta, em seu parágrafo único, que cabe ao país requerido — isto é, ao Brasil, no caso dos refugiados portuguêses — julgar se um crime ou infração é ou não de caráter político; tôdas essas disposições, entretanto, não passam de um grosseiro embuste, pois logo adiante o mesmo parágrafo do Art. 4º estabelece que não são considerados crimes de natureza política e, portanto, obrigam à extradição, «de uma maneira geral os atos e fatos que... visem à destruição ou transformação violenta da organização social e dos seus órgãos e instituições fundamentais». Para Salazar, isto é mais do que bastante; êle tem tudo à mão para exigir do govêrno brasileiro a prisão e a entrega à «PIDE» de qualquer democrata português refugiado em nosso país.

Violação da nacionalidade

Mas tudo isso ainda não basta para Salazar e seu cúmplice Juscelino Kubitschek. Restava aos democratas refugiados portuguêses o recurso à naturalização. O Tratado de «Dupla Nacionalidade», assinado como complemento ao Tratado de extradição, tira-lhes essa possibilidade de fugir às garras de Salazar. Estipula aquêle Tratado, em seu Art. 1º, que o cidadão português naturalizado brasileiro continua a ser português, e só poderá alegar a sua nova nacionalidade, para livrar-se de uma acusação feita contra êle em Portugal, 6 meses depois da naturalização. Como o Tratado de extradição já estipula (Art. 1º) que a nova nacionalidade só poderá ser alegada pelo acusado quando a infração pela qual êle é responsabilizado ocorreu antes da naturalização, ficam assim fechadas tôdas as portas do nosso país para os que aqui procuram salvar-se do terror salazarista; e os que aqui já se encontram ficam à mercê da PIDE. Já não é mais o caráter generoso e hospitaleiro de nosso povo que é negado aos democratas portuguêses; é a própria proteção da bandeira nacional, e, conseqüentemente, a própria soberania nacional que saiu injuriada pelos acôrdos assinados em Lisboa.

Outras cláusulas do Tratado são ainda mais indecorosas. O Art. 6º, § 2º, por exemplo, dispensa o carniceiro Salazar de apresentar qualquer «prova da culpabilidade do indivíduo reclamado». Basta-lhe apresentar uma cópia da acusação e das leis que se referem ao caso, ou a sentença condenatória. O Art. 13º dá a Salazar o direito de enviar ao Brasil os seus agentes de polícia, para promover em nossa própria casa a perseguição e a coação dos emigrantes e refugiados portuguêses.

Pressão imperialista

Alguns democratas brasileiros mostraram-se escandalizados com êstes atos do sr. Kubitschek. Não compreendem — dizem — porque o sr. JK, quase ao fim de seu mandato, resolveu deixar o seu govêrno de pés e mãos atados ao regime fascista e odioso de Salazar, e aos colonialistas portuguêses; afinal, Salazar não dá prestígio e muito menos dinheiro a ninguém...

As razões para o súbito salazarismo do sr. Kubitschek são, no entanto, evidentes. Residem na mesma política de transigência e conciliação com o imperialismo norte-americano que caracteriza o seu govêrno; e, atrás de Salazar, estão os interêsses imperialistas de Rockefeller e seus iguais nas colônias portuguêsas, e no próprio território português.

Já por ocasião do asilo concedido pela Embaixada brasileira em Lisboa ao General Delgado chegou ao conhecimento público a insistência com que o embaixador ianque junto a Salazar pressionou o embaixador brasileiro, para que êste entregasse à PIDE o líder oposicionista português.

Quando se afirmava ainda a possibilidade do concelamento da viagem do sr. Kubitschek a Portugal, o embaixador português, Manuel Rochetta, não hesitou em declarar formalmente ao govêrno brasileiro que «Salazar cairia no dia seguinte» à divulgação do concelamento, se êste se efetivasse. Imediatamente Mr. Cabot secundou Rochetta, pressionando o sr. Kubitschek para que êle não fizesse fracassar o festival fascista, preparado em Lisboa com enorme estardalhaço, por Salazar.

Contudo, se a profissão de fé fascista de Lisboa não fica bem ao Sr. Kubitschek, ela muito menos acenta ao caráter generoso e ao espírito democrático do povo brasileiro. Isso ficará sem dúvida demonstrado no debate que inevitàvelmente terá lugar no Congresso Nacional, quando deverá ser negada a ratificação aos tratados de Lisboa, a fim de que êsses vergonhosos documentos não venham a ter validade.

Um acaso que fala a verdade

Kubitschek tirou o chapéu e curvou-se até os joelhos para a ditadura fascista de Salazar. Na foto, êle aparece em Lisboa, em atitude expressiva, ao lado do fantoche de Salazar, o «Presidente» Américo Thomaz

ESTADO DA GUANABARA PEDE À JUSTIÇA:

Que Declare Caduca a Concessão à Light

A 31 de dezembro próximo, encerra-se o prazo da concessão do serviço de bondes à Light, nesta Capital. De acôrdo com o contrato, a concessionária deverá restituir ao Estado todo o patrimônio do serviço de bondes. Eis, porém, que, recentemente, a Light ingressou com uma ação na justiça pleiteando a rescisão do contrato e uma indenização de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros a serem pagos pelo Estado...

Êsse incrível golpe de audácia do truste imperialista acaba de merecer uma réplica à altura. O Govêrno do Estado da Guanabara vem de contestar as ações propostas pela Rio-Light e companhias associadas, não apenas negando-lhes o direito que elas se atribuem, como ainda reclamando uma série de providências que o interêsse público de há muito exigia.

Ao mesmo tempo, em sua I Convenção Nacional, os trabalhadores das emprêsas de carris urbanos aprovaram uma moção pedindo o tombamento físico-contábil das emprêsas Rio-Light e Associadas.

A contestação do Estado

No longo trabalho apresentado pelos advogados do Estado da Guanabara, afirma-se que é necessário considerar na questão, como participantes, a COBAST e a BRASCAN, emprêsas que, como se sabe, fazem parte do grupo Light. com atribuições definidas.

Em seguida, os advogados mostram a completa improcedência da ação da Light, que se baseia em alegados prejuízos do seu serviço de bondes.

Perícia contábil

Prosseguindo na contestação, dizem os advogados:

«À vista do expôsto, o Estado da Guanabara, protestando pela produção de todos os meios de prova permitidos — especialmente ampla e profunda perícia contábil na escrita das autoras e das suas litisconsortes: ainda perícia contábil das demais integrantes do holding da Brazilian Traction; perícia para verificação da inadimplência contratual, perícias técnicas em geral (engenharia, etc.), com arbitramentos; expedição de ofícios às repartições federais, estaduais, municipais, autárquicas e de economia mista — especialmente o Banco do Brasil, Superintendência da Moeda e Crédito; requisição de processos administrativos; prova testemunhal; depoimento pessoal dos representantes legais das concessionárias e suas associadas; prova documental; cartas rogatórias e precatórias; requisição de declarações às repartições do impôsto de renda apresentadas pelas emprêsas, seus diretores e responsáveis, atuais e passados, pede e espera seja decretada a improcedência da ação, condenadas as autoras no pagamento de custas, honorários de advogados — cabíveis na espécie, na base de 20% do valor da causa, — honorários que os advogados do Estado desde já renunciam em favor do Fundo Especial de Melhoria do Serviço, que se pede criado na reconvenção, e demais cominações de direito.»

Light no banco dos réus

Acostumada a assinar contratos e desrespeitá-los, a subornar autoridades e transformar êste país numa feitoria, a Light terá que enfrentar agora, na justiça, as sérias razões alegadas pelo Govêrno da Guanabara.

Reconvenção

Ao mesmo tempo, os advogados apresentaram uma reconvenção, isto é, uma reivindicação de direitos do Estado junto à Light. Relativamente à Rio-Light e Serviços de Eletricidade e Carris, pedem os advogados que a justiça reconheça e declare a condição de pessoa jurídica estrangeira da emprêsa, para efeito da exploração de energia elétrica, com a conseqüência de ser decretada a caducidade de sua concessão nos têrmos da lei.

Pleiteiam, também, que a justiça reconheça ao Estado da Guanabara o direito que lhe é assegurado pela Constituição Federal de exercer, no seu território, a concessão da distribuição de energia elétrica, sua fiscalização e, conseqüentemente, o poder de fixar tarifas. Como decorrência disso, prosseguem os advogados, a Light deve ser obrigada a cobrar a tarifa de energia elétrica na forma da lei, isto é, com limitação dos lucros sôbre o capital realmente investido (custo histórico) e condenada a devolver:

a) as quantias cobradas em excesso, que se destinarão à constituição de Fundo Especial para melhoria e expansão do serviço;

b) com idêntica destinação, as parcelas de despesas indevidas creditadas a sociedades a ela vinculadas, ou que sôbre ela exerçam contrôle, notadamente a COBAST.

Pedem, também, que seja reconhecido o não cumprimento de contratos, por parte da Light, no que se refere ao não fornecimento de energia elétrica a consumidores que dela necessitam e recorram à Light.

Multa diária de 1 milhão

Os advogados do Govêrno do Estado pleiteiam também o estabelecimento de uma multa diária de 1 milhão de cruzeiros, a ser paga pela emprêsa imperialista, enquanto não cumprir as exigências contratuais no que se refere às necessidades da população; que a Light seja condenada a recompor o seu patrimônio, no setor de carris; que seja multada pela supressão indevida de linhas de bondes nos têrmos do contrato.

Pedem, também, que, no caso de ser a Light atendida no seu pedido de rescisão do contrato do serviço de bondes, seja ela condenada, além das restituições a serem apuradas, a depositar à ordem da justiça as importâncias correspondentes às indenizações por tempo de serviço aos seus empregados, pois que pelo contrato o Estado sòmente recebe os bens patrimoniais, nenhuma responsabilidade lhe cabendo em relação ao pessoal por ela contratado.

Com relação à Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, pleiteia o Estado que seja a Light obrigada a recompor seu patrimônio, na forma contratual, e condenada ao pagamento de multas, por violações do contrato, além de depositar em juízo tudo o que auferiu ilìcitamente e as importâncias referentes ao pagamento das indenizações dos trabalhadores.

Dissolução da Brascan e da Cobast

Sôbre a COBAST e a BRASCAN, emprêsas pertencentes ao holding, o Estado solicita a nulidade de suas constituições, por expressa violação da Constituição Federal. Mais ainda, pede que as duas mencionadas companhias devolvam à Rio Light S. A. e à Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico tôdas as importâncias a elas irregular e indevidamente indicadas na contabilidade, não importa a que título.

Carta do Sertão

Favela do «Canta Galo»,
meu ilustre Guvernadô:
A verdade, apenas isso,
eu vô contá pru doutô.

Vem aí, três de outubo,
o dia das inleição!
As criança tão morrendo,
todo pobe padicendo
nas garra dos «tubarão»!

Doutô Rumano Guilerme
quis fazê a pescaria.
Os «tubarão» invistiro
li quebraro às armadia.
Curvô-se disiludido...
o doutô viu qui murria!

O leite subiu de preço,
subiu a carne também.
Fejão: quarenta cruzêro!
O sustento qui se tem.
O cardo pra mininada...
morre de pança quebrada
noventa e nove de cem.

Jogaro o leite no Má,
dero aos pôrco pra cumê.
Dispôs de feito o ormento
foi qui mandaro vendê.

Porém, no ano siguinte
vai pescá na Guanabara:
(um pescadô deferente)
é de cano a sua vara!

Doutô Serjo Magalhães!
Deus li bote no pudê.
Cum mecê na direção,
êsse péxe, o «tubarão»
tem qui disaparecê.

Doutô 7 qué limpá,
essa cidade bunita,
butando sexta pra lixo
adonde o povo visita.
A midida, seu doutô,
a sujêra não invita.

E os favelado, seu mo
gente suja, gente nua,
é sujêra qui não pode
mecê tirá dessas rua.
Nessa cidade tão bela
inquanto izisti favela
a sujêra cuntinua!

Discurpe sê pusitivo
nessas linha qui li faço.
Um moradô das favela:
Manezin dos Anastaço.

O Poeta Vaqueiro

III Congresso

(Conclusão da 1.ª página)

operária e, o que é mais grave, enveredam pelo caminho da provocação. Ao invés de manterem-se fiéis às decisões do movimento operário brasileiro e honrar o mandato que receberam da classe operária, preferem obedecer as ordens da ORIT e da CIOSL. A atitude dêsses senhores é incompreensível para as massas e por isso foram veementemente condenados pelo III Congresso. Quiseram repetir 1946, mas fracassaram. Sairam isolados. Estamos em 1960.

OS TRABALHADORES não confundem a atitude dêsses senhores com a CNTI, a CNTC e a CNTT. Essas organizações não podem ser envolvidas nos manejos divisionistas de alguns de seus dirigentes. Os trabalhadores consideram suas aquelas organizações e por isso decidiram, no III Congresso, reforçá-las e lutar para democratizá-las a fim de que ocupem, cada vez mais, um lugar destacado no conjunto do movimento operário. Simultâneamente, ao condenar a ação antiunitária dos referidos dirigentes, os trabalhadores expressaram o desejo de que reflitam, reconsiderem suas posições, para que possam incorporar-se novamente no processo em curso no país.

APESAR do incidente acima referido, o clima de entusiasmo e de vibração cívica superou tôda e qualquer expectativa. A sessão solene de encerramento contou com a presença de todos os delegados. Compareceu o ministro do Trabalho, representando o sr. João Goulart, e também os srs. Sérgio Magalhães e Lutero Vargas, o representante do Governador Leonel Brizolla, e diversas outras autoridades.

OS COMUNISTAS, que, juntamente com outros dirigentes sindicais, muito contribuiram para o êxito do III Congresso Sindical Nacional, redobrarão esforços, agora, na luta pela difusão e a aplicação das decisões tomadas. Diante da política antiunitária, os comunistas prosseguem sua atividade normal e respondem com sua política de unidade.

NOVOS RUMOS

Diretor — **Mário Alves**
Gerente — **Guttemberg Cavalcanti**
Redator-chefe — **Orlando Bomfim Jr.**
Secretário — **Fragmon Borges**

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luís Ghilardini.

MATRIZ

Redação: **Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344**
Gerência: **Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905**

SUCURSAL DE S. PAULO

Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64
Endereço telegráfico — **«NOVOSRUMOS»**

ASSINATURAS

Anual	Cr$ 250.00
Semestral	» 130.00
Trimestral	» 70.00

Aérea anual, mais Cr$ 100.00; semestral, Cr$ 50.00; trimestral, Cr$ 30.00.

Número avulso	Cr$ 5.00
Número atrasado	» 8.00

BAYARD BOITEUX, DE VOLTA DO CONGRESSO DE EDUCADORES:

PROFESSÔRES DE TODO O MUNDO EM DEFESA DA CULTURA

«A libertação de vários povos africanos criou um ambiente inteiramente novo no continente. Pude observar que é absolutamente desprovida de sentido a acusação de que os povos africanos são pouco amistosos para com os brancos. Por tôda parte onde passei, só recebi atenções e carinho. O que existe, realmente, é uma imensa vontade de progredir. E para isso devemos auxiliar os povos recém-libertados da África, apesar da negligência da política exterior do Brasil que até hoje não mantém contacto efetivo com a República da Guiné». Com estas palavras, o professor Bayard Demaria Boiteux, presidente do Sindicato dos Professôres do Rio de Janeiro, resumiu para NR suas impressões gerais sôbre a viagem que acaba de fazer a Conacri, capital da Guiné, para participar do Congresso Mundial de Educadores.

Além do professor Boiteux, o Brasil estêve presente no Congresso por intermédio dos professôres José de Almeida Barreto, Henrique Miranda e Levy Borborema. A delegação brasileira apresentou 10 das vinte moções estudadas pelo Congresso, inclusive uma de solidariedade aos presos políticos espanhóis e portuguêses. Outra moção, aplaudida de pé por todos os delegados, lançava um apêlo para que fôssem concedidas bôlsas de estudo para estudantes africanos. Nesse sentido, os professôres brasileiros se comprometeram a envidar todos os esforços ao seu alcance para contribuir para a formação de técnicos e especialistas africanos em nosso país.

Grande atividade

«Em cinco dias, de 25 a 30 de julho, discutimos os seguintes problemas: 1º) Problemas atuais do desenvolvimento, da educação e cultura no mundo e a cooperação internacional, tema que foi apresentado pela delegação do Chile. 2º) Relaxamento da tensão internacional e educação, tema proposto pela delegação japonêsa. 3º) Os educadores e a assistência social, apresentado pela República Democrática Alemã.»

Acrescentou o professor Boiteux que não seria possível ao Congresso de Educadores descer a detalhes sôbre os problemas de cada país. «Quarenta e duas nações, com cêrca de duzentos delegados, participaram dos trabalhos do Congresso, onde foram tratados os problemas fundamentais da educação. Não pudemos, é claro, fazer com que as demais delegações tomassem conhecimento de nossos problemas particulares. Estávamos reunidos ali para apreciar a educação em seu aspecto global. O problema da África negra, no entanto, a todos empolgou. Delegados das mais diversas nacionalidades foram unânimes em condenar o imperialismo europeu, particularmente o francês e o belga, que tudo faz para impedir o progresso cultural dos países africanos. Mesmo as delegações francesa e belga não pouparam críticas aos métodos reacionários utilizados por seus países.»

Ressaltou o professor brasileiro que apesar de o Congresso, ter-se constituído num grande sucesso pelos contactos que possibilitou entre professôres de todo o mundo, são numerosas as dificuldades para que seus apelos e resoluções cheguem a todos os pontos do mundo e se transformem em realidade. A luta dos professôres pelo progresso material e cultural de seus povos encontra numerosos obstáculos pela frente, principalmente no que diz respeito às escolas e universidades particulares, especialmente as religiosas, que não poupam recursos e esforços para evitar o esclarecimento dos estudantes.

Professôres estão unidos

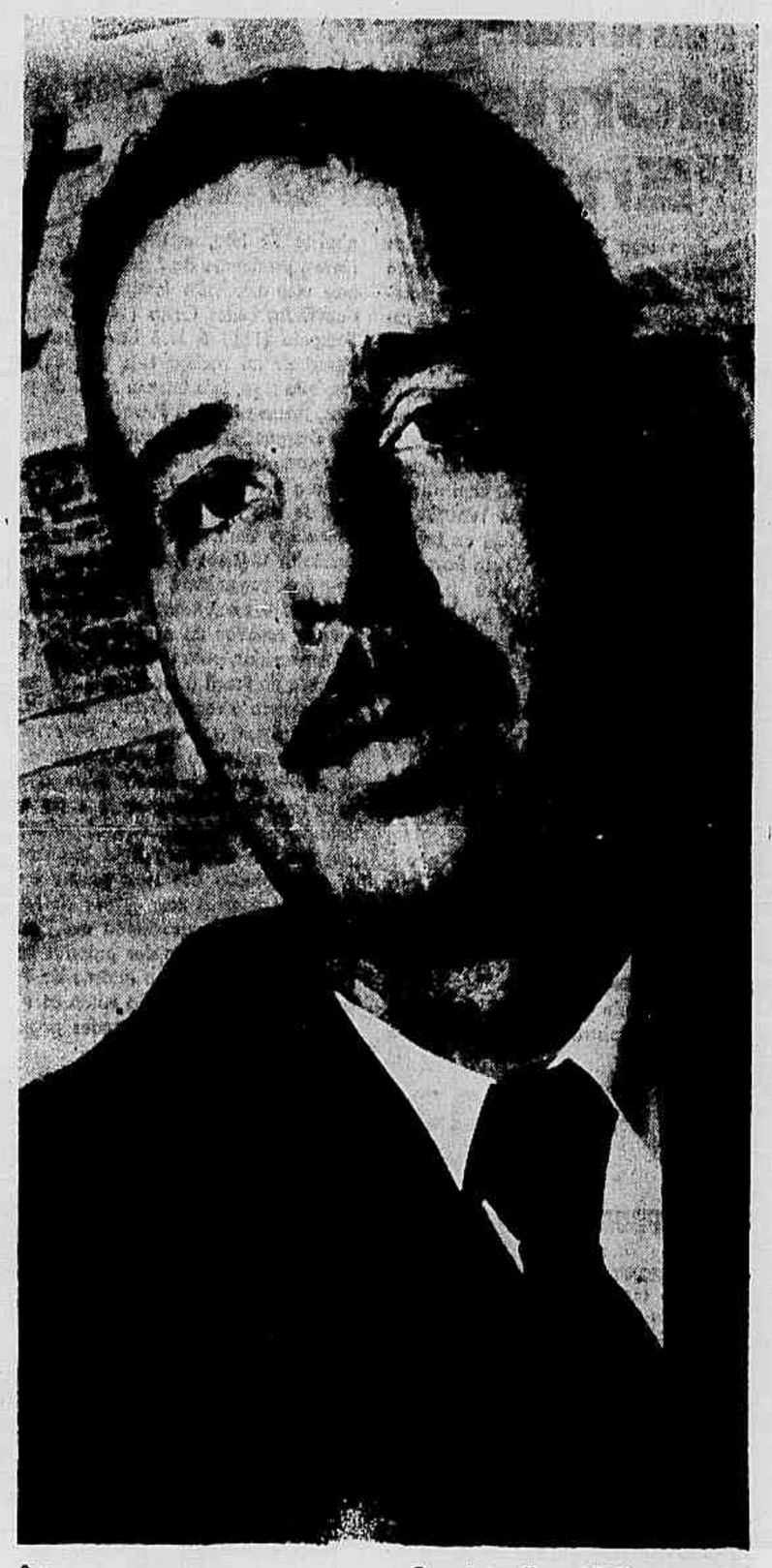
Prosseguindo, disse o presidente do Sindicato dos professôres: «Nosso Congresso mostrou que a classe dos mestres acha-se bastante coesa em todo o mundo. Países antípodas chegaram às mesmas conclusões, todos marchando pelo caminho mais progressista possível». Dos grandes países, apenas a Inglaterra e os Estados Unidos deixaram de comparecer ao Congresso, mas a UNESCO, organismo cultural da ONU estêve presente, o que, como observou o professor Boiteux, «serviu para dar ao Congresso um sentido mais amplo».

«Nas paredes dos salões do Congresso havia disticos que nos lembravam nossa principal função, isto é, a luta para adquirirmos uma cultura própria que nos livre das condições de país de cultura periférica». Entre êstes disticos, referiu-se o professor a dois que podem ser tomados como símbolos do ambiente que reinava em Conacri: «Depois do pão, a instrução é a primeira necessidade do povo» e «Argélia, túmulo do imperialismo francês».

América Latina e Brasil

Quanto aos problemas educacionais da América Latina, disse o presidente do Sindicato dos Professôres, foi apresentado pela professôra chilena Olga Poblete um relatório dividido em três partes: política, econômica e cultural, científica e técnica. «Êsse Congresso, que se realiza de três em três anos, permite aos professôres brasileiros tomar conhecimento dos progressos realizados em outros países. Dos contactos que mantive, pude concluir que nosso ensino se capacitará a dar ao povo uma ideologia adequada ao nosso desenvolvimento e conseqüente libertação econômica, quando tivermos uma escola pública, gratuita, obrigatória, laica e de ideologia progressista. Para tanto, necessitamos de mudanças radicais em nosso ensino. É necessário que façamos aprovar uma Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, que possibilite ao govêrno estabelecer as condições acima mencionadas. A escola deveria, então, ser o reflexo da cultura popular e nela, por outro lado, influir.»

Finalizando, disse o professor Bayard Boiteux: «Há alguns projetos educacionais no Ocidente que merecem ser estudados por nossos legisladores. A reforma apresentada pelos professôres franceses Henri Wallon e Langevin, por exemplo, deve ser objeto de nossa atenção. Quanto ao problema do livro didático, uma editôra nacional de livros didáticos poderia solucionar a questão, livrando o estudante dos altos preços que o livro brasileiro atinge.»



Êles querem é libertar-se

O professor Bayard Boiteux, presidente do Sindicato dos Professôres do Rio de Janeiro, voltou da África desmentindo que haja preconceito dos negros contra os brancos no continente em ebulição pela independência.

MISCELÂNEA

Quando se vem assim, como eu, de uma doença longa, é como quando se volta de uma longa viagem: encontram-se cartas não respondidas, recados urgentes que perderam a hora e então tem-se vontade de dar uma brutal marcha-a-ré para recuperar o tempo perdido.

Estou agora assim mesmo. Vejo esta carta da Federação de Mulheres do Brasil apelando para que eu dê minha solidariedade ao escritor libanês Farajallah Hellou que se encontra prêso na Síria, país da RAU. Terá sido sôlto? O que terá acontecido com êsse homem de inteligência se a carta que recebi é datada de 18 de junho, já lá se vão quase dois meses? Aqui estou minhas senhoras, minhas companheiras da Federação de Mulheres do Brasil prestando minha solidariedade que é um dever, porque sempre considerei de meu dever lutar em defesa da liberdade.

Quanta gente prêsa no mundo. Como é triste, escuro, trágico êste mundo de hoje. O Boletim do Comité Internacional para a Cooperação dos jornalistas no seu número de junho conta também que nossos amigos Brian Bunting e Ibrahim Amer estão presos; o primeiro por sua oposição à política de discriminação racial na União Sul Africana e o segundo que foi um dos mais ativos partidários da cooperação de jornalistas e da idéia do Encontro Mundial, prêso por opiniões políticas na República Árabe Unida.

Volta-se da doença como se volta de uma longa viagem. Êste telegrama de Lisboa conta que foram ali julgados vinte e três anti-salazaristas. Sabe-se bem da trama, conhece-se bem o que significa cair nas mãos da polícia de Salazar. Enquanto isso JK desatendendo a todos os nossos pedidos foi a Lisboa e é triste vê-lo sorrindo para Salazar. Para Salazar nenhum democrata pode sequer sorrir, quanto mais apertar a mão, cumprimentar.

Tanta gente sofrendo pelo mundo afora e esta doença impedindo que eu tomasse parte em muita coisa, em protestos contra a tirania, contra a opressão, em ardorosos apoios às campanhas realizadas, enquanto um velho coração queria por fôrça fazer calar, definitivamente, minha voz.

Quando se vem de uma longa doença é como quando se volta de uma longa viagem. Tantas cartas, tantos convites, tanta coisa que não se respondeu nem atendeu. A longa doença não impediu — isso não! — que eu deixasse de olhar o mundo, o trágico mundo que estamos vivendo. Mas viver é tão bom que apesar de tudo o que há de ruim por aí viver é ainda o que há de melhor.

Pedro

Tópicos Típicos

Em «Carta Aberta ao Futuro Presidente» (que ela julga ser Jânio Quadros), Raquel de Queiroz escreve, no O CRUZEIRO de 20-8:

> «Quando o viajante deixa o Rio Doce e sai em procura do velho São Francisco, parece que se está penetrando em outro país. As cidades minguam, a cada km andado parecem mais pobres e mais atrasadas (...) E à medida que a gente caminha à procura do equador, a pobreza mais e mais se agrava — até chegar àquele zero absoluto da selva amazônica.»

A veneranda e rústica sertaneja trocou as bolas: a pobreza será infinita ou «zero absoluto»?

• • •

Fernando Sabino, por sua vez, no JORNAL DO BRASIL de 13-8, «puxa uma angústia»:

> «Doido por doido, eu também sou: voto no Jânio.»

Ah... louca, louca.

• • •

Na sua coluna do CORREIO DA MANHÃ (14-8), Jayme Maurício informa: Roberto Burle Marx já «restabelecida».

Que baixo, hem Maurício... Segundo os modernos psicanalistas, seria êste um caso típico de projeção psicológica.

• • •

De acôrdo com um inteligente cronista, os correligionários de Carlos Lacerda são «homens virginais e mulheres mal amadas». A nosso ver, Gladstone Chaves de Melo enquadra-se na primeira categoria. No O GLOBO de 11 do corrente, êle dá o seu testemunho:

> **«Considero Corção o homem mais inteligente e mais completo de quantos conheço(...) Êle é uma das últimas e melhores coisas amáveis que tem o Brasil».**

O ínclito donzel não conhece homens.

• • •

Com sua vinda ao Brasil, Jean Paul Sartre tornou-se assunto e vítima da nossa imprensa. Um repórter do CORREIO DA MANHÃ chegou a declarar que a obra mais importante do filósofo era a «Crítica das Razões Diretivas» (mutilando a «Crítica da Razão Dialética»).

• • •

Ao escrever «Carlos Lacerda e os Construtivos» (O GLOBO, 11-8), o cronista Henrique Pongetti reafirma vigorosamente a sua senilidade:

> **«E' um ôvo de Colombo, velho de quase vinte anos, mas os construtivos são culpados de haverem deixado ao destruidor a possibilidade de torná-lo um dos tantos ovos de Lacerda».**

Por êstes e outros ovos é que o Lacerda cantou e contará de galinha.

• • •

No DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 14-8, o J.C. Barbosa Moreira volta a considerar que capitalismo e socialismo são «farinhas de um mesmo saco».

Observações como essa é que nos deixam de saco cheio.

Pedro Severino

Escritores Soviéticos Solidários a Cuba

As pressões norte-americanas sôbre a ilha das Caraibas suscitam em todo o mundo os mais veementes protestos. Dia a dia personalidades e homens simples de todos os países erguem sua voz em defesa de Cuba, contra seus ex-opressores. Abaixo transcrevemos declarações de N. Tikhonov e B. Polevoi, famosos escritores da URSS, que também vieram incorporar-se ao grande exército dos defensores da ilha de Fidel Castro.

De Nikolai Tikhonov:

«Todos os soviéticos saudaram com profunda alegria a vitória das fôrças democráticas de Cuba, sob a direção do querido chefe do povo cubano Fidel Castro, sôbre as fôrças da reação e de seus amos, os imperialistas norte-americanos, donos dos «trusts» e monopólios.

«Mas, neste momento, Cuba independente e seu povo, que deram início à transformação da amada Ilha, se sentem ameaçados por seus antigos inimigos, os reacionários e imperialistas norte-americanos, que não querem aceitar o triunfo do povo cubano, que já iniciaram atos de provocação e pretendem levar Cuba à ruína e a fome, estrangular sua economia e restaurar seu poder neste país libertado.

«Ameaçam com a intervenção armada direta! Todos os cubanos cerraram fileiras em tôrno de seu Govêrno, dispostos a defender com as armas na mão a liberdade e a independência da ilha.

«Mas não se encontram sós nesta hora! Todos os povos estão ao lado de Cuba! Todos os soviéticos apóiam o povo cubano em sua nobre luta, e não consentirão agravos ao livre e orgulhoso povo cubano. Maus tempos correm hoje, em tôda a parte, para os colonialistas e reacionários. A pequena ilha do mar das Caraibas se ergue como um baluarte inexpugnável diante das fôrças do mal. E, nas suas rochas esfacelar-se-ão todos os atentados contra Cuba!»

A palavra de Boris Polevoi

«Há pouco estive na Tchecoslováquia onde me entrevistei com o ministro das Fôrças Armadas Revolucionárias de Cuba, Raul Castro, que se encontrava ali de visita. Provàvelmente seja o Ministro da Guerra mais jovem de todos que conheço. Conta 26 anos. Entre seus acompanhantes «barbudos» era o único de rosto raspado. Raul Castro já percorreu uma grande trajetória na luta contra o colonialismo, cada dia da qual equivale a um ano de vida.

«Conversando com Raul Castro, vieram a minha memória Lazo e Schors, que eram mais jovens que êle, bem como outros gloriosos chefes militares da guerra civil. A luta pelo poder dos Soviets tornou-os, já na juventude, homens de Estado.

«Raul Castro e seus acompanhantes se revelaram pessoas muito agradáveis. Interessaram-se vivamente pelo nosso país, por tudo de novo que êle possui. Falaram das poesias de Mayakovski, tinham ânsia de ver nosso Kremlin e o Grande Teatro... A revolução nacional fêz dêsses homens chefes militares na juventude. São amigos da União Soviética e do mundo socialista. São homens que não tinham passado, mas diante dos quais abre-se um grande e brilhante futuro.

«Raul Castro e eu possuimos um bom amigo comum, Nicolás Guillén, o grande poeta cujas ardentes canções são cantadas com acompanhamento de violão em tôda a America Latina. E, depois de brindar, com o Ministro da União Soviética, pelo triunfo final da revolução cubana, Raul Castro ergueu o seguinte brinde:

— Pela poesia, insígnia da luta de libertação!

«Em sinal de respeito pela literatura soviética, literatura de grande humanismo, Raul Castro entregou-me uma medalha com a qual são condecorados os veteranos da luta revolucionária em Cuba. Abraçamo-nos como irmãos. E, quando nos despedimos, disse-me Raul Castro:

«— Transmita, por obséquio, uma calorosa saudação ao seu grande país, de onde voam os sputniks, e os luniks, símbolos da Paz e do gênio humano.

«Recordando agora aquêle emocionante encontro com os amigos cubanos na terra tchecoslovaca, da mesma forma que todos os soviéticos leio com viva indignação as notícias sôbre os atos agressivos dos imperialistas norte-americanos contra a livre e ensolarada Cuba. Os colonizadores pretendem fazer com que volte o passado que os povos odeiam.

«Mas, como é sabido, no veículo do passado ninguém pode ir muito longe. Que vergonha para os insensatos colonizadores norte-americanos que no século dos foguetes e dos quebra-gelos atômicos pretendem marchar no veículo do passado. «Povo da maravilhosa Cuba, nós te saudamos!»

CONTRA O ATUAL «DIRETRIZES E BASES»

NORBERTO C. DA SILVEIRA

Após um período de «esfriamento», o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional continua na «fila» para ser votado pelo Senado Federal, longe da pressão de entidades como a União Nacional de Estudantes, União Brasileira de Escritores, União Brasileira de Estudantes Secundários, etc.

Agora, mais do que nunca, se faz necessária a presença de entidades como estas e a deflagração de uma campanha nacional contra a mencionada proposição.

Acompanhamos já há bastante tempo a luta que se trava em nosso país entre duas correntes educacionais: a que defende a entrega da educação da juventude a entidades privadas, muitas vêzes inescrupulosas; e a que propugna por um privilégio estatal neste setor.

A primeira foi bastante ousada. O deputado Carlos Lacerda apresentou em 1958 um substitutivo ao projeto originário do Executivo, pelo qual, pura e simplesmente, o contrôle educacional e de distribuição de verbas oficiais passaria todo êle a «entidades educacionais privadas». Esta ofensiva constituiu-se numa das maiores já realizadas pela ala reacionária e obscurantista do pensamento brasileiro e visava, nada mais nada menos, do que o contrôle ideológico da mocidade e a absoluta independência na distribuição de fundos destinados à educação. Foi tão ousada esta tentativa que não logrou a aprovação dos representantes do povo.

Foi, então, que, mui providencialmente, entrou em cena a Comissão de Educação da Câmara Federal, que decidiu apresentar um terceiro projeto, conciliando os interêsses das duas correntes. Beneficiaram-se com isto os reacionários, que viram consagrados por aquela comissão os seus interêsses no que diz respeito à distribuição de verbas.

A primeira luta que se fêz contra o projeto foi logo após sua saída da Câmara dos Deputados. Receosos, talvez, os senadores esperaram a transferência da capital do país para o planalto central onde, longe das vistas de estudantes e professôres, poderiam cometer impunemente o crime contra a escola pública, universal e gratuita.

Precisamos levantar nossa voz de protesto contra êste ato que se pretende perpetrar contra a cultura brasileira. Que a escola seja pública e gratuita, dando oportunidade de instrução aos milhões de analfabetos que vegetam em nosso país; que se impeça a comercialização do ensino e o aviltamento da personalidade; que se garanta um futuro democrático para o Brasil!

Palestra sôbre problemas nacionais

«O CAFÉ E A ECONOMIA NACIONAL» - PELO CORONEL CASTRO AFILHADO

Em prosseguimento ao segundo ciclo de Palestras sôbre Problemas Nacionais, realizadas pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e União dos Servidores Municipais, falará na próxima têrça-feira, dia 23, às 18 horas, no 7º andar da A. B. I., o Coronel Castro Afilhado, sôbre o tema: «O Café e a Economia Nacional».

A entrada é franqueada aos interessados.

2 DIAS DE PRESTES EM RECIFE

Homenagem na Assembléia "Encontro Marcado" na TV

Para uma breve visita, Luiz Carlos Prestes estêve a 9 e 10 do corrente em Recife, onde foi oficialmente recebido pela Assembléia Legislativa do Estado, falou no programa «Encontro Marcado» da Televisão Jornal do Comércio e participou de um comício, além de comparecer a outros atos e encontros com destacadas personalidades da vida política do «Leão do Norte».

À chegada de Prestes à capital pernambucana, nos primeiros minutos de têrça-feira, embora a notícia de sua visita tivesse circulado à última hora, estava presente enorme massa popular, destacando-se numerosos parlamentares e dirigentes operários e nacionalistas, bem como o vice-governador Pelópidas Silveira e o prefeito recifense Miguel Arrais. Quando Prestes desembarcou foi logo cercado e vivamente cumprimentado.

Recebido pela Assembléia Legislativa

Prestes visitou a Assembléia Legislativa para agradecer o seu recente pronunciamento pela volta do Partido Comunista do Brasil à plena legalidade. Tendo chegado à Casa em companhia de David Capistrano e vários companheiros de luta, o deputado Antônio Neves, presidente da Assembléia, designou uma comissão integrada pelos deputados Eudes Costa (PSD), Almany Sampaio (PRT) e José Cardoniso para introduzir no recinto Luiz Carlos Prestes, que logo, sob intensa salva de palmas, tomava lugar à Mesa.

Designado para saudar Prestes, o deputado Sérgio Murilo destacou traços da sua personalidade e exaltou o mérito de sua luta constante em prol da felicidade de nosso povo. Depois de assinalar diversos aspectos da atividade dos comunistas, notadamente no movimento nacionalista, o líder parlamentar renovou as suas manifestações, já conhecidas, pela volta do Partido Comunista do Brasil à legalidade.

Falando a seguir, Prestes agradeceu a homengem que acabava de receber dos representantes do povo pernambucano, discorrendo depois sôbre a necessidade do fortalecimento e da ampliação da frente única nacionalista e democrática chamada hoje a encaminhar a solução dos mais graves e urgentes problemas com que se defronta o país. Prestes mencionou que, para isso, é uma exigência das próprias condições atuais da luta o retôrno do PCB à legalidade, externando então os seus agradecimentos aos deputados presentes que haviam apoiado dias atrás, em ato realizado naquele mesmo recinto, essa reivindicação do povo brasileiro.

Autografou as Teses

Luiz Carlos Prestes foi em seguida convidado a manter um contacto mais demorado com os parlamentares no gabinete da Mesa. Ali, onde continuou a receber cumprimentos, autografou dezenas de exemplares das «Teses» e do «Projeto de Estatutos do PCB», que pessoalmente entregou a cada representante do povo. Pouco depois, Prestes deixava o edifício da Assembléia, cercado de grande massa popular, a fim de manter longa conferência com o vice-governador Pelópidas Silveira.

Debaixo de chuva

Apesar da chuva que caía, uma multidão se concentrou, à noite, no bairro de Santo Antônio para ouvir Prestes, num comício de propaganda dos candidatos nacionalistas. Recebido entusiàsticamente, Prestes falou durante quase uma hora, fundamentando as razões do apoio dos comunistas a Lott e Jango e destacando a necessidade de uma vitória esmagadora sôbre as fôrças que formam no campo entreguista.

«Não somos nacionalistas de última hora — frisou — pois desde 1922, quando surgiu, o Partido Comunista aponta à nação o domínio do imperialismo e o monopólio da terra como as causas fundamentais do nosso atraso e da infelicidade que pesa sôbre milhões de brasileiros. E é precisamente por isso que neste momento todos os esforços dos comunistas se concentram na tarefa de derrotar as fôrças reacionárias e entreguistas, elegendo os candidatos nacionalistas». Prestes mostrou mais uma vez o conteúdo retrógrado e antinacional da candidatura Jânio Quadros e criticou a posição do governador Cid Sampaio, eleito pelos democratas e nacionalistas e agora ao lado do candidato dos trustes.

Do comício, Prestes se dirigiu à TV Jornal do Comércio, onde participou do programa «Encontro marcado».

Prestes fala, a verdade aparece

Quando Luiz Carlos Prestes desembarcou em Recife, cêrca da meia-noite do dia 9 último, inúmeras pessoas o aguardavam, apesar do adiantado da hora. Na foto, o ex-senador comunista quando era ouvido por representantes da imprensa

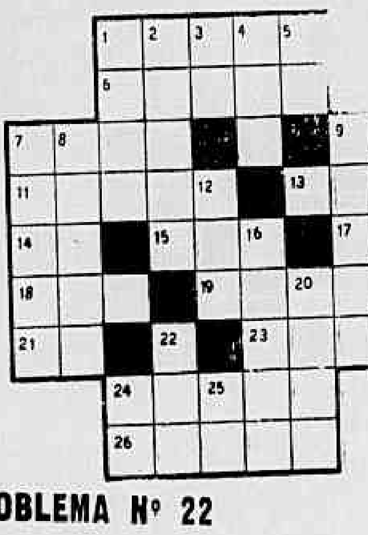
Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 23

HORIZONTAIS: 1 — Relativo ao nariz. 6 — Instrumento agrícola. 7 — A saliva que escorre da bôca. 9 — Antes de Cristo. 11 — Fragrância. 13 — Fileira. 14 — Achei graça. 15 — Ave pernalta. 17 — Pátria de Abraão. 18 — óxido de cálcio. 19 — Festim ou banquete licencioso. 21 — Artigo feminino plural. 23 — Construção de pedra ou tijolos, própria para vedar qualquer terreno ou recinto. 24 — Referente aos rins. 26 — Fruto da amoreira.

VERTICAIS: 1 — Planta brassicácea hortense. 2 — Ferro puxado à fieira. 3 — Sobrenome popular. 4 — Nome próprio masculino. 5 — Espécie de escumilha. 7 — Embarcação larga e pouco funda. 8 — Peça de música para uma só voz (pl.) 9 — Abalar, desmoronar. 10 — Repreensão dada em público a uma criança. 12 — Senhor. 16 — Munir de arma. 20 — Vício de comer e beber em excesso. 22 — Filho de Noé, tronco dos povos da raça semita. 24 — Nome que os antigos Egípcios davam ao Sol. 25 — Laço apertado.



RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 22

HORIZONTAIS: 1 — Cadeado; 7 — Aro; 8 — Cal; 9 — Lira; 11 — Ra; 12 — Ato; 14 — Bi; 16 — Amei; 18 — Ara; 20 — Ama; 21 — Rasuras. VERTICAIS: 1 — Calabar; 2 — Ari; 3 — Dora; 4 — A.C.; 5 — Dar; 6 — Olarias; 10 — Ata; 13 — Omar; 15 — Ira; 17 — Ema; 19 — As.

Assembléia do Pará Solidária a Cuba

Mais uma Assembléia Legislativa Estadual brasileira veio pronunciar sua solidariedade à revolução cubana. A Câmara do Pará, por requerimento do deputado Stélio Mareja, aprovado por unanimidade, resolveu: «Que esta Assembléia manifeste sua repulsa a qualquer intervenção estrangeira em Cuba, expressando sua solidariedade e admiração à luta democrática do Povo cubano pela conquista de níveis superiores de vida social e econômica.» Êste pronunciamento vem se somar aos já tomados pela Assembléia Legislativa de Pernambuco e de dezenas de Câmaras de Vereadores de todo o país, entre as quais as de Londrina, Volta Redonda e Valença.

Operários e camponeses

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte, Minas Gerais, em assembléia geral realizada na semana passada aprovou por unanimidade o envio de uma mensagem ao primeiro-ministro Fidel Castro pela corajosa e patriótica atitude tomada em defesa do povo e da soberania de Cuba. «A luta de nossos irmãos cubanos pertence a todos os povos subdesenvolvidos e oprimidos, que desejam sua emancipação. Fiquem certos de que não estão sòzinhos, poderão contar com a solidariedade dos trabalhadores brasileiros.»

Também em Pernambuco

Em Recife, foi realizado um grande comício na Praça Dantas Barreto, que contou com a presença de camponeses, estudantes, operários, intelectuais e homens do povo. A polícia do governador Cid Sampaio tentou impedir a realização de uma passeata programada pelos camponeses para demonstrar sua solidariedade a Cuba, mas não conseguiu evitá-la.

Pernambucanos são pró-Fidel

Estudantes, operários, camponeses e homens do povo reuniram-se lado a lado em Recife num grande comício, realizado a 26 de julho, para comemorar o aniversário do ataque ao quartel de Moncada pelos revolucionários de Fidel Castro e prestar solidariedade ao govêrno cubano. A polícia do governador janista Cid Sampaio quis impedir mas não pôde.

O Tiro Saiu Pela Culatra

Um dos pontos culminantes da visita de Prestes a Recife foi assinalado pela sua presença no programa «Encontro Marcado», na Televisão Jornal do Comércio, inclusive porque isso foi, sobretudo, uma vitória conquistada pela influência política que exerce e pela insopitável tendência democrática que se faz presente, no momento, nas esferas políticas de Pernambuco. Explicamos: o programa de televisão que havia provocado a viagem de Prestes a Pernambuco não era o «Encontro Marcado», na TV Jornal do Comércio, mas um outro intitulado «Esta é a Notícia», na TV Rádio Clube, que é a segunda estação da metrópole nordestina. Acontece, porém, que, instantes antes da hora marcada para o início do programa, seus organizadores informaram a Prestes que «determinações superiores» impediam a sua presença diante das câmaras. Isso aconteceu, segundo se soube, devido à interferência de elementos janistas, que dessa forma demonstraram o que na verdade entendem por liberdade de falar na Televisão, tema que deu margem a uma de suas mais violentas e demagógicas campanhas contra o próprio govêrno. Mas, quando Prestes discursava no bairro de Santo Amaro, chegou ao palanque, como expressão dos protestos que já se levantavam contra aquela arbitrariedade, um convite da Televisão Jornal do Comércio para que ali comparecesse a fim de ser apresentado o «Encontro Marcado», numa programação extra, de última hora.

Foi assim que, durante uma hora exatamente, respondendo a cêrca de vinte perguntas formuladas pelo jornalista Helio Polito, Prestes pôde esclarecer diversos aspectos da linha política dos comunistas, bem como fundamentar as razões do apoio às candidaturas Lott e João Goulart. O tiro saiu, dessa forma, pela culatra.

Nacionalismo e entreguismo

«O contrário de nacionalismo não é internacionalismo e sim entreguismo», disse Prestes respondento a uma das primeiras perguntas do entrevistador, aduzindo: «por isso mesmo, como patriotas, nós comunistas, sendo internacionalistas, não somos incoerentes lutando pelo nacionalismo, pois o que interessa ao bem-estar do povo é a libertação econômica do Brasil. Apoiamos Lott, apesar de sua intolerância com relação a alguns problemas, porque êle assumiu compromissos nacionalistas, e desde o 11 de Novembro, data que ficará assinalada na história sul-americana como Dia da Dignidade Nacional, êle tem mantido posições nacionalistas». E explicou mais adiante as raízes da candidatura Lott, nascida no seio do próprio povo naquela época, e, desde então, sustentada e consolidada ao calor de fôrças cada dia mais poderosas, tudo isso contrariando via de regra as manobras das cúpulas partidárias, notadamente do PSD, cujos dirigentes não desejavam como candidato o ex-Ministro da Guerra. «Lott é um homem pobre — acrescentou — que vive exclusivamente de seu ordenado, possuindo apenas um apartamento no Rio e uma modesta residência em Petrópolis. Mas o que importa, sobretudo, é que não tem qualquer vinculação com os imperialistas, seus agentes e tôda a gama de negocistas que ajudam a empobrecer e sacrificar impiedosamente o povo brasileiro.» Lembrou então que Dutra, também general do Exército e ex-Ministro da Guerra, igualmente era um homem pobre, mas inversa era a origem de sua candidatura, absolutamente estranha as grandes massas e nascida no seio dos grupos mais reacionários do PSD.

O falso nacionalismo

Surge uma pergunta de Helio Polito sôbre «as ligações da Sra. Edna Lott com comunistas e falsos nacionalistas», e Prestes responde: «Não conheço nem nada tenho a ver com as ligações políticas da Sra. Edna Lott, mas o Coronel Nemo Canabarro, que tem mencionado isso, deveria ser o último a falar em falsos nacionalistas, pois êle, com suas atitudes divisionistas e seu anticomunismo sistemático, é um dêles».

Acrescentou depois Prestes que, apesar do apoio à candidatura Lott, várias são ainda as divergências de pontos de vista sôbre importantes problemas de interêsse nacional que ainda perduram. «Divergimos do Marechal Lott — disse — quando êle é contra a legalidade do PCB e contra o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. São dos paradoxos da política, pois o outro candidato tem posição diversa. O Marechal Lott, evidentemente, alimenta preconceitos e incompreensões, tem visão falsa de alguns problemas. Mas acredito que êle tem evoluído em sentido positivo, principalmente porque é um patriota honrado.»

Os compromissos são com o povo

Desfazendo, adiante, versões propaladas por círculos reacionários sôbre uma falada fórmula de contra-prestação do apoio dos comunistas a Lott e João Goulart, Prestes afirmou: «Jamais recebemos pagamento algum pelo nosso apoio, e nossas exigências são de caráter político, estando já incluídas na plataforma do candidato.» E acrescentou: «Não existe nenhum documento comprovante, porque não é necessário. Lott já assumiu com o povo os compromissos que nos satisfazem, e isso basta.»

Fernando de Noronha e Roboré

Respondendo a uma pergunta sôbre Fernando Noronha e Roboré, Prestes confirmou que os comunistas criticaram Lott e divergiram dêle quando da cessão de Fernando Noronha. «Foi uma capitulação, um êrro do Marechal Lott» — disse. Mas, quanto a Roboré o Marechal é inteira e pùblicamente contrário. Como membro do Govêrno na época aceitou a assinatura do acôrdo, porque é um homem disciplinado e não cabia a êle intervir em problema da alçada do Presidente da República.»

O jornalista Helio Polito pergunta então como se pode compreender que Lott, tendo rompido com a disciplina a 11 de Novembro, não quisesse fazer o mesmo no caso de Roboré, e Prestes responde explicando que a 11 de Novembro se tratava de esmagar um golpe, que já começava, para impedir a posse dos eleitos. Não havia outra alternativa para defender a Constituição e a vontade popular expressa nas urnas. Já no caso de Roboré a situação era diferente, havendo possibilidade do problema ser resolvido satisfatòriamente dentro de curto prazo.

Os entreguistas e seu candidato

Outra questão abordada, a imputação de entreguista que pesa sôbre a candidatura Jânio Quadros, foi prontamente esclarecida por Prestes, que destacou as características da fonte onde nasceu a mesma, isto é, os círculos mais reacionários ligados ao imperialismo norte-americano: os grandes banqueiros e latifundiários de São Paulo. «Jânio é o homem de confiança dos entreguistas e dos monopólios dos Estados Unidos. Êle, no entanto, sabe que, para a sua eleição precisa vestir roupagens populares e nacionalistas. E é por isso que tem feito pronunciamentos de caráter democrático, que foi à URSS e a Cuba e inclusive se manifesta pela legalidade do PCB. Nós, porém, não somos ingênuos e estamos habituados a ver políticos que começam como o sr. Jânio Quadros para terminar como Frondizi e outros. O sr. Jânio Quadros, aliás, nem sequer faz oposição ao Govêrno no seu todo, mas exatamente à ala nacionalista do Govêrno.»

Jânio só é oposição diante dos nacionalistas

«Ainda há dias, falando sôbre a indústria da construção naval, cuja solução nacionalista exige uma fórmula estatal na base do que já possuímos, êle afirmava que o [illegible] da vinda da Ishikawajima não cabia ao Govêrno, mas a êle. E todos sabem que essa falsa solução adotada pelo sr. Juscelino Kubitschek para aquêle problema é de cunho profundamente entreguista. Assim, o sr. Jânio Quadros sòmente combate a ala nacionalista do Govêrno e está perfeitamente de acôrdo com os entreguistas que ali atuam, muito particularmente no setor da política externa e no Ministério da Fazenda, com o sr. Paes de Almeida à frente. Depois, afirmou, basta ver que os jornais mais entreguistas, como «O Globo» e «O Estado de São Paulo», são exatamente os seus baluartes.»

A entrevista continuou com numerosas perguntas, esclarecendo Prestes que a presença dos comunistas e dos pessedistas do sr. Etelvino Lins na mesma frente nacionalista apenas reflete uma mudança da posição dêste, não dos comunistas. «Não falo com Lott há longos anos, e as últimas palavras que trocamos foi quando ainda éramos alunos do Colégio Militar», disse, esclarecendo finalmente que os comunistas não estão arrependidos do apoio dado para a eleição do sr. Juscelino Kubitschek. «Naquela ocasião, aduziu, o importante era derrotar Juarez e só se derrota um candidato elegendo outro».

Teatro — *Beatriz BANDEIRA*

"Geração em Revolta"

ESTA peça estreou no Mesbla. Não há indicação do nome do grupo teatral. O autor da peça, John Osborne, pertence à novíssima geração de intelectuais inglêses, apelidados de «jovens raivosos». Adolfo Celli dirigiu. O elenco liderado por Jardel Filho e Maria Fernanda, conta ainda com Myriam Persia, Sady Cabral e Osvaldo Loureiro. Como se vê, começaram, também, desrespeitando a Lei 1565 de 3-3-1952. Jimmy Porter, o personagem principal, pertence à geração de após guerra e é filho de um revolucionário espanhol, morto em conseqüência dos sofrimentos infligidos pelos homens do ditador até hoje, infelizmente, no poder. O filho assistiu-lhe à lenta agonia, quando tinha apenas oito anos. Nascido e criado durante a guerra, atingido no mais fundo de sua afetividade pela perda do pai, vivendo em um mundo de insegurança e violência, oriundo do proletariado, intelectualizado mas não esclarecido, J.P. transformado em pequeno negociante — tem uma barraquinha de doces — desligado de sua classe de origem, está perdido e desorientado no mundo, como um rato num labirinto. Vive em um pequeníssimo apartamento, com a mulher — pequeno-burguesa de família próspera — cujos confortos abandonou para segui-lo, desposando-o. Com êles reside um amigo. Mais tarde surge uma atriz, amiga do casal que, em trânsito pela cidade, se hospeda com êle por poucos dias, mas acaba ficando. Sêca e puritana na aparência, mostra-se escandalizada com o comportamento de Jimmy e sua maneira de tratar a mulher. Sob pretexto de que esta necessita de tranqüilidade para esperar o filho, cuja vinda o rapaz ignora, consegue convencê-la a deixá-lo por uns tempos, refugiando-se em casa dos pais. Quando Jimmy regressa da casa de um amigo, cuja mãe, a quem êle muito se afeiçoara, agonizava, não mais encontra a espôsa. Em seu lugar está a «amiga», autora de tôda trama que culmina «à melhor maneira» de filme americano com uma bofetada da heroína no rapaz e conseqüente beijo, com o que seus propósitos ficam muito claros. Há repetição da cena inicial, o jovem raivoso debatendo-se contra a nova companheira, integrada nas funções domésticas, e o amigo simplório e sem problemas. Há a volta da «legítima» guiada pela saudade, destroçada pelo sofrimento causado pela perda do filho. Há o entendimento entre as duas, durante o qual a amiga ursa fica muito boazinha, descobre que procedeu [illegible] o marido da outra e [illegible], dando ao casal uma [illegible] de reconciliação. Com o [illegible]. E a gente [illegible] ternura por êsse jovem [illegible], que, sendo extremamente [illegible] e inteligente para não se conformar [illegible] como grande parte da sua geração, não é suficientemente [illegible] esclarecido, para encontrar uma solução.

CONFERÊNCIA COMEÇA MAL

EUA Tramam (Costa Rica) Provocação Contra Cuba

O ambiente que cerca o início da conferência de chanceleres americanos na Costa Rica é dos mais tensos. Nos últimos dias, a capital do país, São José, começou a ser invadida por grande número de contra-revolucionários cubanos, que se encontravam exilados em vários países, principalmente nos Estados Unidos, agentes dos ditadores Trujillo e Somoza, partidários do ex-ditador Perez Jimenez, policiais do FBI e inúmeros outros elementos policiais e provocadores, de alto e de baixo coturno. Os de alto coturno, como por exemplo o «jornalista» cubano Jules Dubois que presta serviços inestimáveis ao FBI, se instalaram nos melhores hotéis, de preferência naqueles que iriam receber delegações como as de Cuba, Venezuela e México.

O intuito de tôdas estas manobras é um só: preparar um clima propício à eclosão de provocações e motins que possibilitariam a tomada de medidas contra Cuba pela conferência. O govêrno norte-americano convenceu-se de que não existem condições no momento para forçar a aprovação de sanções contra a revolução cubana. O próprio relatório da comissão da OEA que preparou o temário da reunião sôbre as «ameaças extracontinentais à unidade do hemisfério», segundo se divulgou antes do início da reunião, foi todo elaborado num tom conciliador e evitou tomar qualquer posição sôbre as acusações ianques contra Cuba. O México, pela palavra de seu ministro do exterior, afirmava que sempre fôra contra a chamada Doutrina Monroe, deixando claro que o chanceler Manuel Tello não iria nas águas do sr. Herter. Posição semelhante deve ser tomada pela Venezuela, como se pode julgar pelas declarações do professor Dionisio Lopez Oliveira, presidente da URD, partido a que pertence o chanceler venezuelano Ignácio Luiz Arcaya, de inteira solidariedade à revolução cubana.

Por outro lado, outros governos, inclusive o brasileiro, preocupado em manter a barganha da OPA, mostravam-se dispostos a adotar uma atitude conciliadora. Diante de tudo isto, as esperanças norte-americanas de reeditar a agressão à Guatemala iniciada na conferência de chanceleres de Caracas, começaram a se desvanecer. Era necessário aos ianques mudar êste panorama, principalmente depois que Cuba demonstrou na prática que a agressão econômica cometida com o corte de sua cota de açúcar e o boicote das emprêsas de petróleo não dera qualquer resultado.

O Departamento de Estado em ação

O govêrno ianque pôs então em movimento o mecanismo de chantagem e subôrno dos países latino-americanos. Primeiro foi a doação de 53 milhões de dólares ao Peru, como recompensa por ter pedido a convocação da conferência contra Cuba. Em seguida, o sr. Eisenhower apresentou seu plano de esmolas de 500 milhões de dólares de ajuda à América Latina e de 100 milhões para o Chile. Ao mesmo tempo, os embaixadores latino-americanos em Washington eram chamados as pressas ao Departamento de Estado para receber «instruções». O embaixador da Bolivia, Victor Andrade, por exemplo, saiu diretamente do Departamento de Estado para seu país, onde se reuniu durante longas horas com o govêrno para «explicar» os motivos e objetivos da conferência.

Colaborando com a manobra do govêrno dos EUA, o ministro das relações exteriores do Brasil, sr. Horácio Lafer, que havia acompanhado o presidente Kubitschek em sua visita ao ditador Oliveira Salazar, foi a Washington especialmente para se entrevistar com o secretário de estado Christian Herter. Conforme apontaram vários jornais, como o «Jornal do Brasil»», cuja fidelidade sem limites aos Estados Unidos não é posta em dúvida por ninguém, e «Ultima Hora», a entrevista entre Lafer e Herter desmascara inteiramente a política oficialmente defendida pelo Itamarati de conciliar o antagonismo cubano-norte-americano.

Embora as conversações do ministro do exterior brasileiro e o sr. Herter tenham sido òbviamente secretas, não resta a menor dúvida de que o sr. Lafer se limitou a arriscar palpites medrosos diante das imposições do govêrno norte-americano. Os próprios meios diplomáticos brasileiros se encarregaram de divulgar a posição que seria tomada pelo sr. Lafer em São José: fazer apelos e propostas inaceitáveis ao govêrno cubano e, diante da inevitável recusa, acusá-lo então de responsável pela crise e secundar o ataque norte-americano.

Seis anos que mudaram tudo

O propósito norte-americano de repetir em São José a façanha de Caracas, entretanto, se chocam com obstáculos acima de suas fôrças. Os seis anos que se passaram entre as duas conferências mudaram completamente a situação do mundo e da América Latina. O próprio local da reunião já complica as coisas para os ianques. Em Caracas, em 1954, existia a polícia facínora do ditador Perez Jimenez para assegurar um ambiente de «tranquilidade» para o sr. Dulles e seus pausmandados. O povo de São José, pelo contrário, promoveu uma recepção consagradora ao chanceler cubano Raul Roa, tanto no aeroporto como, mais tarde, na embaixada de Cuba, onde a polícia não conseguiu impedir que milhares de pessoas saudassem os representantes cubanos.

Com o objetivo declarado de evitar manifestações de condenação à agressão contra Cuba, o Departamento de Estado não revelou o dia e a hora da chegada do sr. Herter, o que, entretanto, não impediu que a população da capital manifestasse seus sentimentos. Nem mesmo um cego deixaria de notar a flagrante diferença entre a acolhida hostil que esperava o secretário de estado norte-americano e a cordialidade com que foi recebido Raul Roa.

Por outro lado, se em Caracas o México se absteve na hora de votar a resolução dirigida contra a Guatemala, hoje a posição dêsse país não deverá ficar apenas na abstenção, no que será seguido pela Venezuela. Se em Caracas, a máquina de propaganda e intimidação ianque conseguiu abafar em parte a voz do representante guatemalteco, Guilhermo Toriello, hoje não há fôrça capaz de impedir que o representante cubano, como disse o presidente Dorticós, transforme a conferência em tribuna revolucionária e de acusação ao imperialismo ianque.

Finalmente, os próprios governos submetidos ao mando norte-americano sabem que encontrarão a resistência de seus povos, resistência que em certos casos poderá levar mesmo à sua queda, se endossarem quaisquer medidas contra a revolução cubana. Sabem também que os países socialistas e afro-asiáticos não escondem sua disposição firme de ajudar Cuba por todos os meios necessários em caso de agressão.

Novo Bogotá

O «Diário de Costa Rica», do ex-presidente e «amigo» da United Fruit e dos monopólios norte-americanos Utilie Ulate, revelou há alguns dias que se prepara um incidente de grandes proporções durante a realização da conferência. Êste incidente, segundo ainda o referido jornal, poderia ser inclusive o assassínio do ex-presidente de Costa Rica, José Figueres, inimigo da revolução cubana. A responsabilidade pelo atentado seria imediatamente atribuída aos representantes cubanos na conferência. Seria, dêsse modo, criado uma situação semelhante à que ocorreu durante a conferência inter-americana de Bogotá, em 1948, quando foi assassinado o líder nacional Jorge Eliezer Gaitán, seguindo-se uma repressão policial que ensanguentou as ruas da cidade.

A notícia veiculada pelo «Diário de Costa Rica» é reforçada pelo fato de que nas últimas semanas intensificou-se uma campanha policial anticomunista e antidemocrática, ao mesmo tempo em que regurgita por todo o país um sem número de grupos e organizações reacionárias que contam com recursos elevadíssimos.

A chegada das delegações à conferência aguçou ainda mais a tensão. A delegação cubana encontrou conhecidos elementos contra-revolucionários, inclusive o «jornalista» Jules Dubois, morando no mesmo andar em que ficaria alojada, tendo que se hospedar na própria embaixada cubana, para evitar provocações. Coisa semelhante aconteceu com as delegações do México e da Venezuela, que também tiveram que ir para suas embaixadas. O diretor de «Prensa Latina» foi prêso por elementos do FBI em colaboração com a polícia costariquenha, só sendo libertado depois de grandes protestos dos jornalistas. O próprio ministro do exterior de Cuba, Raul Roa, foi ameaçado por policiais à sua chegada à embaixada.

Êste é o ambiente criado na Costa Rica pelos norte-americanos, que sonham com os resultados que poderiam ser obtidos com a repetição de Bogotá e Caracas. Sonhos, inúteis, aliás, porque 1960 não tem nada a ver com 1948 ou 1954.

Bolivianos queimaram bandeira ianque

Manifestando sua solidariedade pela revolução cubana, milhares de habitantes de La Paz, capital da Bolivia, realizaram comícios e passeatas, inclusive diante da embaixada dos EUA, cuja bandeira foi queimada.

LUMUMBA PROTESTA: ONU SERVE AOS BELGAS

O Conselho de Segurança da ONU deverá reunir-se novamente ainda esta semana para discutir o desenvolvimento da situação política e militar no Congo, depois da viagem do secretário-geral Dag Hammarskjold ao país. Antes de sair do Congo, o secretário-geral da ONU recebeu uma carta do primeiro-ministro Patrice Lumumba denunciando claramente as manobras realizadas sob a cobertura da ONU e exigindo que sejam tomadas medidas imediatas para pôr em prática as resoluções já adotadas pelo Conselho de Segurança e acabar com a intromissão direta e indireta da Bélgica no país.

Concretamente, as fôrças da ONU têm servido ùnicamente para tentar perpetuar o statu quo criado pelos belgas com a «eleição» de Moise Tchombe para presidente do conselho regional da Catanga e criar novos focos separatistas no Casai e no Quivu. Apesar da clareza da resolução do Conselho de Segurança considerando o govêrno central de Lumumba como o único representativo de todo o país, a Catanga continua servindo de base para as manobras belgas de restaurar o colonialismo no Congo, sob o pretexto de garantir a «autodeterminação» da província e «não intervir» nos assuntos internos do Congo. Os únicos soldados enviados a Catanga até o momento são suecos, ao contrário das exigências do govêrno do Congo de utilizar exclusivamente, ou pelo menos preferencialmente, soldados africanos. As armas distribuídas pelos belgas à população branca e aos negros colaboracionistas não foram confiscadas e os soldados belgas, em sua maioria, continuam na província, dentro e fora de suas bases.

A situação da Catanga é de tal modo inaceitável que o govêrno independente do Congo, inclusive o primeiro ministro Lumumba, está virtualmente proibido de ir à região, cujos aeroportos estão controlados pelos belgas e por soldados da polícia de Tchombe. O papel da ONU, que deveria ser de proteger a unidade do país, foi completamente desvirtuado pelo secretário-geral que, apesar de se declarar disposto a «não intervir» nos assuntos internos do Congo, chegou ao ponto de se pronunciar a favor de um sistema federativo para a jovem república, confirmando suas intenções pró-colonialismo.

Com a cumplicidade do secretário-geral da ONU, tomaram maior corpo as manobras tendentes a substituir o govêrno central forte, o único capaz de se opor ao colonialismo e dar início às reformas sociais e econômicas necessárias, por um pseudo govêrno federativo cuja única função seria ocultar a subserviência dos govêrnos regionais autônomos da Catanga, Casai e Quivu ao colonialismo belga e seus sócios desde Rockefeller até os trustes inglêses e alemães-ocidentais.

A manobra de Tchombe, Kalonji, Hammarskjold & Cia. entretanto se choca contra a vontade firme do govêrno de Lumumba, já inteiramente apoiado por Gana, Guiné e outros países afro-asiáticos e pelo campo socialista, a começar pela União Soviética. Em outras palavras, trata-se de uma manobra de pouco futuro.

Imperialismo malhado em Bogotá

Apesar das tentativas de repressão policial feitas pelo govêrno de Lleras Camargo, estudantes e operários colombianos vêm realizando numerosos atos de solidariedade a Cuba, tanto em Bogotá como em outras cidades do país. Na capital, depois de uma dessas manifestações, foram queimadas uma bandeira e um boneco representando o imperialismo norte-americano, a despeito dos esforços da polícia. Grande número de manifestações têm sido feitas no país também para protestar contra a política do govêrno de subserviência ao Departamento de Estado ianque.

Laos Vai Voltar ao Neutralismo

Uma semana depois do golpe de Estado dirigido pelo capitão Kong Lee, a situação do Laos parece ter chegado a uma solução com a formação de um govêrno presidido pelo príncipe Souphana Phouma. O príncipe Phouma foi primeiro-ministro do Laos entre 1957 e 1959, quando um golpe militar planejado pelas missões militares norte-americana e francesa colocou no poder um grupo direitista ùltimamente chefiado pelo ex-primeiro-ministro Sonsanith, derrubado pelo movimento do capitão Kong Lee, apoiado pela população laociana.

O objetivo do golpe militar que levou ao govêrno o testa-de-ferro Sonsanith foi acabar com a política de neutralidade positiva, adotada por Phouma e com a política de integração nacional determinada pela Conferência de Genebra de 1955, que pôs fim à guerra da Indochina. O príncipe Phouma, irmão do príncipe Souphana Vong, dirigente do partido Neo Lao Haksat e do movimento guerrilheiro do Paté Laos, havia incluído no seu gabinete dois ministros comunistas representantes do Neo Lao Haksat e procedia à reconversão dos guerrilheiros do Paté Laos ao exército nacional laociano, preservando todos os direitos democráticos. Derrubado o govêrno de Phouma, o novo govêrno laociano, dirigido na prática pelo Departamento de Estado, iniciou imediatamente uma política externa de aproximação com o bloco militar da Organização do Tratado da Ásia e do Sul-Este (OTASE) e de provocações contra o reino neutro do Cambodge, juntamente com a Tailândia e o Viet-Nam do Sul.

No plano interno, o govêrno de Sonsanith realizou uma política de repressão sistemática contra tôdas as fôrças democráticas e progressistas, inclusive a prisão do príncipe Souphana Vong e a internação em campos de concentração dos guerrilheiros do Paté Laos. A reação dos camponeses laocianos não se fêz esperar, culminando com a fuga do príncipe Vong e a eclosão de choques armados no norte do país entre camponeses e guerrilheiros, por um lado, e soldados do govêrno armados pelos norte-americanos, por outro.

Essa situação provocou grande descontentamento entre certos círculos militares progressistas do Laos. O povo laociano, que apoiava inteiramente a política externa de neutralidade de Phouma e suas medidas sociais e econômicas, teve que ser duramente esmagado para que o govêrno de Sonsanith pudesse se manter de pé. A miséria dos camponeses aumentava, ao mesmo tempo em que êles sofriam as conseqüências da guerra de repressão contra o Paté Laos.

Exatamente por isso, uma das primeiras medidas tomadas pelo comando militar que deu o golpe de Estado foi a ordem a tôdas as unidades do exército que lutavam contra os guerrilheiros para que cessassem as hostilidades e se recolhessem aos quartéis, seguida da ordem de retirada das missões militares estrangeiras do país e uma declaração de política externa de neutralidade. Quando o capitão Kong Lee anunciou estas medidas à enorme multidão que se concentrava diante do palácio do govêrno, suas palavras foram calorosamente aplaudidas pelo povo.

CONGRESSO DE LONDRINA REVELA

Trabalho Escravo no Paraná Constrói o Império do Café

Reportagem de NILSON AZEVEDO

O I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná revelou tôda a existência dolorosamente miserável de milhares de lavradores, que vivem à margem de tôdas as leis, arrastando-se para a lavoura famintos, doentes e quase nus, trabalhando como autênticos escravos, arrancando da terra, em condições primitivas, com o auxílio apenas da enxada e da foice, tôdas as riquezas que vão para os cofres dos grandes fazendeiros e dos trustes ianques Anderson Clayton, American Coffee, Sanbra e seus semelhantes.

A história de cada pé de café, a história de cada pé de algodão que floresceu no Paraná, e que o transformou em um dos mais prósperos Estados da União, está miseràvelmente marcada com o profundo sofrimento do homem que o plantou. E a história de cada homem que plantou o café, e a história de cada homem que plantou o algodão, é um libelo, é uma acusação, é um grito e um clamor irreprimível contra o atual sistema de exploração da terra em nosso país.

Tão miserável é a situação dos lavradores, tão contraditórias são as formas de produção no campo com as da cidade, tão negativas para o desenvolvimento econômico, político e social do país são as atuais relações de trabalho no campo, que o lavrador Firmino Botelho ,em seu linguajar espontâneo e simples de homem de enxada, declarou em seu discurso: «o problema da reforma agrária não é apenas dos lavradores, mas de todos os brasileiros que têm vergonha na cara».

E é mesmo. Nenhum cidadão pode hoje permanecer insensível ao drama dos trabalhadores rurais. Nenhum patriota, nenhum nacionalista pode deixar de se enfileirar nessa jornada nacional pela reforma agrária, que teve o seu ponto saliente no Congresso do Paraná. O deputado Waldemar Daros, que acompanhou do princípio ao fim o conclave dos lavradores, salientava em seu discurso que a luta dos trabalhadores do campo é uma luta paralela à luta pela emancipação econômica e política do país.

O drama de cada um

Cada um dos lavradores que participaram do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná tem uma vida e uma história que é de miséria e sofrimento. Antônio Pereira da Silva, por exemplo, é colono, trabalha na Fazenda Oriente, situada a 25 quilômetros de Maringá, bem na divisa com Polinópolis. Antônio tem 37 anos, é casado e possui 8 filhos menores. Êle e os dois filhos mais crescidos cuidam de 9.980 pés de café, a trôco de um salário de 4.438 cruzeiros mensais. Trabalha de sol a sol. No princípio do mês ainda consegue comer feijão com arroz, sem tempêro. Mas o dinheiro escasseia, não pode mais comprar arroz, come feijão cozido em água e sal. «Tem dia moço — disse-me êle — que trabalhamos o dia todo só com uma caneca de café.» Antônio é um mulato de pele amarelecida pela fome e pelas doenças. Os seus olhos brilharam quando eu perguntei se os seus filhos estudavam. Parecia que ia chorar. Antônio baixou a cabeça. Ergueu-a novamente. Olhou nos meus olhos e eu pude sentir todo o seu drama. «Moço — disse-me — Vendi duas galinhas para poder chegar até aqui. Meus filhos não estudam não. A escola fica muito longe, e uma cartilha custa 55 cruzeiros. Meus filhos não têm escola. Meus filhos são doentes e eu não posso tratar dêles. Eu vim aqui com sacrifício porque tenho esperança de melhorar. Eu acho que a coisa vai. Se todo mundo ajudar a gente, ainda vou ter meu pedaço de terra e dar educação a meus filhos».

Essa esperança de Antônio florescia no ambiente do Congresso onde se reuniram cêrca de 300 delegados, representando colonos, posseiros, porcenteiros, meeiros, formadores e assalariados agrícolas de 35 municípios do interior paranaense. Foi êsse clima que levou o deputado federal Temperani Pereira a declarar para o repórter que os trabalhadores do campo não permanecem mais na expectativa romântica, mas começam a lutar efetivamente pela solução dos seus problemas, pugnando por uma reforma agrária que os tire da atual situação de miséria em que se encontram.

Outra história

João Crispim da Silva é formador; sua especialidade consiste em plantar café e cuidar da planta durante quatro anos, findos os quais acaba o seu contrato. O contrato diz que o fazendeiro dá a residência para o lavrador e sua família, mas o patrão de Crispim, como os demais, não são de cumprir contrato. Crispim mora num barraco improvisado, onde a chuva e o frio penetram por todos os lados. Êle derrubou a mata, limpou o terreno e plantou 16.500 pés de café. Durante quatro anos êle cuidará dessas plantas. Quando elas estiverem florescendo Crispim as entregará ao fazendeiro que então lhe pagará 2 cruzeiros em cada pé de café. Antes disso o patrão não lhe adianta nem um tostão. O lavrador pode ficar doente, seus filhos podem estar morrendo de fome, nada disso comove o fazendeiro. O dinheiro só é pago no fim dos quatro anos. Crispim, como os outros formadores, são obrigados a trabalhar alguns dias da semana na roça dos vizinhos, para poder comprar feijão que lhe dará fôrças para cuidar do café que enriquecerá o fazendeiro.

Trabalho perdido

— Trabalho na lavoura desde criança e até hoje nunca tive um palmo de terra que fôsse meu. Foi José Alexandre Ferreira, homem de 66 anos de idade, e pai de 17 filhos, quem nos disse isso. José Alexandre, embora cansado e doente, viajou cêrca de 3 horas em companhia da delegação do município de Centenário, composta de 13 lavradores. Êle trabalha na Fazenda N. S. de Lourdes, na comarca de Jaguapitã. Apesar dos seus 66 anos, o velho lavrador assinou um contrato de seis anos para plantar café. Desbravou a terra, levantou sua casinha, preparou um pasto, comprou arame, fêz uma cêrca e na outra área plantou 12 mil pés de café, após um ano de trabalho duro para limpar o terreno. Terra ruim, com dois anos o café desenvolvia-se com dificuldade. Café dá com quatro anos. Com um contrato de seis anos, a grande esperança do velho José Alexandre era poder dispor da safra da rubiácea durante dois anos, vendê-la para si, e depois entregar a plantação ao fazendeiro que a iria explorar para o resto da vida. Mas o fazendeiro matou a esperança do lavrador, mandando-o derrubar a plantação de café e substituí-la pela de algodão, com a promessa de lhe dar 30% na produção. O trabalho do lavrador ficou perdido, pois o fazendeiro não lhe indenizou os 12 mil pés de café derrubados. Agora êle vai plantar algodão, levando na alma a amargura de um desejo que não se realizou, e a revolta contra a brutal exploração de que é vítima.

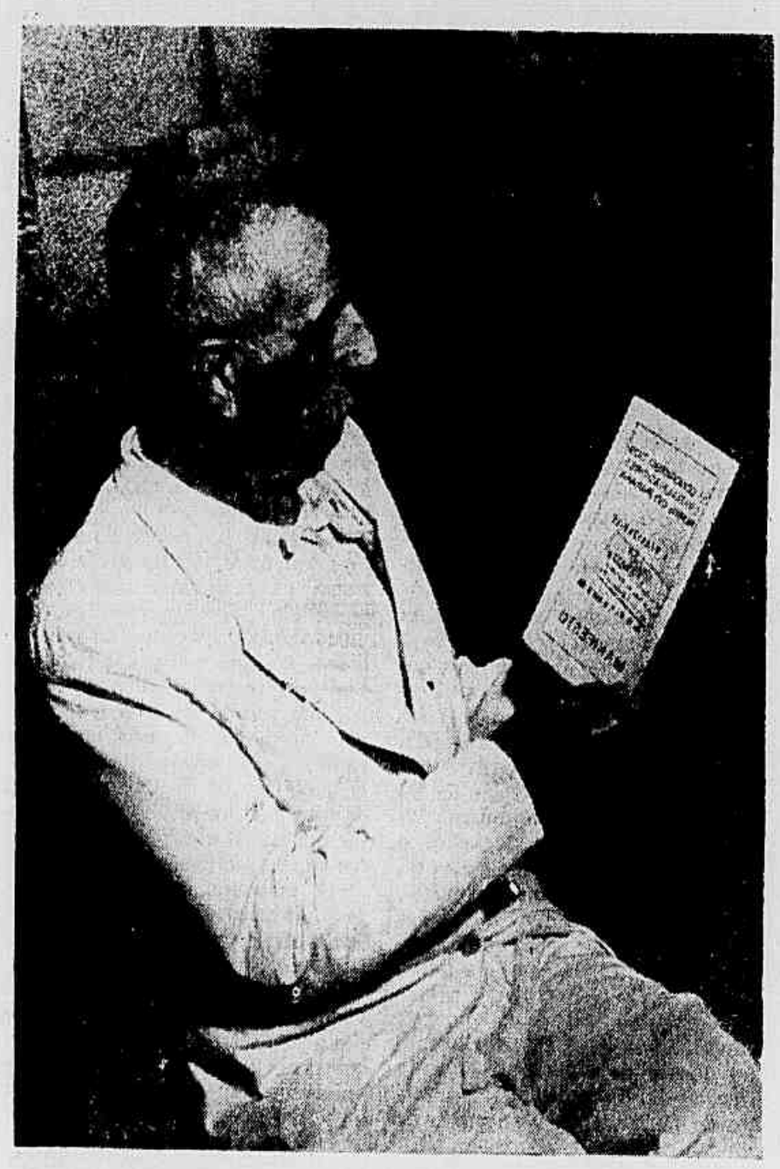
Uma luta de todos

O I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná realizou-se com êxito, graças à colaboração ativa dos sindicatos operários de Curitiba, Londrina e Maringá, a participação dos estudantes e de intelectuais paranaenses. Inestimável foi, ainda a contribuição do deputado Francisco Julião e de sua equipe de colaboradores, composta de 19 membros, que se deslocaram de Pernambuco para ajudar a realização do conclave.

Mas o Congresso dos Trabalhadores Rurais não foi um conclave qualquer, nem foi preparado entre quatro paredes. Ao contrário, durante vários dias os líderes sindicais operários e os dirigentes dos sindicatos e das associações de trabalhadores rurais permaneceram na zona agrícola, debatendo com os camponeses o temário do Congresso, esclarecendo as finalidades do conclave e convidando-os a elegerem os seus delegados. Centenas de assembléias foram realizadas com a participação de grande número de homens e mulheres do campo. Em muitos lugares a propaganda do conclave não foi fácil. Os fazendeiros mobilizaram os seus capangas para impedir que os organizadores do Congresso se dirigissem aos lavradores. Contudo, a preparação e a realização do conclave deixaram as suas raízes em cada fazenda do interior paranaense.

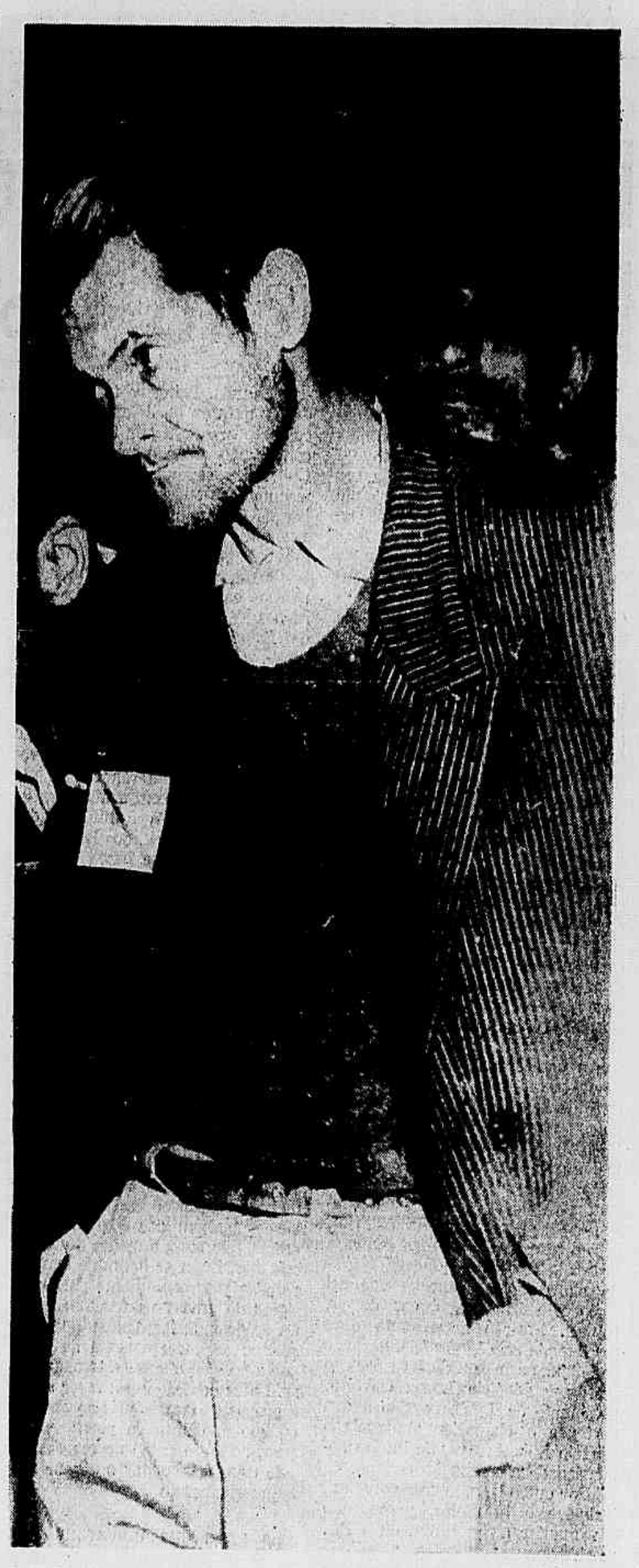
Prêso no caminho

Muitos lavradores que foram eleitos delegados ao Congresso não puderam se dirigir a Londrina porque foram presos pelos capangas dos fazendeiros e latifundiários. O lavrador Francisco Jovenato foi uma das vítimas do sistema de escravidão ainda existente em várias fazendas do interior paranaense. Êle já se encontrava a caminho de Londrina quando foi cercado pelos capangas do patrão, e levado de volta para a Fazenda Campanário, situada no município de Goio Erê. Francisco Jovenato, em carta dirigida a Comissão Organizadora do Congresso, denunciou êsse fato, salientando textualmente: «Vocês arranjem o que puderem por mim, porque não posso sair de forma nenhuma senão êles até me matam quando eu chegar.» Mas nenhum dêsses fatos abalaram a decisão dos lavradores de realizar o seu Congresso e de continuarem a luta que começam a enfrentar de maneira organizada pela conquista de direitos sociais e trabalhistas, por assistência hospitalar, médica, e escolar, e pela reforma agrária.



Êle ainda espera um pedaço de terra

Embora com 66 anos de idade, o velho lavrador José Alexandre Ferreira ainda tem esperança de realizar o sonho que acalenta desde criança: possuir um pedaço de terra para tocar a sua própria lavoura



Um líder atento ao problema da terra

O líder camponês José Ribeiro, secretário da Associação dos Trabalhadores e Assalariados Agrícolas de Campo Mourão, foi um dos organizadores do I Congresso que reuniu os representantes dos lavradores paranaenses

Êstes homens sabem o que querem

Os lavradores paranaenses deslocaram-se de 35 municípios do interior para discutir os seus problemas na cidade de Londrina. Eles romperam tôdas as barreiras que lhes foram impostas pelos latifundiários e realizaram o seu I Congresso, demonstrando o inabalável propósito de acabar com o cruel sistema de trabalho a que estão submetidos

NOVOS RUMOS

Fabricantes de Bens

Enquanto se realizava o III Congresso Nacional Sindical, onde os trabalhadores discutiram com generosidade e elevada consciência política, não, apenas, os seus problemas, mas os de todo o povo brasileiro, sentia-me profundamente agradecida àqueles que produzem tôdas as riquezas. Foi, sempre, assim que me senti à lembrança do trabalho que êles realizam, ao ritmo da vida.

Nas roupas dos meus filhos, quando os agasalho, encontro o calor das mãos de tôdas as mulheres, que em tôdas as fábricas teceram o pano que deveria agasalhar tôdas as crianças do mundo. Na segurança de minha casa, onde guardo as coisas e as criaturas que amo, encontro a essência da continuidade do trabalho que já foi escravo e que, hoje, se liberta, e se transforma num direito através das lutas que marcam as mais importantes conquistas da humanidade. Foram os trabalhadores que fabricaram as molduras de todos os quadros da existência e que construindo todos os prédios quiseram abrigar tôdas as famílias. E muitas vêzes são os seus próprios filhos que não têm onde morar. E os patrões tão cheios de empáfia fingem que podem viver sem as mãos dos operários. Mas sem elas não teriam os palacetes para morar. Não vestiriam os tecidos caros com os quais se fantasiam para as festas do «society». Viveriam primitivamente, como no começo dos tempos. Cada objeto que nos cerca, o confôrto e a beleza, tudo foi tocado pela mão do operário. E a história? Também foi tocada pelas suas mãos. Também está sendo feita pelas suas mãos. A lembrança mais remota que encontro dos que trabalham, dos que tocam tôdas as coisas, é a de uma sociedade, lá numa cidadezinha do interior, onde meia dúzia de homens, mais artesãos do que operários, festejavam, religiosamente, o Primeiro de Maio. Êsses poucos homens, êles mesmos, num trabalho paciente e organizado, juntamente com outros homens de outras grandes e pequenas cidades, realizaram o milagre da multiplicação: dois mil delegados operários se reúnem para falar de assuntos que os doutores desconhecem. De assuntos que amedrontam os doutores ou que os fazem vociferar.

Por isso, mais uma vez, pelas coisas que me deu, pelas coisas que me ensinou a compreender e a amar, agradeço à classe operária. Ao padeiro que traz o pão para os meus filhos. Ao chofer que os leva para a escola. Aos tipógrafos que imprimem as coisas úteis e bonitas que êles descobrem nos livros. Às tecelãs que lhes dão as roupas. Aos que fazem as bonecas, aos que fabricam alegria para as crianças. A todos, pela lição de organização e unidade. À classe operária que sabe ligar os seus interêsses particulares aos interêsses nacionais, pelos problemas que discutem. Problemas de salário. De moradia. De Previdência Social. Problemas de nossa vida. E para agradecer-lhe só encontro um meio: o de lutar para que seus filhos tenham pão todos os dias, tenham escola sempre, tenham tôdas as bonecas que desejem.

Ana Montenegro

Flôres desenharam o símbolo da luta

Uma coroa de flôres, com o desenho da foice e do martelo, na sala da ABI era o sinal de que os comunistas da Guanabara se reuniam, publica e legalmente. Prestes conclamou os trabalhadores a lutarem com todos os seus esforços pela vitória de Lott e Jango, em 3 de outubro, que representará um grande passo à frente no caminho da emancipação e da democratização do nosso país

Comunistas do Brasil Reuniram-se Para Lutar Pela Legalidade do PCB

trangeiro. Pràticamente todos os comunistas brasileiros os discutiram. De diversos países estrangeiros especialmente da América Latina, têm chegado pedidos à redação de NOVOS RUMOS, solicitando a remessa de exemplares de nosso jornal do dia 15 de abril, quando foram publicados os documentos.

Também em outras classes e camadas sociais, além da classe operária, os documentos despertaram vivo interêsse. Numerosos industriais, comerciantes, intelectuais, médicos e deputados federais e estaduais não-comunistas participaram dos encontros e reuniões feitas pelos comunistas, em todo o país, para debater os projetos de programa e de estatutos do PCB, cujo registro será pleiteado junto à Justiça Eleitoral.

Primeiro no âmbito local, do bairro, da emprêsa ou da cidade, depois no âmbito regional, através de seus representantes, e através também da «Tribuna de Debates» aberta em NOVOS RUMOS, os comunistas brasileiros realizaram nos três últimos meses, em tôrno das «Teses» e do «Projeto de Estatutos», o mais amplo e mais democrático debate dos problemas políticos, econômicos e sociais de nosso país.

Encontro público em São Paulo

Os comunistas deram assim a tôda a opinião pública brasileira e, particularmente, a seus detratores profissionais, a prova concreta de que constroem aqui mesmo a sua linha política, e de uma forma tão ampla e democrática que nenhum outro partido político pode se comparar a êles em obediência e fidelidade às mais profundas aspirações de nosso povo. E, em muitos lugares, essa prova foi dada publicamente. Sempre que possível — pois, em alguns Estados, a reação antidemocrática ainda predomina e impede os comunistas de se reunirem publicamente — as reuniões foram abertas a todos, simpatizantes, aliados e mesmo, curiosos, em locais públicos.

Assim foi, por exemplo, em São Paulo. Depois de um intenso processo de discussão em todo o Estado, os comunistas de São Paulo elegeram os seus delegados a um encontro no âmbito estadual, que se realizou na Capital paulista no dia 3 de agôsto. A êste encontro, que teve lugar nos amplos salões do Clube da Independência, compareceram representantes de diversos partidos políticos, entre os quais o Sr. Frota Moreira, do Diretório Regional do PTB, o Sr. Antônio Costa Corrêa, do Diretório Regional do PSB, o Sr. Ruben

dão superiotou os salões do Independência. Em nome dos comunistas do Estado falou inicialmente Ramiro Luchesi, que frisou a necessidade da frente única nacional contra o imperialismo norte-americano, e criticou veementemente o govêrno Carvalho Pinto, que se transformou em cabo eleitoral do candidato da reação e do entreguismo, Jânio Quadros. Falaram em seguida os Srs. Matos Pimenta, do PTB, e Rubens Aguiar, do PRT, que afirmaram a necessidade da união dos comunistas com os seus respectivos partidos, na atual campanha eleitoral pró-Lott-Jango, e deram integral apoio à campanha pela legalidade do PCB, exaltando ainda a atuação dos comunistas em defesa dos trabalhadores e do povo.

Depois de falarem, em nome dos delegados do Interior e da Capital, Arlindo Lucena e Ênio Sandoval Peixoto, falou o representante do PSB, Sr. Costa Corrêa, que saudou os delegados comunistas e o enorme público presente, exaltando o papel da frente única antiimperialista e popular na luta pela emancipação política e econômica de nosso país. O deputado Rogê Ferreira, que ocupou o microfone em seguida, também fêz uma apreciação da atual campanha eleitoral, e da importância do papel dos comunistas e nacionalistas na luta pela vitória da candidatura Lott, que será uma vitória da frente única nacionalista e democrática.

Encerrando o encontro, falou Luís Carlos Prestes, que fêz uma demorada exposição das lutas dos comunistas brasileiros, desde os tempos difíceis do passado, até as novas e amplas perspectivas que se abrem no presente, em todo o mundo, para a vitória do socialismo e a liquidação do imperialismo. Sua intervenção foi freqüentemente interrompida pelos aplausos e vivas entusiásticos da assistência; ao final, êle foi efusivamente cumprimentado pelos representantes dos partidos e movimentos políticos presentes.

Na Guanabara

Também os comunistas da Guanabara realizaram democrática e publicamente o seu debate e o encontro de seus delegados, que teve lugar na sede da ABI, na noite de 5 de agôsto. Representantes do PSB e do PTB estiveram presentes — D. Elza Ribeiro e Sr. Guilherme Malaquias, do PTB e os Srs. Jayme Wallace, Erminio Linhares e Agostinho Ritto, do PSB — bem como o Prof. Alberto Latorre de Faria, que ocupou o microfone, falando em nome dos intelectuais não-comunistas, para a grande assistência que ocupava literalmente o anfiteatro do 9º andar da ABI. Em nome dos comunistas, falaram Ores-

lítica traçada pelas «Teses», bem como o Projeto de Estatutos, ao qual apresenta algumas emendas; conclama os comunistas e o povo a lutar pela vitória da chapa nacionalista Lott-Jango-Sérgio nas próximas eleições, pela unidade e pela intensificação do movimento sindical, e em defesa do povo cubano contra a agressão do imperialismo norte-americano. A Resolução também assinala, como acontecimento de grande significação para o povo carioca, a criação do Estado da Guanabara, que vem dar satisfação à velha aspiração de autonomia da população do antigo Distrito Federal.

Legalidade de fato e de direito

Outros exemplos significativos do caráter amplo e público das discussões e encontros promovidos pelos comunistas de todo o país, são os de Minas, da Bahia, do Piauí, de Pernambuco e do Ceará. Em Minas, o encontro foi realizado com a presença do líder do PTB na Assembléia Estadual, deputado Ladislaw Sales, além de outro representante petebista, o deputado Ernani Maia. Encerrado o encontro, o líder comunista mineiro Armando Ziller foi longamente entrevistado pela emissora de TV Itacolomi, sôbre os objetivos e os resultados daquele debate realizado pelos comunistas.

Em Teresina, o encontro dos comunistas foi presidido por um Juiz de Direito local e velho combatente democrata, o Dr. Agripino dos Santos Maranhão, e teve a participação ativa de centenas de nacionalistas e democratas não integrantes do movimento comunista. Em Fortaleza, os presidentes de dois grandes sindicatos de trabalhadores locais — pescadores e têxteis — Walter Sousa e Raimundo Lopes Gondim, além de numerosos outros representantes das diversas camadas da população cearense, discutiram as Teses com os comunistas e, inclusive, o Projeto de Estatutos. Em Recife, o encontro foi realizado na própria Assembléia Estadual, com a presença de representantes de todos os partidos políticos.

Os comunistas brasileiros estão assim conquistando de fato a legalidade de ação política e de reunião, a que têm direito, pela Constituição. E estão abrindo caminho para completar essa conquista, com a obtenção da legalidade de direito para o seu Partido, por meio do registro pela Justiça Eleitoral dos Estatutos do PCB.

A frente única nacional e democrática

Uma verdadeira multidão entusiástica lotou literalmente o salão da ABI, para o encontro dos comunistas da Guanabara. Diversos representantes de partidos políticos estiveram presentes. O Prof. Latorre de Faria falou pelos intelectuais não comunistas, defendendo a união de tôdas as fôrças nacionalistas e progressistas pela emancipação e pela democracia

Pela independência e pelo socialismo

O encontro dos comunistas de São Paulo foi realizado no Clube da Independência, e as palavras-de-ordem da luta pela independência e emancipação econômica do país foram de fato a tônica dos debates. Prestes fêz uma demorada exposição das lutas comunistas do passado e do presente, mostrando as enormes perspectivas que hoje se abrem para o socialismo em todo o mundo.

DEPUTADO JACOB FRANTZ DEMONSTRA:

Frigoríficos Estrangeiros São os Donos do Mercado

Os principais jornais do país publicaram recentemente uma matéria paga dos grandes frigoríficos que, em síntese, afirmava a necessidade premente de serem liberados os preços da carne, uma vez que se verificara grande aumento no preço do boi em pé. Para negar a monopolização do mercado da carne pelos frigoríficos, fundamentalmente pelos quatro estrangeiros, procura-se tergiversar dois pontos importantes: a parcela que corresponde aos frigoríficos no mercado de carne e o volume de gado próprio dos frigoríficos.

Diz a matéria paga que a arrôba do boi gordo passou de 750 cruzeiros em novembro do ano passado a 1.200 cruzeiros em agôsto dêste ano, daí a necessidade de liberar os preços da carne. Na verdade, durante todo o primeiro semestre do ano, a arrôba de boi variou entre 700 e 800 cruzeiros, e foi nessa ocasião que os frigoríficos fizeram suas compras. À medida que se aproximava o chamado período de entressafra, começaram então as manobras altistas que todos os anos se repetem para justificar um aumento no preço da carne. Além disto, os frigoríficos procuram «esquecer» o fato de que o boi que êles compram a 700 ou mesmo a 1.200 cruzeiros a arrôba não produz apenas carne. Pelo contrário, a carne é sòmente um dos produtos e não é dos mais lucrativos, em comparação com os subprodutos industrializados, como as vísceras, os ossos, os chifres, etc.

Carne sobe mais do que boi

O que mostra, entretanto, a completa falsidade das justificações dos frigoríficos para pedir aumentos é o fato de que ao invés dos preços da carne se elevarem em conseqüência do aumentos no preço do boi em pé, o que se nota é que os preços da carne sobem muito mais do que os do boi, acarretando inclusive elevações no preço do boi em pé.

O deputado Jacob Frantz, vice-presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, apresentou recentemente um longo trabalho sôbre o assunto, em que demonstra concretamente êste fato. Cita o deputado, entre outros, os seguintes dados:

Índices dos preços do boi gordo e da carne

	1948	1951	1954	1956	1960
Boi gordo	100	163	301	471	1.286
Carne de 1ª	100	190	374	555	2.027

Como se vê, num período de 13 anos, os preços da carne foram multiplicados por mais de 20 vêzes, ao passo que os preços do boi em pé multiplicavam-se menos de 13 vêzes. Revela ainda o deputado Jacob Frantz, para deixar claro que as manobras altistas nada têm a ver com o preço do boi, que entre 1956 e 1957 houve uma baixa no preço do boi em pé, enquanto o preço da carne para o consumidor continuava aumentando.

Dessa forma, não passa de tapeação deslavada dizer que, como diz a matéria paga dos frigoríficos, os trustes da carne estão em situação difícil porque compram sua matéria-prima por preços cada vez maiores e vendem seus produtos a preço de tabela. Mesmo porque o que está tabelado é a carne de segunda, quase completamente desaparecida dos açougues, «transformada» em carne de primeira, que está liberada e sobe constantemente.

A segunda mentira

A segunda mentira da matéria paga dos frigoríficos também é desmascarada pelo trabalho do deputado Jacob Frantz. Diz o deputado que «o problema mais grave no que diz respeito à industrialização da carne é o representado pelo fato de que a indústria de carnes está fortemente monopolizada por um pequeno grupo de emprêsas de capital estrangeiro organizadas em nosso país». Referindo-se a esta famosa desculpa dos frigoríficos, que alegam sua «pequena» participação na produção de carnes no Brasil, o deputado Jacob Frantz observa: «É preciso que se considere que apenas 19,2% da produção brasileira de carne é industrializada pelos frigoríficos, nacionais e estrangeiros. Ou seja, quando se examina a participação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carnes, não se deve considerar tôda a produção, e sim uma parcela mais de cinco vêzes menor, mas que se responsabiliza pelo grosso do abastecimento dos grandes centros e pela exportação.»

Em outras palavras, o que interessa não é saber que os frigoríficos estrangeiros controlam apenas cêrca de 13,5% da produção brasileira de carnes, ou que os frigoríficos (nacionais e estrangeiros reunidos) controlam apenas 20% dessa produção, enquanto o resto é fornecido por milhares de matadouros municipais, charqueadas e outros estabelecimentos. O que interessa é que de um lado estão apenas 4 frigoríficos (Anglo, Armour, Swift e Wilson), controlando o abastecimento dos grandes centros e a exportação, e do outro lado estão milhares de emprêsas pequenas, com pouco ou nenhum poder de concorrência.

É muito interessante observar, aliás, que os próprios frigoríficos estrangeiros acabaram por mostrar seu verdadeiro poder. Se compararmos duas matérias pagas publicadas com alguns meses de distância, veremos o seguinte: numa primeira matéria paga, publicada em maio dêste ano, pelos quatro frigoríficos estrangeiros, dizia-se que a produção dêsses quatro trustes representava perto de 13,5% do total do Brasil; agora, os mesmos frigoríficos dizem que 20% da produção de carnes no Brasil é controlada pelos frigoríficos (estrangeiros e nacionais). Isto é, dos 20% que cabem aos frigoríficos, a Anglo, a Armour, a Swift e a Wilson produzem 13,5% enquanto uma dezena de frigoríficos nacionais produzem os 6,5% restantes, menos da metade. Em outras palavras, mais de dois terços da produção dos frigoríficos é monopolizada pelos trustes estrangeiros.

Onde está o truste

Mas o monopólio que os frigoríficos estrangeiros exercem sôbre a produção brasileira de carnes não se limita ao fato de produzirem mais de dois terços da produção industrial. Assinala o deputado Jacob Frantz vários outros pontos bastante significativos: «Uma pesquisa realizada em 1953 em São Paulo revelou que os frigoríficos estrangeiros dispunham, na época, de 75% do total da capacidade de frigorificação do Estado»... «as emprêsas Anglo, Armour, Swift e Wilson também possuiam, em 1957, cêrca de um quinto do total da tonelagem de vagões frigoríficos existentes no país»... «os frigoríficos estrangeiros se responsabilizaram por 75% das exportações de carne nos oito primeiros meses de 1959». Êstes são alguns dos elementos que demonstram o poder e o contrôle dos frigoríficos estrangeiros. Daí a conclusão do deputado Jacob Frantz:

«Acreditamos que diante dêstes elementos já não se pode, em sã consciência, pôr em dúvida o contrôle exercido pelas emprêsas de capital estrangeiro sôbre o mercado de carnes no Brasil. A pressão dessas emprêsas sôbre o mercado, que poderia ter sido pelo menos diminuida se tivesse sido pôsto em prática o plano de construção de matadouros industriais (frigoríficos) elaborado em 1951 pelo Ministério da Agricultura, continua se exercendo com tôda a sua fôrça até esta data, a despeito do aparecimento de emprêsas nacionais no mercado.

«Como são emprêsas com vastas vinculações no exterior e que dispõem de amplo capital de movimento, os frigoríficos de capital estrangeiro têm condições ótimas para conservar suas posições no mercado do boi gordo e mesmo do boi magro, graças ao fato de serem também grandes invernistas. O mesmo ocorre no mercado da carne verde, por serem os maiores fornecedores e disporem de açougues próprios ou submetidos ao seu contrôle; e no mercado de exportação, em vista de suas ramificações internacionais.»

O resultado claro e um dos indícios mais evidentes dêste contrôle é apresentado pelo deputado Jacob Frantz no que acontece com o Matadouro de Santa Cruz, de propriedade do Estado da Guanabara. Para garantir seu contrôle sôbre o mercado consumidor do Rio de Janeiro, os frigoríficos impedem na prática o funcionamento do Matadouro da ex-prefeitura do Distrito Federal. Entre 1956 e 1958, por exemplo, o abate no Matadouro de Santa Cruz caiu de mais de 90 mil cabeças de gado a menos de 60 mil, apesar da crise do abastecimento de carne à população, crise que poderia ter sido contornada se o matadouro estivesse funcionando.

A terceira mentira

A matéria paga dos frigoríficos dizia que êles não têm quase nenhum gado, sendo obrigados a comprar 90% dos bois que abatem dos invernistas aos preços «impostos pelo mercado». De início, é preciso observar que a tapeação começa quando se fala nos «frigoríficos» em geral, quando o que interessa, na realidade, são os quatro frigoríficos estrangeiros que controlam o mercado. Êsses frigoríficos jamais revelaram pùblicamente quantos milhares de cabeças de gado possuem e fazem o possível e o impossível para que os órgãos oficiais também não forneçam informações sôbre o assunto. Parte do mistério, entretanto, já foi desfeita.

Baseando-se em dados do Ministério da Agricultura, o deputado Aurélio Viana revelou, em discurso pronunciado em 1956, que naquela época os quatro frigoríficos estrangeiros possuíam, em conjunto, 471.455 hectares de pastagens e 216.611 cabeças de gado. Observa então o deputado Jacob Frantz: «Como se verifica pelo quadro, a média para tôdas as pastagens é de 2 hectares por cabeça de gado, o que é inaceitável em vista do tipo de alimentação utilizado pelos frigoríficos. Na verdade, o número de cabeças de gado devia ser bem maior na ocasião, a não ser que o dado se refira ao período em que ainda não foram renovados inteiramente os estoques de gado para engorda. A fonte que forneceu os dados acima, o DNPA, advertiu que não possuía informações completas sôbre as pastagens e o gado de propriedade dos frigoríficos, o que os torna ainda mais deficientes. De qualquer forma, as 216.611 cabeças citadas correspondem a cêrca de um quinto do abate de todos os frigoríficos nacionais e estrangeiros existentes no Brasil no ano anterior.»

Em outras palavras, em 1956 os frigoríficos estrangeiros possuíam cêrca de um têrço do gado que abatiam, uma vez que o abate dos frigoríficos estrangeiros representa aproximadamente dois terços do abate geral dos frigoríficos brasileiros. Isto é, como os frigoríficos nacionais e estrangeiros abateram naquele ano pouco mais de um milhão de cabeças, devendo caber aos frigoríficos estrangeiros entre 650.000 e 700.000, o gado que possuiam em suas pastagens era o suficiente para quase um têrço do abate.

Esta situação permite aos frigoríficos não apenas ganhar lucros adicionais, concentrando a industrialização e a engorda do gado numa só emprêsa, como também aumenta em muito seu poder de contrôle sôbre o mercado do boi em pé. Como são parcialmente autosuficientes, os frigoríficos estrangeiros impõem à sua vontade os preços que mais lhes convêm, mantendo-os em nível mais baixo quando fazem suas compras e elevando-os a seguir para forçar o aumento da carne para o consumidor. Esta é a verdadeira cara dos «anjinhos» que a matéria paga, financiada pelos próprios trustes, procurou esconder, mas que é revelada pelo trabalho de deputado Jacob Frantz.

O boi não tem vez

O Brasil tem um rebanho bovino considerável, que em princípio bastaria plenamente para garantir o consumo de sua população se não fôsse o monopólio exercido pelos quatro frigoríficos estrangeiros que impõem preços baixos aos produtores, desestimulando os pecuaristas brasileiros, e preços altos aos consumidores para ganhar lucros polpudos.

Dicionário

A Lei do Desenvolvimento da Sociedade

Quando as antigas relações de produção transformam-se de estímulo em obstáculo ao desenvolvimento das fôrças produtivas, são substituídas, mais cedo ou mais tarde, por novas relações de produção que favoreçam aquêle desenvolvimento. As premissas materiais para tal mudança ocorrem ainda dentro do antigo modo de produção. Por exemplo, quando as relações de produção existentes na sociedade feudal (fundamentalmente as relações entre os servos e os senhores feudais) passaram a constituir um estôrvo ao desenvolvimento das fôrças produtivas, o modo de produção feudal foi substituído pelo modo de produção capitalista, cujas relações de produção correspondiam ao nível de desenvolvimento atingido pelas fôrças produtivas. Estas novas relações de produção abriam caminho para o sucessivo desenvolvimento das fôrças produtivas.

De tal maneira, a lei econômica do desenvolvimento da sociedade é a lei da correspondência entre as relações de produção e o caráter das fôrças produtivas.

Na sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem, os conflitos entre as fôrças produtivas e as relações de produção manifestam-se na luta de classes. Em tais condições a substituição do antigo pelo novo modo de produção efetua-se mediante a revolução social.

A Economia Política estuda as relações de produção, ou seja a base da sociedade, em sua interação com a cúpula, com a superestrutura, isto é, com a ideologia, as concepções políticas e as instituições.

A Economia Política é uma ciência histórica. Significa que estuda a produção material em sua forma social historicamente determinada, estuda as leis econômicas inerentes aos correspondentes modos de produção.

As leis do desenvolvimento econômico da sociedade são leis objetivas. Pode-se, por exemplo, baixar uma lei proibindo, suponhamos, que o presidente da República possa candidatar-se à reeleição; mas é impossível revogar, digamos, a lei da oferta e da procura, ou a lei do valor... As leis econômicas são engendradas independentemente da vontade dos homens por determinadas condições históricas e deixam de atuar quando cessa a existência dessas condições. Elas regem as relações sociais da produção e da distribuição dos bens materiais.

Os homens não podem, portanto, revogar ou criar as leis econômicas. O que êles podem é sòmente conhecer estas leis e aplicá-las de acôrdo com os interêsses da sociedade. Entretanto, influindo por sua vez sôbre a economia, de acôrdo com o conhecimento das leis e com as necessidades amadurecidas do seu desenvolvimento, os homens favorecem por êsse meio o surgimento de novas relações econômicas, com as leis econômicas que lhes são inerentes.

O conhecimento das leis do desenvolvimento econômico é uma inestimável conquista do pensamento humano. Estamos vendo como a sociedade socialista, conscientemente dirigida de acôrdo com as leis econômicas, desenvolve-se e floresce. Enquanto isto, a sociedade capitalista — que em seu conjunto opõe-se às leis do desenvolvimento econômico — vai sendo superada e caminha ràpidamente para desaparecer.

Nota Econômica

600 Milhões Que Nunca Virão...

O presidente Eisenhower, cujo govêrno está terminando de maneira tão desmoralizada, acaba de solicitar ao Congresso a aprovação de um crédito de 600 milhões de dólares «para que nossos amigos latino-americanos possam acelerar seus esforços destinados a fortalecer a estrutura social e econômica de suas nações e melhorar o «status» de seus cidadãos».

À primeira vista, tendo em conta o montante da verba, parece tratar-se de grande coisa. Na realidade, porém, não passa de um «bluff», não vale nada. Vejamos porquê.

Em primeiro lugar, é por demais ostensivo o caráter de subôrno da «ajuda» proposta por Eisenhower. Só mesmo uma diplomacia tão grosseira e brutal, como a que é praticada pelo Departamento de Estado, poderia afrontar a opinião pública latino-americana com uma proposta dêsse tipo. Os 600 milhões de dólares seriam — se não passassem de uma chantagem — o preço do apoio latino-americano aos Estados Unidos contra Cuba. Em 1954, sob o mesmo govêrno do Partido Republicano e do general Eisenhower, e por muito menos, a agressão armada norte-americana abateu-se sôbre a Guatemala. Hoje, com o grau de desprestígio internacional a que desceram os Estados Unidos, com a presença da URSS e com o poderoso apoio popular a Fidel Castro, tal intervenção armada significaria um suicídio para os Estados Unidos. Resta, então, o recurso à pressão, à atividade de sapa contra Cuba e mesmo para isso os Estados Unidos precisam de contar com o apoio da América Latina, o que está longe de terem conseguido.

Em segundo lugar, o caráter eleitoreiro da manobra de Eisenhower, a apenas três meses das eleições presidenciais, é igualmente visível. Por isso, a reação da maioria democrática no Congresso através do senador Mansfield, é perfeitamente lógica. E para não parecer que o govêrno americano quer e a oposição não quer (no fundo, nenhum dêles quer) ajudar a América Latina, Mansfield apresentou uma contra-proposta. Aproveitando para tirar partido da situação, desmascarou o caráter de subôrno da proposta de Eisenhower e propôs uma série de medidas, uma das quais seria a criação de um mercado comum hemisférico (ardente desejo dos trustes americanos) e a participação de todos os países latino-americanos... na contribuição financeira para um programa... Como se vê, puro jôgo eleitoral.

Em seu livro «A Economia Política do Crescimento», o eminente economista norte-americano Paul A. Baran, a propósito da política dos países imperialistas em relação aos subdesenvolvidos, escreve: «O decisivo é que o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos é profundamente adverso aos interêsses dominantes dos países capitalistas mais avançados. Abastecendo de muitas matérias-primas importantes aos países industrializados e proporcionando a suas corporações grandes lucros e possibilidades de inversão, o mundo atrasado foi sempre o hinterland indispensável dos países capitalistas altamente desenvolvidos do Ocidente. Daí que a classe dirigente dos Estados Unidos e de outros países oponha-se amargamente à industrialização dos chamados «países fontes» e ao surgimento de economias industriais integradas nas regiões coloniais e semicoloniais».

Estas palavras de Baran podem ser comprovadas a cada momento, na oposição pelo imperialismo norte-americano, sob diferentes formas e os mais diversos pretextos e alegações, à industrialização da América Latina. Quando aqui estêve com a comitiva de Eisenhower, o secretário-adjunto Roy Rubboton perguntou com a grosseria de um «gangster»: por quê vocês vão fabricar automóveis se já os produzimos em tão grande número? Aqui, pouco importa que tenha sido a indústria «nacional» automobilística a visada, porque o mesmo é valido para a nossa indústria ferroviária ou qualquer outra de base.

Dois meses atrás, na reunião da chamada «Subcomissão dos nove», em Washington, respondendo a um discurso do representante brasileiro Cleanto de Paiva Leite o sr. Charles Harley, representante do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, teve ocasião de expor, sob mil subterfúgios e evasivas, a oposição frontal do seu govêrno à industrialização da América Latina. Os pontos levantados pelo sr. Paiva Leite contendo reivindicações do Brasil para um programa de fomento econômico foram repelidos um a um, metódica e implacàvelmente, pelo sr. Harley...

A grande lição, que nos dá não apenas o economista Paul Baran, mas a vida mesma, a cada instante, é que devemos contar antes de tudo com os nossos próprios recursos para o desenvolvimento do Brasil. Em discurso do embaixador Moreira Salles, aqui comentado, ficou patente que a participação do capital norte-americano no desenvolvimento do Brasil foi e é essencialmente negativa, tanto no que se refere ao plano econômico internacional, como no âmbito interno. Levam-nos mais, muito mais, do que o que para aqui trazem. E' evidente, porém, principalmente nos dias que correm, que nem tôdas as portas no estrangeiro são como as de Washington. E' possível, é necessário, é fundamentalmente do interêsse do Brasil, buscarmos auxílio econômico nos países socialistas. Ao contrário do que ocorre com as potências imperialistas, é do interêsse do socialismo o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e isto tem ficado patente na Índia como na Egito, na Indonésia, etc., independentemente do regime político adotado por êstes países.

No caso da proposta «ajuda» americana, há ainda uma singular coincidência, ou quase coincidência: a «ajuda» proposta (600 milhões de dólares) é quase igual ao valor dos bens americanos nacionalizados em Cuba (700 milhões de dólares). Aparentemente, são cifras que nada têm a ver entre si. De fato, os 600 milhões são um preço que os Estados Unidos prometem arriscar para recuperar o que perderam...

J. A.

JULGAMENTO DO PILÔTO-ESPIÃO NORTE-AMERICANO

Ata de Acusação a Francis Powers

Publicamos abaixo a íntegra da ata de acusação do processo instaurado contra Francis Gary Powers pelo delito previsto no artigo 2 da lei da URSS: «Sôbre as responsabilidades penais por crimes contra o Estado». O documento foi redigido no dia 7 de julho, em Moscou, assinado por A. Shelepin, Presidente do Comitê de Segurança do Estado adjunto ao Conselho de Ministros da URSS, e aprovado por R. Rudenko, Fiscal Geral da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conselheiro estatal da Justiça, em 9 de julho. (Os títulos e entretítulos são de responsabilidade de NOVOS RUMOS).

«No dia 1º de maio do ano de 1960, às 5 horas e 36 minutos (hora de Moscou), um avião desconhecido violou a fronteira nacional da U.R.S.S. no ponto situado a vinte quilômetros do sudeste da cidade de Kirovabad (R.S.S. de Tadjiquia), penetrou no espaço aéreo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, na altura de 20.000 metros, interiorizou-se no território soviético.

O avião que violou a fronteira soviética estêve sob observação constante das unidades de defesa antiaérea da U.R.S.S. Esta observação demonstrou que o itinerário do avião passava por grandes centros industriais e importantes objetivos militares de defesa, da União Soviética. O avião, durante todo o trajeto, voava a 20.000 metros de altura, quer dizer, uma altura em que nenhum avião civil realizava vôos. Os dados obtidos não deixavam dúvidas de que, neste caso, se tratava de uma incursão premeditada no espaço aéreo da U.R.S.S., com objetivos hostis.

Em decorrência disso, o Govêrno soviético ordenou que se derrubasse o avião. Em cumprimento da ordem, uma das unidades da defesa antiaérea da U.R.S.S. abateu, às 8 horas e 55 minutos (hora de Moscou), com um foguete, ao primeiro disparo, o mencionado avião, a uma altitude de 20 000 metros, na região de Sverdlovsk, isto é, a uma distância de mais de dois mil quilômetros do cruzamento da fronteira da União Soviética. O pilôto do avião atirou-se de pára-quedas, sendo aprisionado. Ao primeiro interrogatório, verificou-se que se chama Francis Gary Powers, cidadão dos Estados Unidos da América.

A inspeção dos destroços do aparelho, que se conservaram, e das instalações especiais que se encontravam no mesmo, estabeleceu que se trata de um avião norte-americano, tipo «Lockheed U-2», destinado a vôos a grande altura, adaptado para o serviço de espionagem, e, com êste fim, equipado de aparelhagem para o levantamento aerofotográfico e para realizar a espionagem por rádio a partir de grandes alturas. Entre os restos do avião, encontraram-se bobinas fotográficas, em que se haviam fotografado aeródromos soviéticos e outros importantes objetivos militares e industriais da União Soviética. Além disso, encontrou-se uma fita ferromagnética, com a gravação dos sinais de algumas estações de radar soviéticas.

A diligência sumarial, realizada no presente processo pelo Comitê de Segurança do Estado, adjunto ao Conselho de Ministros da U.R.S.S., concluiu que o vôo de espionagem do referido avião foi organizado, com o conhecimento do Govêrno dos E.U.A., pela seção especial de espionagem norte-americana estacionada na Turquia e cifrada com a denominação convencional «10-10».

Quando, a 5 de maio de 1960, se deu a público êste vôo de banditismo, pelo informe do Presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., camarada N. S. Kruschiov, na sessão do Sóviete Supremo da U.R.S.S., um representante do Departamento de Estado dos E.U.A. reconheceu, nêsse mesmo dia, que o fato da violação da fronteira da U.R.S.S. por um avião norte-americano «era inteiramente possível», mas possui um caráter casual, não premeditado. Conforme a declaração do Departamento de Estado o avião tipo «Lockheed U-2» realizava, no dia 1º de maio, investigação metereológica, «obtinha amostras do ar» nas camadas superiores da atmosfera, em uma região da fronteira turco-soviética, e que, devido a uma avaria no abastecimento de oxigênio, o pilôto se desviara da rota. Mais adiante, nessa declaração do Departamento de Estado, dizia-se que, possivelmente, o pilôto perdeu os sentidos e o avião, governado pelo autopilôto, dirigiu-se ao território da União Soviética. Essa versão foi confirmada naquele mesmo dia por uma declaração da Direção Nacional de Aeronáutica e de Investigação do Espaço Cósmico dos E.U.A. sob cuja jurisdição se encontrava, supostamente, o indigitado avião, que, segundo sua afirmação, era utilizado para o estudo das condições atmosféricas e as irrupções do vento em grandes alturas. Segundo um comunicado da Direção Nacional de Aeronáutica e de Investigação do Espaço Cósmico, foram organizadas as buscas do avião desaparecido «Lockheed U-2» na região do lago Van (Turquia).

Também essa mesma versão foi exposta na nota da Embaixada dos E.U.A., em Moscou, entregue ao Ministério de Negócios Estrangeiros da U.R.S.S., no dia 6 de maio do ano em curso.

No dia 7 de maio, o chefe do Govêrno soviético, N. S. Kruschiov, em sua fala na sessão do Soviete Supremo da U.R.S.S., desmascarou a falsidade dessa versão e citou fatos concretos, irrefutáveis, que demonstram inequivocamente o caráter premeditado, pérfido e de banditismo, da violação do espaço aéreo da U.R.S.S. pelo avião norte-americano «Lockheed U-2», bem como os objetivos de espionagem de seu vôo, incompatíveis com as exigências elementares da manutenção das relações normais entre os Estados, em tempo de paz.

Depois disso, o Departamento de Estado, pôsto em apuros pelos fatos expostos pelo camarada Kruschiov, viu-se obrigado a reconhecer, em sua nova declaração do dia 7 de maio último, o caráter de espionagem do vôo do avião «Lockheed U-2», advertindo, contudo, que «no que toca às autoridades de Washington, não se concedera qualquer autorização para o vôo descrito por N. S. Kruschiov».

Se a declaração do Departamento de Estado ainda deixava de pé a questão acêrca da participação direta do Govêrno dos E.U.A. no sobredito ato insolente de agressão à União Soviética, tôdas as dúvidas a êste respeito foram dissipadas pela declaração feita a 9 de maio pelo secretário de Estado dos E.U.A., Herter, em nome do Govêrno dos E.U.A.

Nessa declaração, sem precedente na história das relações internacionais, o secretário de Estado Herter disse que, em consonância com a Lei de 1947 sôbre a defesa nacional, o Presidente Eisenhower, desde o momento da formação de seu Govêrno, pusera em ação as diretrizes sôbre a realização do trabalho de espionagem contra a União Soviética. Baseando-se nessas diretrizes, conforme assinalou Herter, foram elaborados e postos em prática os programas que estipulavam a incursão de aviões norte-americanos de reconhecimento no espaço aéreo da U.R.S.S.

A declaração de Herter foi confirmada, a 11 de maio, pelo próprio Presidente dos E.U.A., Eisenhower, que também reconheceu que a realização de vôos de aviões norte-americanos sôbre o território da União Soviética era e continua sendo uma «política calculada dos E.U.A.». Igualmente, o mesmo declarou a Govêrno dos E.U.A. em sua nota ao Govêrno soviético do dia 12 de maio de 1960.

Distinguiu-se, por sua especial insolência e descaramento, a declaração televisionada do vice-presidente Nixon, no dia 15 de maio, na qual não sòmente confirmou as afirmações feitas anteriormente por Herter e Eisenhower — afirmações cínicas e que ferem as normas do Direito Internacional — de que a realização dos vôos de aviões norte-americanos sôbre o território da União Soviética é uma política premeditada dos E.U.A., mas ainda foi mais além. Nixon declarou que os Estados Unidos necessitam de um «programa ininterrupto» de trabalho de espionagem, e justificava a evidente mentira que continha a declaração do Departamento de Estado dos E.U.A., de 5 de maio, sôbre as «investigações meteorológicas» que realizava o avião «Lockheed U-2». Em outras palavras, Nixon defendeu para os Estados Unidos o «direito de espionagem».

Tais declarações do secretário de Estado, do Presidente e do vice-presidente dos E.U.A. constituíram a confirmação oficial da atividade hostil que os Estados Unidos da América vêm desempenhando durante uma série de anos em relação à União Soviética, atividade que se expressa nas reiteradas investidas de aviões norte-americanos no espaço aéreo da U.R.S.S., com fins de espionagem.

Portanto, o Govêrno dos E.U.A. proclamou, em tempo de paz, oficialmente, uma política que se pode praticar ùnicamente quando os países se acham em estado de guerra.

Ameaça direta à paz

No período de permanência de Eisenhower no cargo de Presidente dos E.U.A., isto é, desde janeiro de 1953, a União Soviética tem apresentado ao Govêrno dos E.U.A. uma série de protestos contra as invasões de aviões norte-americanos sôbre os limites da U.R.S.S.

Ao tratar dessas violações, o Govêrno soviético observava que «tais violações das fronteiras da União Soviética por parte dos aviões norte-americanos estão ligadas ao cumprimento de missões determinadas do Alto Comando militar norte-americano» (nota de 8 de setembro de 1954).

Ao mesmo tempo em que protestava enèrgicamente contra êsses atos, o Govêrno da U.R.S.S. acentuava, reiteradamente, em suas notas ao Govêrno dos E.U.A., que tais irrupções «representam uma violação grosseira das normas elementares do Direito Internacional» (Nota do dia 8 de setembro de 1954), e constituem «uma ação premeditada de certos círculos dos E.U.A., calculada para agravar as relações entre a União Soviética e os Estados Unidos da América» (nota de 10 de julho de 1956).

Em contestação a essas notas, o Govêrno dos E.U.A. limitava-se a respostas formais.

Os repetidos casos de invasão de aviões norte-americanos sôbre os limites da União Soviética constituem uma violação escandalosa do princípio do Direito Internacional, aceito geralmente, que estabelece a soberania completa e exclusiva de cada Estado sôbre o espaço aéreo que se encontra sôbre o território do referido Estado.

O princípio, segundo o qual «cada Estado possui soberania completa e exclusiva em relação ao espaço aéreo que se encontra sôbre seu território», foi referendado pela convenção multilateral de Paris, de 13 de outubro de 1919, relativa à regulamentação da navegação aérea, aprovada pela convenção de Havana, de 1928, assinada por uma série de Estados americanos, e reproduzido no artigo 1 da Convenção sôbre a aviação civil internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.

Êsse mesmo princípio de soberania completa e exclusiva do Estado sôbre o espaço aéreo que se encontra sôbre seu território refletiu-se, também, na legislação nacional de diversos países, inclusive a União Soviética e os Estados Unidos da América do Norte (ata do Congresso dos E.U.A., de 1926, sôbre o comércio aéreo, e ata do Congresso dos E.U.A., de 1938, sôbre a aviação civil).

O artigo 1 do Código Aéreo da U.R.S.S., de 1935, também estabelece que «à União Soviética pertence a soberania completa e exclusiva sôbre o espaço aéreo da U.R.S.S.».

Êste princípio da soberania é sagrado e imutável nas relações internacionais.

Nestas condições, as declarações antes citadas do Presidente dos E.U.A., do vice-presidente Nixon e do secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Herter, que procuram justificar as violações da soberania da U.R.S.S. pela aviação norte-americana e que transforma tais violações em um princípio de política estatal dos E.U.A., não podem ser encaradas senão como aberta manifestação de falta de desejo do Govêrno dos Estados Unidos da América de levar em conta as normas básicas, geralmente admitidas, do Direito Internacional, sem cuja observância são impossíveis as relações normais entre os Estados.

As repetidas invasões do espaço aéreo da U.R.S.S. pela aviação norte-americana e, em particular, o vôo do avião «Lockheed U-2», do dia 1º de maio último, constituem uma grosseira violação da soberania da U.R.S.S. e um ato de agressão que pisoteia as normas do Direito Internacional e os elevados princípios da Carta da ONU, ao pé da qual também figura a assinatura dos Estados Unidos da América.

Com o nível atual da técnica militar, assim como nas condições em que os Estados Unidos da América — conforme declararam, repetidas vêzes, os dirigentes militares responsáveis norte-americanos — mantêm constantemente no ar bombardeiros de guarda, com cargas de bombas atômica e de hidrogênio, os vôos de reconhecimento com o levantamento fotográfico dos possíveis objetivos de bombardeio e o descobrimento das instalações de radar são elementos componentes de uma agressão aérea.

Nas condições indicadas, a invasão de um avião estrangeiro nos confins da U.R.S.S. sempre pode ser o sinal do começo de uma agressão armada. Ademais, não pode haver garantia alguma de que qualquer avião dos que aparecem sôbre o território soviético não leva a bordo uma carga mortífera.

O ato agressivo dos Estados Unidos da América, manifestado na insolente invasão pelo avião militar norte-americano do espaço aéreo da U.R.S.S., corresponde às ações que colocam sob uma ameaça direta a paz universal. Nas condições em que alguns Estados dispõem da arma nuclear e de meios quase relâmpago de seu transporte ao objetivo, o ato agressivo empreendido pelos E.U.A. contra a União Soviética, a 1º de maio de 1960, poderia ter acarretado conseqüências fatais para a humanidade.

Não era avião civil

Nas declarações dos dirigentes do Govêrno dos E.U.A., antes mencionados bem como na nota do Govêrno dos E.U.A., de 12 de maio último, dá-se ênfase a que o avião «Lockheed U-2», abatido nas vizinhanças de Sverdlovsk, era um avião civil.

Os materiais da investigação demonstraram a falsidade dessas afirmações.

No cartão de identidade N A F 1, 288,068 confiscado de Powers, figura o emblema do Ministério da Defesa dos E.U.A., com a inscrição «Ministério da Defesa. Estados Unidos da América».

À pergunta de se a posse dêsse documento significa que êle trabalhava como pilôto nas fôrças aéreas dos E.U.A., Powers respondeu:

«— Isto significa que eu trabalhava nas fôrças aéreas dos E.U.A. na qualidade de pilôto civil.»

Em seguida, à pergunta de como considerar a instituição em que êle trabalhava, se militar ou civil, Powers disse:

«— É uma combinação do serviço civil e de o militar; tudo isso está disfarçado e cifrado com o nome de «seção 10-10.»

Powers declarou que, em abril de 1960, aproximadamente, o general Thomas D. White, chefe do Estado-Maior das fôrças aéreas dos E.U.A., chegou à base aérea de Incirlik, especialmente para inspecionar a seção «10-10».

À pergunta de quais outros militares, além do general White, visitavam a base de Incirlik, Powers respondeu que, durante sua permanência nessa base aérea, nela estiveram duas vêzes o general Everest, comandante-em-chefe das Fôrças Aéreas dos Estados Unidos na Europa, e outros generais norte-americanos.

Por conseguinte, ficou estabelecido que o avião «Lockheed U-2», abatido em 1º de maio de 1960, pertencia às Fôrças Aéreas dos Estados Unidos.

A criminosa infração, por parte dos Estados Unidos, das normas do Direito Internacional universalmente reconhecidas, é um dos elementos da linha agressiva que o govêrno norte-americano aplica em política exterior. Esta política agressiva tem sido formulada, repetidamente, por dirigentes dos Estados Unidos, em particular, pelo ex-secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, como uma «política de posições de fôrça», uma «política de intimidação» e uma «política de balanço à beira da guerra».

E, não faz muito, no mês de julho de 1959, o vice-presidente dos Estados Unidos, Nixon, em um artigo publicado na revista Life, voltou a fazer grandes elogios à chamada «política de balanço à beira da guerra», e declarou que esta política é, atualmente, um dos princípios supremos dos Estados Unidos.

Uma manifestação desta política tem sido, como é notório, a conclusão, sob a égide dos Estados Unidos, de pactos e alianças agressivos em quase tôdas as partes do mundo, a corrida armamentista, a instalação de uma rêde de bases militares em tôrno das fronteiras da União Soviética e de outros países socialistas, e demais atos agressivos que põem em perigo a paz e a segurança gerais. Outra manifestação desta política são as invasões sistemáticas do espaço aéreo da União Soviética por aviões das Fôrças Aéreas norte-americanas, dentre as quais a agressiva invasão de 1º de maio de 1960 por um avião militar norte-americano «Lockheed U-2».

As insensatas ações do govêrno dos Estados Unidos frustaram a Conferência de Cúpula, convocada para Paris, e complicaram a situação internacional.

O Govêrno dos Estados Unidos incorporou à realização de sua política agressiva vários Estados fronteiriços com a União Soviética, os quais têm facilitado seu território para a instalação de bases militares norte-americanas, e que são, portanto, cúmplices dos atos agressivos contra a U.R.S.S.

Conforme ficou estabelecido pelas diligências sumariais, a invasão do avião norte-americano «Lockheed U-2», a 1º de maio, não poderia ter sido efetuada sem a utilização das bases aéreas existentes no território de países próximos da União Soviética, em particular, da Turquia, Paquistão e Noruega, já que a longitude máxima de vôo do avião «Lockheed U-2» não lhe permitiria operar a partir do território dos Estados Unidos.

Provou-se que a unidade do serviço de reconhecimento «10-10», na qual prestava serviço Powers, atuava na base aérea norte-americano-turca de Incirlik. O chefe desta unidade é o coronel das Fôrças Aéreas dos Estados Unidos Shelton. O avião «Lockheed U-2», com o qual se realizou, a 1º de maio último, a agressiva violação do espaço aéreo da União Soviética, foi transportado da base de Incirlik para a base aérea de Peshavar, no Paquistão, de onde decolou para a União Soviética. Com êste vôo violou-se ainda a soberania do Afeganistão, sôbre cujo território passou ilegalmente o referido avião, sem conhecimento das autoridades afegãs.

À pergunta de quais aeroportos de emergência lhe foram indicados para o vôo de 1 de maio, Powers respondeu:

«— Como aeroportos de emergência eu podia utilizar qualquer um da Noruega, Paquistão e Irã.

Ficou também provado que Powers tinha a incumbência de aterrar, depois de seu vôo, na base aérea militar de Bodoe, na Noruega, que, anteriormente, já fôra utilizada pela unidade do serviço de reconhecimento «10-10».

Estas circunstâncias ficaram estabelecidas pelas declarações de Powers, pelo mapa da rota de seu vôo, que foi encontrado, e por outras provas.

As ordens recebidas por Powers previam a possibilidade de violar também a soberania de outros Estados. A êste respeito, o acusado Powers declarou:

«— No caso de que me faltasse combustível para voar até Múrmansk pela rota traçada, eu podia, sem chegar até a cidade de Kandalaksha, dobrar à esquerda e voar para a Noruega, através da Finlândia, até o aeródromo de Bodoe.»

As instruções dadas a Powers previam a possibilidade, em caso necessário, de aterrar em um aeródromo da Finlândia ou da Suécia. Veja-se o que declarou Powers sôbre o assunto:

«— A palavra sodankula, que figura ao longo da linha verde traçada a lápis (linha marcada no mapa de vôo) significa que eu podia aterrisar no aeródromo de Sodankula (Finlândia). Não obstante, o coronel Shelton advertiu-me que êste aeroporto é ruim e que sòmente podia utilizá-lo em caso de extrema necessidade, mas que, de todos os modos, era melhor que aterrar em território soviético. Disse-me, ainda, que seria melhor aterrar na Suécia ou Noruega, mas que era desejável que fôsse Noruega.»

Estas declarações de Powers são confirmadas também pelas anotações feitas por Powers no mapa de vôo.

Assim, pois, as diligências relacionadas com êste sumário confirmaram mais uma vez a circunstância de que as bases militares norte-americanas instaladas no território de alguns outros países constituem uma ameaça à paz e à segurança dos povos.

Preparando espiões

Para levar a cabo sua agressiva política de espionagem contra a União Soviética, o Govêrno e o Comando militar dos Estados Unidos efetuaram durante vários anos um trabalho de seleção e preparação dos quadros necessários. Com êste fim foi recrutado também o acusado no presente processo, Francis Gary Powers.

Durante as diligências sumariais, Powers declarou que, em 1950, incorporou-se como voluntário ao serviço no exército norte-americano, e estudou na escola das Fôrças Aéreas da cidade de Granville, no Estado de Mississipi, e, depois, na base aérea instalada nos arredores da cidade de Fenix, no Estado de Arizona. Uma vez terminado o estudo na escola, serviu como pilôto em diferentes bases aéreas dos Estados Unidos, com o grau de primeiro-tenente.

Em abril de 1956, Powers foi recrutado pela Direção Central de Informação dos Estados Unidos, a fim de cumprir tarefas especiais de reconhecimento em aviões para vôos de grande altura, especialmente aparelhados.

Ao ser recrutado, explicaram-se a

(Conclui na pág. seguinte)

Os quatro soldados que abateram, no dia 1º de maio de 1960, o avião U-2, numa prova da habilidade dos soviéticos no manejo dos foguetes teledirigidos, garantia na defesa da soberania do território da U.R.S.S. contra as desavergonhadas e belicosas investidas comandadas pelos desencontrados e assustadiços militares do Pentágono

Quatro soldados derrotam Pentágono

Da fábrica Pratt and Whitney saiu êsse outrora luzidio mecanismo de turbo-propulsão. Hoje, espatifado contra o solo das cercanias de Sverdlovsk, representa uma das peças documentais do processo contra Francis Powers

Isso foi um motor

Ata de Acusação a Francis Powers

A longa pistola silenciosa e as balas com que se protegeria o pilôto Powers numa possível eventualidade. O espião, treinado especialmente para missões de reconhecimento de território soviético, estava prevenido para tôdas as hipóteses. Faltou-lhe oportunidade de usar a agulha envenenada «no caso de torturas», falhou o dispositivo de explosão do aparelho em caso de acidente, e os objetos de valor que seriam usados para suborno dos russos constituíram um aspecto ridiculamente pitoresco em mais êsse grotesco e perigoso ato da política norte-americana de «balanço à beira da guerra»

(Conclusão da pág. anterior)

Powers as tarefas que devia cumprir. **Powers** declarou a êste respeito:

«— Foi-me informado de que, no fundamental, meu trabalho consistiria em voar ao longo das fronteiras da U.R.S.S., a fim de recolher informações sôbre as instalações de radar e as estações de rádio, bem como outros dados. Comunicaram-me, também, que talvez me coubessem, mais tarde, outras tarefas, no caso de que tudo marchasse bem.»

Depois disso, **Powers** assinou um contrato secreto com a Direção Central de Informação dos Estados Unidos, dirigida por Allan Dulles comprometendo-se, com sua assinatura, a guardar segrêdo dessa colaboração. Advertiu-se **Powers** de que, se faltasse ao compromisso firmado e comunicasse dados sôbre a atividade do serviço de informações norte-americano, incorreria em responsabilidade criminal, correspondente a dez anos de reclusão ou pagamento de uma multa de 10 000 dólares, ou as duas coisas simultâneamente.

Com efeito, no capítulo 37 «Espionagem e repreensão» da Recopilação de Leis dos Estados Unidos, encontra-se o artigo 793, no qual se estabelecem essas penas para os referidos atos.

Conforme declarou **Powers**, pelo cumprimento de tarefas de espionagem do serviço de informação norte-americano lhe foi consignado um sôldo mensal de 2 500 dólares, enquanto que no período de serviço nas Fôrças Armadas dos Estados Unidos pagavam-lhe 700 dólares por mês.

Após iniciar sua colaboração com o serviço de informação norte-americano, **Powers** foi mandado para receber um preparo especial em um aeroporto situado em terrenos desérticos do Estado de Nevada.

Nesse aeródromo, que também faz parte de um polígono atômico, **Powers** estudou durante dois meses e meio o avião para vôos de grande altura tipo «Lockheed U-2», e aprendeu a manejar os aparelhos destinados a captar os sinais de rádio e das estações de radar. Em aviões dêsse tipo, **Powers** realizou vôos de treinamento a grande altura e a grandes distâncias, sôbre a Califórnia, o Texas e a parte norte dos Estados Unidos.

Com finalidades conspirativas, os pilotos-espias que eram adestrados nesse aeródromo usavam nomes falsos. **Powers**, por sua vez usou ali o nome de **Palmer**.

Uma vez terminado o preparo especial, **Powers** foi enviado à base aérea militar norte-americano-turca de Incirlik, situada perto da cidade de Adana, para onde estava deslocada uma unidade do serviço de reconhecimento, denominada convencionalmente unidade «10-10».

Esta unidade, destinada a efetuar um trabalho de reconhecimento contra a U.R.S.S., mediante o envio de aviões de reconhecimento ao espaço aéreo da União Soviética, com o objetivo de recolher informações sôbre instalações militares e industriais e outros importantes objetivos, aparecia camuflada como dependente da Direção Nacional de Aeronáutica e de Exploração do Cosmos.

A propósito do cartão de identidade confiscado de **Powers**, que lhe foi entregue no dia 1º de janeiro de 1959, declarou que neste cartão «se indica que tenho direito a voar em aviões militares dos Estados Unidos. Foi-me entregue na unidade «10-10», na base aérea de Incirlik. Êste cartão nos foi entregue em nome da Direção Nacional de Aeronáutica e de Exploração do Cosmos».

Por ordem do comando da unidade «10-10», **Powers** realizou, sistemàticamente, desde 1956, no avião especial para vôos a grande altura «Lockheed U-2», vôos de reconhecimento ao longo das fronteiras da União Soviética com a Turquia, o Irã e o Afeganistão.

A respeito dêstes vôos, **Powers** declarou:

«— Decolávamos do aeródromo de Incirlik e voávamos para o este, até a cidade de Van, sôbre as margens do lago do mesmo nome. Em seguida, tomávamos o rumo de Teerã, a capital do Irã, passávamos voando sôbre ela e nos dirigíamos para o este, ao sul do mar Cáspio. Depois, eu voava comumente ao sul da cidade de Meched, atravessava a fronteira iraniano-afegã e seguia adiante, ao longo da fronteira afegano-soviética... Não longe da fronteira oriental do Paquistão, fazia-se uma curva e retornávamos pelo mesmo itinerário ao aeródromo de Incirlik. Mais tarde, começamos a fazer a curva antes, depois de haver penetrado umas 200 milhas no território do Afeganistão».

Powers declarou mais adiante que para seus vôos de reconhecimento nesta região indicaram-lhe também como aeródromos de emergência, para uma possível aterragem, os de Meched e Teerã, no território do Irã.

O itinerário do vôo do avião de **Powers** sôbre o território da U.R.S.S, a 1º de maio de 1960, foi cuidadosamente preparado com antecipação. Prova-o também o fato de que a realização do vôo fôra confiada precisamente a **Powers**, que já em 1958 havia conhecido o aeródromo de Bodoe (Noruega).

Conforme ficou determinado nas diligências sumariais, a 27 de abril de 1960, **Powers** foi levado, em um avião de transporte das Fôrças Aéreas dos Estados Unidos, da base aérea de Incirlik para o aeródromo de Peshavar, no Paquistão. Ao mesmo tempo, a fim de preparar o seu vôo, chegou a esta base o coronel Shelton, acompanhado de vinte homens do pessoal auxiliar da unidade «10-10». Para ali mesmo foi transportado da Turquia, dirigido por outro pilôto da unidade «10-10», um avião «Lockheed U-2» especialmente equipado.

Na madrugada de 1º de maio de 1960, duas horas e meia antes de empreender o vôo, **Powers** recebeu, da parte de Shelton, a incumbência de voar sôbre o território da U.R.S.S. do sul para o norte, à altura de 20 000 metros, seguindo o itinerário Peshavar, mar de Aral, Sverdlovsk, Kirov, Arkhanguelsk, Múrmansk e aterrar no aeródromo de Bodoe, na Noruega.

De acôrdo com as instruções recebidas, **Powers** ao voar sôbre o território da União Soviética, devia ligar, em determinados lugares, os aparelhos especiais instalados no avião, para fotografar e gravar o trabalho das estações de radar do sistema de defesa antiaérea da U.R.S.S. Por ordem de Shelton, **Powers** devia prestar particular atenção a uma série de setores de seu itinerário e a dois pontos, em um dos quais se supunha situada uma rampa de lançamento de foguetes, e no outro, um objetivo militar de grande importância.

Tôdas estas instruções foram cumpridas exatamente por **Powers**. No avião «Lockheed U-2», **Powers** decolou do aeródromo de Peshavar, alcançou a altitude de 20 000 metros, voou sôbre o território do Afeganistão, invadiu o espaço aéreo da União Soviética, mais de dois mil quilômetros a partir da fronteira. No transcurso do vôo, os instrumentos de navegação e os instrumentos especiais funcionaram perfeitamente. Durante todo o vôo, **Powers** sentiu-se normalmente e anotou no mapa de vôo dados de caráter informativo. Na região de Sverdlovsk, o avião de **Powers** foi abatido pelas tropas de foguetes soviéticas.

Como foi abatido o avião

À pergunta de em quais circunstâncias foi abatido o avião pilotado por êle, declarou **Powers**.

«— ...Sùbitamente ouvi uma explosão surda e vi um resplendor alaranjado. O avião inclinou-se imediatamente e, segundo me parece, arrancaram-se as asas e os lemes da cauda. E' provável que o projétil não se tivesse chocado com o avião, mas que a explosão se tivesse produzido próximo, e a onda expansiva ou os estilhaços de metralha atingiram o avião... Isto ocorreu a uns 68 000 pés de altura... Abateram-me a aproximadamente 25-30 milhas ao sul ou ao sudeste da cidade de Sverdlovsk. Nessa ocasião, voava seguindo o rumo com bastante exatidão...

Na queda do avião, fui projetado contra o painel de instrumentos indicadores, e por isso não pude utilizar a catapulta, mas alcancei sôbre minha cabeça a cobertura da cabina, desatei as correias e sai do avião por cima. O pára-quedas abriu-se automàticamente.»

Os depoimentos do acusado, as provas materiais e as conclusões dos peritos demonstraram que o avião pilotado por **Powers** estava provido de uma instalação explosiva especial para que, no caso de aterragem forçada em território da U.R.S.S., pudesse o pilôto fazê-lo explodir. Além disso, levava instalado também um aparelho explosivo no magnetofone destinado a gravar os sinais das estações soviéticas de radar.

Powers achava-se provido de uma agulha especial, com um fortíssimo veneno do grupo curare. Essa agulha lhe havia sido entregue, segundo declarou **Powers**, para suicidar-se no caso de que fôsse submetido a torturas.

Tôdas estas invenções e medidas de prevenção tomadas de antemão estavam calculadas para evitar o descobrimento da política agressiva dos círculos governantes dos Estados Unidos e enganar a opinião pública mundial. Além da agulha envenenada entregou-se a **Powers**: uma pistola silenciosa, com cartuchos, uma navalha,

Pistola silenciosa não falou mesmo

um bote de borracha, um conjunto de mapas topográficos da parte européia da U.R.S.S. e dos países limítrofes, substâncias para acender fogueiras, fuzis assinaladores, uma lanterna elétrica, bússolas, uma serra, instrumentos de pesca e outros objetos, bem como 7 500 rublos e objetos de valor (moedas, anéis e relógios de pulseira de ouro), que, segundo declarou **Powers**, lhe havia dado o coronel Shelton ao subir ao aparelho, e estavam destinados ao suborno de habitantes soviéticos, no caso de aterrissagem forçada no território da U.R.S.S.

Todo êsse equipamento foi confiscado de **Powers** ao ser detido.

As testemunhas **Surin V. P.**, chofer; **Cheremisin A. F.**, operário; **Chuzhakin L. A.**, chofer; **Asabin P. E.**, inválido, que observaram o instante de ser alcançado o avião «Lockheed U-2» por um foguete, e que deliveram o pilôto **Powers**, que aterrou de pára-quedas, declararam o seguinte:

Surin V. P. —

«— Em primeiro de maio de 1960, aproximadamente por volta das onze da manhã, hora local, encontrando-me em minha casa, ouvi um grande ruído, semelhante ao ruído de um avião a reação, porém, muito mais intenso. Interessado, saí correndo à rua, para ver de que se tratava, e, então, ouvi uma explosão e também vi (...) uma coluna de pó (...) nesse momento descobri muito acima no céu um redemoinho de fumaça e uma mancha branca que descia. Pus-me a observá-la e, quando baixou mais, distingui que descia um pára-quedas. Durante o ocorrido, chegou a minha casa em um carro (...) o chofer **Chuzhakin Leonid**, conhecido de trabalho. Quando se apeou, apontei-lhe o pára-quedista que descia e nos pusemos a observá-lo juntos para ver onde aterrava. Em pouco tempo compreendemos que ia aterrar (...) na margem do rio, próximo de uma linha de alta voltagem. **Chuzhakin** convidou-me a subir no carro e nos dirigimos juntos para o lugar de aterragem do pára-quedista. A uns cinqüenta metros do local, **Chuzhakin** parou o carro, e corremos até onde havia aterrado o pára-quedista.»

Chuzhakin L. A. —

«— Quando tiramos ao pára-quedista o capacete com os fones disse-nos êle algo em uma língua que não entendíamos. Perguntamos-lhe quem era, mas não respondeu. Compreendemos, então, que se tratava de um estrangeiro. Isto nos pôs de sobreaviso, e, então, **Cheremisin** tomou-lhe a pistola de cano longo que trazia pendente do cinto em uma bainha de couro. Imediatamente, perguntamos-lhe, por gestos, se estava só. Êle nos respondeu, também por gestos, que estava só. Vendo que o pára-quedista era estrangeiro, decidimos detê-lo.»

Asabin P. E. —

«— Durante a aterragem, o pára-quedista caiu. Para que o pára-quedas não o arrastasse pelo chão, eu o detive e ajudei-o a dobrar o pára-quedas, uma vez que conheço esta técnica, por haver servido na aviação. Foi então que chegaram correndo meus conhecidos **Cheremisin** Anatoli, **Chuzhakin** Leonid e **Surin** Vladimir, e ajudaram o pára-quedista a levantar-se. Ajudei-o a desembaraçar-se do pára-quedas e **Cheremisin, Chuzhakin** e **Surin** retiraram-lhe o capacete com os fones e as luvas.

Quando tiraram do pára-quedista o capacete com os fones, êle disse algo em uma língua que não entendemos. Perguntamos-lhe, por nossa vez, quem era, o que lhe ocorrera, porém, êle nada respondia e não fazia mais do que sacudir a cabeça. Adivinhamos que era um estrangeiro, e decidimos detê-lo.»

Cheremisin A. F. —

«— **Asebin** e eu seguramos o pára-quedista detido pelos braços e o levamos ao carro em que tinham vindo **Chuzhakin** e **Surin**, e que se encontrava perto. No momento em que o pára-quedista subiu ao carro, **Asabin** descobriu que êle levava uma navalha e lha tirou.»

Ao inspecionar os restos do avião abatido, comprovou-se que as peças e os aparelhos do avião tinham sofrido danos consideráveis em conseqüência do impacto no ar e do choque contra o chão. As partes do avião estavam espalhadas sôbre uma superfície de cêrca de 20 quilômetros quadrados.

O acusado **Powers**, a quem foram apresentadas as partes do avião derrubado, respondeu à pergunta de que avião era êsse:

«— E' um avião «Lockheed U-2» muito danificado.»

À pergunta de se voava nesse, no dia 1º de maio de 1960, sôbre o território da União Soviética, o acusado **Powers** respondeu:

«— No meu entender, êste é o mesmo avião em que voava, a 1º de maio. Para falar com mais certeza, preciso inspecionar a cabina do pilôto, se ela se tiver conservado...»

Em seguida a isto, foi mostrada ao acusado **Powers** uma parte intacta da cabina do pilôto. À pergunta: «Você conhece esta parte do avião?», respondeu:

«— Sim, conheço-a; é a cobertura da cabina do pilôto. Tenho certeza de que é a cobertura da cabina de meu avião...»

Os peritos que vistoriaram os destroços do avião abatido concluíram que se tratava de um aparelho de reconhecimento, unilugar, tipo **U-2**, de velocidade próxima à do som, da fábrica norte-americana Lockheed, com um propulsor turbo-reativo. O avião não traz sinais distintivos do Estado a que pertence. Levava aparelhos instalados para o reconhecimento fotográfico e radiotécnico, inclusive uma câmara de aerofotografia com duas objetivas e um foco de trinta e seis polegadas e instrumentos de detenção das radioemissões com campos de ondas de três centímetros, um decímetro e um metro.

No aparelho também estava instalado um bloco explosivo, com comando à distância, que continha 1,4 quilos de substância explosiva. Os instrumentos e as partes do avião trazem a marca de fábrica de diversas casas norte-americanas, e, em particular, o propulsor turbo-reativo é da casa **Pratt-Witney**, os instrumentos de marcha e de abastecimento elétrico são das casas **Hamilton-Standard, General Electric**, etc. Além disso, os instrumentos traziam selos que provam pertencerem ao departamento militar dos Estados Unidos. Por exemplo, os instrumentos de exploração radiotécnica foram fabricados pela casa **Hewlet-Packard** e o laboratório Huggins e têm uma marca especial que demonstra pertencerem êstes instrumentos ao departamento militar dos Estados Unidos.

A ausência de sinais distintivos do Estado ao qual pertence o avião, a existência nêle de um conjunto de instrumentos especiais de reconhecimento fotográfico e radiotécnico, assim como de uma instalação explosiva para destruir o avião, provam claramente que o mesmo se destinava ao reconhecimento.

A investigação técnica realizada sôbre êste assunto demonstrou que o avião levava um magnetofone especial de aviação ligado aos aparelhos de detecção dos sinais de rádio, com uma reserva de fita ferromagnética para oito horas de funcionamento ininterrupto. O magnetofone tem a marca de fábrica MR 12570, série nº 769, com um motor de corrente contínua da casa norte-americana Glob Ind., Deyton, Estado de Ohio, para pôr em marcha o mecanismo de transporte da fita.

A decifração dos sinais registrados na fita ferromagnética demonstrou que êstes sinais pertencem a estações terrestres de radar do sistema de radar da defesa antiaérea da União Soviética. Por estas gravações pode determinar-se: o campo de ondas que empregam as estações de radar espionadas, a freqüência com que se repetem os impulsos, o tempo durante o qual se encontra o avião no campo da estação de radar e a região em que esta se acha situada, o número e o regime das estações de radar em funcionamento.

Reconheceu a culpa

O caráter de reconhecimento do vôo do avião «Lockheed U-2» sôbre o território da U.R.S.S. é confirmado também pela investigação técnica realizada na instalação fotográfica do avião.

Conforme comprovaram os peritos, o aparelho aerofotográfico tipo 73-B N. 732400, instalado no avião «lockheed U-2», é um aparelho fotográfico especial de reconhecimento, calculado para fotografar, de grande altitude, áreas de terreno de 160-200 quilômetros de largura.

A investigação demonstrou que, durante o vôo sôbre o território da União Soviética, **Powers** fotografou a localização de objetivos de importância: industriais, militares e outros. Parte considerável da película fotográfica retirada do aparelho não fôra exposta à luz e se pôde revelá-la.

O exame da película demonstrou que se havia fotografado, do avião, por meio de instrumentos fotográficos de foco de longo alcance, um terreno que é o território da União Soviética compreendido entre o oeste de Tashkent e Sverdlovsk. Nesta película está fotografada uma série de aeródromos militares e civis, bem como importantes objetivos industriais do sul dos Urais.

As conclusões dos peritos e demais provas materiais reunidas demonstram que as fotografias aéreas obtidas durante o vôo do avião «Lockheed U-2», pilotado por **Powers**, contêm uma variada informação de reconhecimento relativa aos objetivos industriais e militares situados no território fotografado e podem ser utilizadas tanto para fins de reconhecimento como para compor mapas topográficos, bem como para determinar as coordenadas de objetivos militares estratégicos.

O caráter de reconhecimento do vôo do avião «Lockheed U-2» é confirmado também pelos depoimentos prestados pelo acusado **Powers** durante a investigação prévia e por uma declaração sua de próprio punho.

Interrogado sôbre a essência da acusação que lhe é apresentada, **Powers** reconheceu-se culpado e declarou:

«— Reconheço-me culpado de ter voado sôbre o território soviético e de haver ligado e desligado sôbre os pontos que me foram indicados, conforme o itinerário do vôo, as alavancas dos instrumentos especiais instalados a bordo de meu avião. Segundo creio, isto se fazia a fim de obter dados de reconhecimento sôbre a União Soviética.»

E logo em seguida:

«— Segundo o contrato firmado por mim com a Direção Central de Reconhecimento dos Estados Unidos, eu era pilôto de uma unidade especial da aviação dos Estados Unidos dedicada a recolher dados acêrca das emissôras de rádio e das instalações de radar que funcionam na União Soviética e, também, pelo que calculo, acêrca da localização dos foguetes.»

A culpabilidade de **Powers** está confirmada, na acusação que se lhe apresenta, por provas materiais e escritas, pelas conclusões dos peritos e os depoimentos dos testemunhos.

À base do exposto,

Francis Gary Powers, nascido em 1929, cidadão dos Estados Unidos, proveniente da cidade de Bourdine, Estado de Kentucky, com estudos superiores, pilôto da unidade especial de reconhecimento «10-10» da Direção Central de Reconhecimento dos Estados Unidos, é acusado de que, tendo sido recrutado, em 1956, pela Direção Central de Reconhecimento dos Estados Unidos, levou a cabo contra a União Soviética uma intensa atividade de espionagem, que é a expressão da política agressiva aplicada pelo govêrno dos Estados Unidos.

A primeiro de maio de 1960, **Powers**, com o conhecimento do Govêrno dos Estados Unidos e em missão do serviço de reconhecimento norte-americano, que realiza na prática dita política de agressão, penetrou, em um avião de reconhecimento «Lockheed U2», especialmente equipado, no espaço aéreo da U.R.S.S., a fim de recolher dados de caráter estratégico sôbre a localização das bases de foguetes, os aeródromos, a rêde de radar e outros objetivos de defesa e industriais particularmente importante da U.R.S.S., ou seja, dados que constituem um segrêdo de estado e militar da União Soviética, e, se tendo interiorizado mais de dois mil quilômetros sôbre o território da União Soviética, fotografou, por meio de uma instalação especial, uma série de objetivos anteriormente citados e gravou os sinais das estações de radar, reunindo também outros de caráter de espionagem.

O crime cometido pelo acusado Francis Gary **Powers** está incurso no artigo 2 da Lei da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas «sôbre responsabilidade penais por crimes de Estado».

A ata de acusação foi redigida em 7 de julho de 1960, na cidade de Moscou.

UNE DECRETOU GREVE NACIONAL

Os Estudantes Exigem Reforma na Universidade

Cumprindo determinação do XXIII Congresso Nacional dos Estudantes a UNE desencadeou uma greve de âmbito nacional, embora se afirmasse improvável sua aprovação pelas várias faculdades.

Na realidade, ocorreu o oposto, tendo aderido ao movimento todos os Estados, o que colocou 90.000 alunos dos estabelecimentos superiores em temporário movimento paredista.

Os motivos

A decisão do Congresso foi motivada fundamentalmente pela deficiência das universidades brasileiras, que vêm sendo criticadas por estudantes paulistas, baianos, gaúchos e mineiros, observando-se do mesmo modo uma insatisfação latente entre os estudantes dos outros Estados.

Em São Paulo, na Universidade Mackenzie, a Faculdade de Engenharia estêve em greve durante 70 dias, recebendo a solidariedade dos estudantes secundários e superiores do Estado. Combatiam os péssimos professôres e as arbitrariedades de uma administração que não é sequer brasileira. Ao lado disso, propunham melhores currículos e um ensino vinculado à realidade atual, que lhes fornecesse condições para atuar no processo nacional de desenvolvimento.

Os estudantes baianos encontram-se em greve há 60 dias por razões semelhantes, agravadas por arbitrariedades do tirânico reitor de sua Universidade, Edgar Santos. Criticam também os currículos que são obrigados a cumprir, porque entendem que o estudo acadêmico ministrado em suas escolas de nada valem para as tarefas que enfrentarão.

O mesmo espetáculo é observado em Minas onde, por falta de aparelhagem indispensável, os cursos são quase inúteis. No Rio Grande do Sul é mais grave talvez a situação, já que existe uma faculdade acabada e para ela não se destina verba, impedindo-se seu funcionamento.

Os objetivos

Fato significativo foi o irrestrito apoio prestado pelo Congresso Nacional dos Estudantes aos movimentos já em curso. Foi aprovada por unanimidade uma proposta que determinava à nova Diretoria da UNE que tentasse obter dos podêres constituídos a solução daqueles problemas. Sem o que a greve seria deflagrada. Mas não fica aí a proposta aprovada. Seus objetivos vão bem mais longe.

Além da solidariedade aos estudantes, principalmente os baianos, ameaçados até de serem metralhados, postula a crítica às estruturas vigentes nas faculdades do País — seu objetivo real é a total reforma da universidade brasileira.

Neste sentido as reivindicações mais imediatas são as alterações dos currículos, a realização de exames para preenchimento das cátedras ocupadas graças a outros expedientes, a completa autonomia das faculdades e a obrigação de que os professôres façam exames periódicos para conservar seus cargos.

Lutam ainda por verbas mais adequadas que permitam o atendimento das necessidades de aparelhamento didático, insuficiente em todos os estabelecimentos. A maioria das Escolas de Medicina, por exemplo, não dispõe de hospitais em que os alunos possam realizar seus estágios. Nas de física e química, ramos desatendidos por uma preocupação de formar bacharéis em línguas e advogados, típica de uma estrutura agrário-mercantil, inexistem quaisquer aparelhos. Não é, todavia, privilégio dessa faculdades esta situação caótica, pois em quase tôdas elas se repete.

Ora, em vista disto destina-se o movimento dos universitários a uma longa batalha que ponha côbro a todos êstes fatos. Seus objetivos são, na realidade, o reflexo das condições atualmente existentes no Brasil, em que o processo de desenvolvimento nacional ganha importância e velocidade, exigindo técnicos e pesquisadores, professôres e cientistas. No entanto, condição indispensável à formação dêstes ofícios é uma universidade voltada para a realidade objetiva, ao invés de entregue a reitores que se esforçam tãosòmente em requintes e honrarias. O que, de resto, é reconhecido pelos podêres públicos que procuram empreender a construção da Fundação da Universidade Brasília, precisamente por saber falida a orientação que vem sendo seguida.

Reforma universitária: objetivo unitário

O êxito do movimento paredista já denunciava seu caráter unitário desde a aprovação unânime em Belo Horizonte. Indicava sobretudo a urgência na solução das questões que foram levantadas no Congresso por estudantes filiados à Juventude Universitária Católica, por comunistas e socialistas, além de receber o apoio de estudantes sem filiações.

Trata-se, portanto, da realização de projetos que não são só de uns poucos, mas que, ao contrário, interessa a todos os estudantes. Pois é inegável a definição nacionalista do último Congresso, que se definiu claramente pelas posições fundamentais que empolgam o povo brasileiro e tornou sua tarefa dentro do objetivo geral a reforma universitária.

Assim é que não espanta a eclosão de um movimento que devia ser conclusório de uma luta. Os estudantes já há muito vinculados na luta comum de nosso povo apenas voltaram-se para problemas de aspecto particular, mas que em verdade são parte de tôda a campanha de emancipação nacional, contra a espoliação imperialista que no terreno próprio da formação intelectual desempenha um papel de importância ainda não avaliada, mas certamente corrosiva e imobilizante.

Situação das faculdades

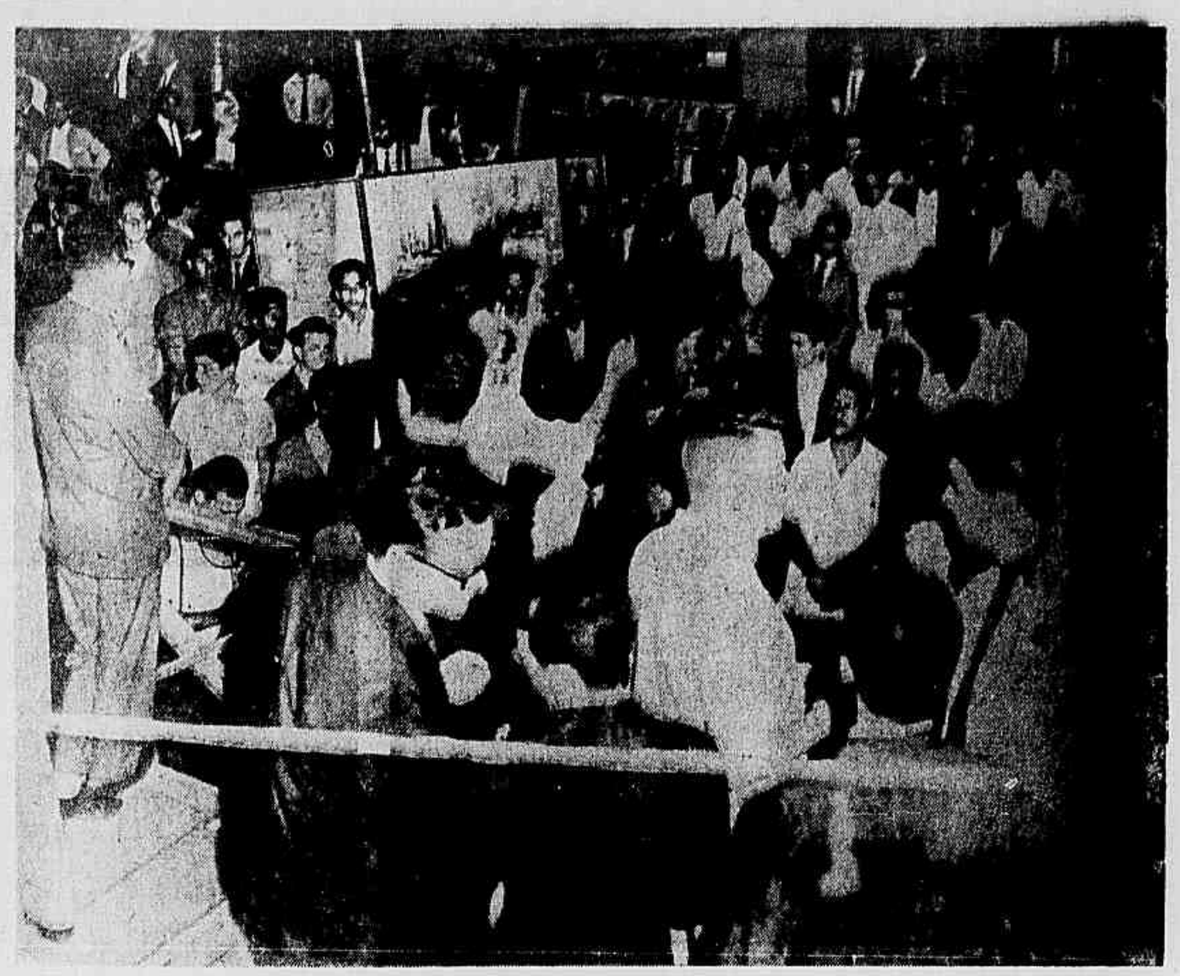
Em geral as faculdades brasileiras, contra as quais se levantam os universitários, apresentam uma nítida tendência acadêmica em que os cursos ditos humanistas existem em número sempre maior do que os técnico-científicos. Nas faculdades oficiais, por exemplo, para 541 unidades escolares apenas 101 dedicam-se a êstes estudos. Os estabelecimentos particulares, em número de 342, apresentam índice bem menor: 67 unidades.

E', portanto, desvinculada das necessidades nacionais a universidade brasileira. Acresce que as faculdades particulares recebem verbas gigantescas dos podêres públicos que atingem 4,5 bilhões de cruzeiros, enquanto às oficiais destinam-se apenas 2,5 bilhões.

Êste verdadeiro saque das faculdades privadas associado aos investimentos realizados em cursos improdutivos vem agravando de forma clara as exíguas oportunidades de formação de pessoal qualificado tècnicamente. Ademais, o número de vagas em nossas escolas superiores é muito menor do que o número de candidatos, tendo alcançado 30.000 em 1959, o que obriga a realização de vestibulares transformados em arapuca, impedindo o acesso às casas de cultura superior a perto de 100.000 jovens.

Últimamente tem-se verificado a tentativa, coroada de êxito em alguns casos, de penetração de órgãos como a Fundação Rockefeller em nossas faculdades, com evidentes objetivos de desnacionalizar nossa formação intelectual.

E' precisamente contra todos êstes desvios e carências que se levantam os estudantes universitários de todo o País, na certeza de encontrar fortes resistências, porém seguros de seu êxito.



Moralização do ensino

A mocidade estudiosa de todo o País empenha-se num vigoroso movimento de moralização do ensino universitário. Centenas de manifestações estão sendo realizadas nos centros estudantis de todos os Estados, contando com a plena solidariedade dos trabalhadores, através das suas organizações sindicais, interessados na vitória da causa dos estudantes

SOLIDÁRIOS COM OS PROFESSÔRES

Universitários Prendem Reitor e Vencem Greve em Belém do Pará

Após movimentada reunião extraordinária convocada para examinar a situação criada em tôrno da regularização de seu corpo docente, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Universidade do Pará deliberou, no dia 10 último, entrar em greve, suspendendo tôdas as suas atividades. A atitude dos professôres contou com imediata e irrestrita solidariedade dos universitários, cujas entidades representativas apoiaram desde os primeiros momentos o movimento de protesto, abandonando as aulas seus filiados, e culminou no terceiro dia, quando os estudantes, às 10 horas da manhã, prenderam na sala da Reitoria o vice-reitor, em exercício, da Universidade do Pará, que assim permaneceu até às 14 horas, quando foi desembaraçado após haver assumido vários compromissos com os professôres em greve e com os universitários em geral.

Direitos espezinhados

Como se sabe, o corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais vem recebendo, juntamente com seus colegas da Faculdade de Filosofia, um tratamento desigual e humilhante, que se prolonga indefinidamente e que se expressa inclusive no fato de que há três anos não recebem seus vencimentos. Por outro lado, conforme pronunciamento conhecido do vice-reitor Afonso Rodrigues, o grupo dominante da Universidade do Pará preconiza inclusive o fechamento de ambas Faculdades «por desnecessárias aos interêsses da Região», agravando-se nestas condições a tensão entre os seus professôres e alunos e a cúpula universitária do Estado.

Extrema-se a luta

Foi nesse clima que se iniciou o desenrolar dos acontecimentos, dia 10. Adotadas as resoluções de sua sessão extraordinária, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas divulgou uma nota oficial expondo as razões de sua atitude e denunciando a notória má vontade do Conselho Universitário, que insiste em manter sem solução problemas do mais alto interêsse do ensino e em protelar o reconhecimento de direitos gozados em casos idênticos por unidades congêneres.

Aderindo à greve dos professôres, os universitários, através da União Acadêmica Paraense e dos diretórios acadêmicos de Filosofia, Economia, Direito, Enfermagem, Serviço Social, Farmácia, Medicina, Engenharia, Agronomia, Química Industrial e Odontologia, deram envergadura total ao movimento, ganhando ao mesmo tempo as ruas da Capital numa grande passeata de protesto. A ação impatriótica da Reitoria e do Conselho Universitário da Universidade do Pará foi vigorosamente denunciada, alcançando a manifestação o seu ponto mais alto na concentração que teve lugar em frente à sede daquele órgão.

Audácia resolve

Constituída, então, uma comissão de dirigentes universitários para entrevistar-se com o Reitor Afonso Rodrigues, êste se negou peremptòriamente a receber os estudantes. Os estudantes responderam de imediato com o seu protesto, e, enquanto brados eram elevados condenando sua atitude, grupos lançavam para o interior da Universidade inúmeros cartazes, faixas e pedaços de madeira. Os estudantes fecharam ainda os portões do prédio, impedindo a entrada ou saída de qualquer pessoa, até que fôssem recebidos.

Entrementes, numerosos dirigentes da manifestação que haviam penetrado nas dependências da sede da Universidade fecharam a cadeado o Reitor Afonso Rodrigues na sala onde se encontrava, comunicando-lhe que sòmente seria sôlto quando adotasse nova posição.

Às 14 horas, isto é, quatro horas depois, o Reitor capitulou, entrando então em contacto com os grevistas, com os quais assumiu vários e importantes compromissos.

Compromissos assumidos

Nessas condições, o Conselho Universitário, que sòmente se reuniria em setembro, será convocado para o dia 19 próximo, devendo então apreciar, em primeiro lugar, as reivindicações dos professôres da Faculdade de Ciências Econômicas; serão reexaminadas várias arbitrariedades praticadas contra universitários; será assegurada a participação de um representante estudantil no Conselho; a Reitoria não permitirá novas arbitrariedades e promete, inclusive, demitir-se o Reitor caso não sejam solucionados favoràvelmente êsses problemas.

A vitória conquistada pelos professôres da Faculdade de Ciências Econômicas e pelos estudantes universitários paraenses encontra larga repercussão em todos os círculos e marca, sem dúvida, uma fase nova, de intensa atividade e de notável avanço nas lutas estudantis do Pará.

Pela greve: unanimidade

Os estudantes universitários brasileiros decretaram por unanimidade, em seu XXIII Congresso Nacional, recentemente reunido em Belo Horizonte, a greve de solidariedade aos colegas baianos, gaúchos, paulistas e mineiros, que deflagraram o movimento paredista visando moralizar as universidades a que pertencem, onde campeia o descalabro administrativo. As fotos que ilustram essa página nos mostram aspectos do comício realizado na praça Marechal Floriano, onde os jovens acadêmicos deram conta ao povo carioca de seu movimento grevista

Paulistas Aderem em Massa ao Movimento Paredista da UNE

Comprindo resolução do último congresso da U.N.E. os universitários paulistas entraram em greve no dia 12 último, hipotecando irrestrito apoio às reivindicações de colegas de várias escolas de todo o país. O movimento paredista foi decretado em reunião realizada na U.E.E. no dia 11 p.p., em que presidentes de centros acadêmicos de todo o Estado aprovaram por unanimidade proposta de greve de 5 dias. Nesse sentido foram enviadas mensagens aos universitários de outros municípios, notificando-lhes da resolução adotada.

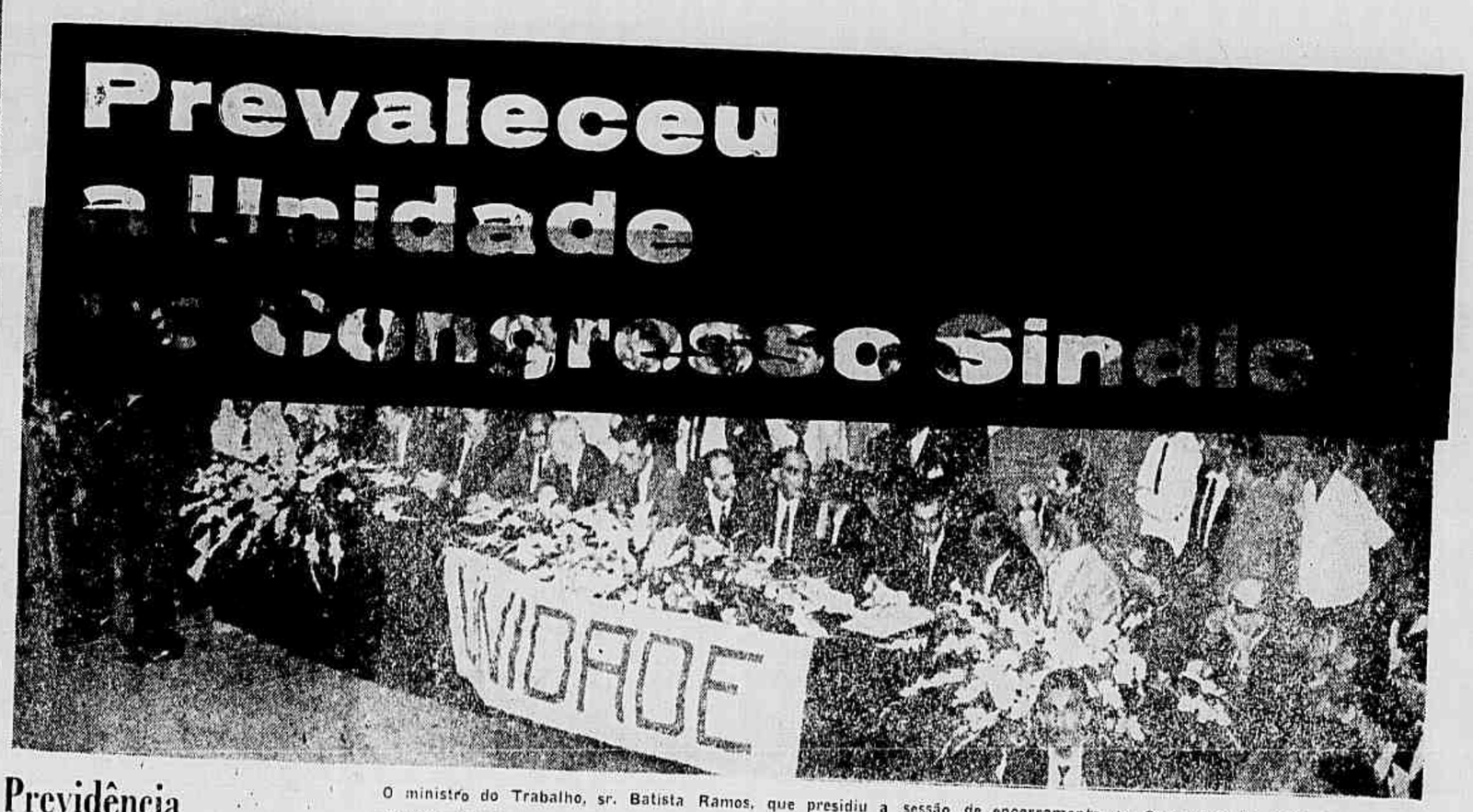
Apoio maciço

Tão logo a greve foi decretada, as várias agremiações estudantis de São Paulo redigiram e divulgaram comunicados à imprensa, aderindo ao movimento e informando da deliberação da UNE e o seu XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em Belo Horizonte, refletido na greve de advertência. Consideraram-na como protesto pelos descalabros registrados há longo tempo em em várias Universidades do país, notadamente na Bahia, Minas, São Paulo, (Mackensie) e Rio Grande do Sul. Entre os emissários que logo no primeiro dia de greve trouxeram sua adesão à UEE, em nome de seus centros acadêmicos, destacaram-se os representants da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo; Medicina, de Sorocabo; Direito, de Sorocaba; Paulista de Medicina. Filosofia São Bento, Ciências Econômicas da Universidade Católica; Jornalismo Casper Libero; Engenharia Industrial de São Paulo; Sociologia e Política de São Paulo; Direito, de Santos; Filosofia, da Universidade Católica; Escola de Serviço Social; Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo; Arquitetura, Engenharia, Politécnica, Direito e Economia Mackensie, diretório central dos estudantes das Universidades de São Paulo, Católica e Mackensie.

O ministro foi e gostou

O ex-deputado Lutero Vargas, o deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara Federal, e o ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, ao lado do líder sindical Huberto Menezes, foram alvo de calorosos aplausos dos congressistas.

Prevaleceu a Unidade no Congresso Sindic

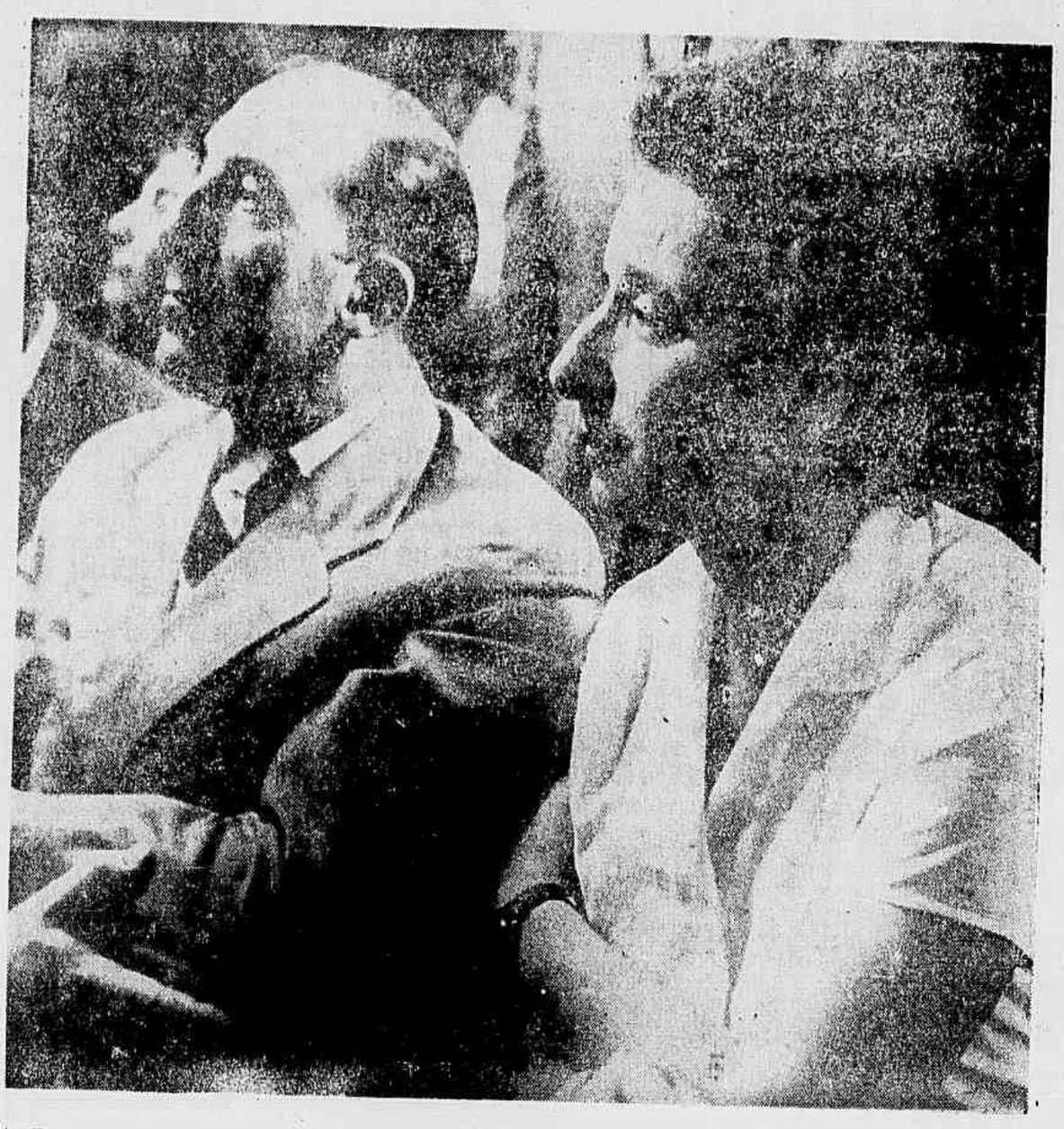


Previdência sem vetos

O ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, que presidiu a sessão de encerramento do Congresso em nome do sr. João Goulart, anunciou aos congressistas que é propósito manifesto do Presidente da República sancionar, sem nenhuma alteração fundamental, a Lei Orgânica da Previdécia Social. O ministro Batista Ramos, que, quando líder do PTB na Câmara foi o relator do substitutivo, vitorioso em suas linhas gerais, convidou uma delegação de congressistas para que fôsse com ele a Brasília, avistar-se com o presidente JK, e assistir à sanção da Lei Orgânica

A unidade prevaleceu

Na Comissão que estudou as teses relacionadas com a estrutura do movimento sindical brasileiro e as suas relações internacionais foi onde se verificaram os mais calorosos debates. Nessa Comissão (foto) destacaram-se os líderes Dante Pelacani, Roberto Morena, Benedito Cerqueira, Aluísio Palhano e outros, que contribuiram para a unidade e o êxito dos trabalhos



A FSM estêve presente

Marcel Bras, secretário da Federação Sindical Mundial, e Jacqueline Levy, representante da FSM junto à UNESCO, trouxeram aos trabalhadores brasileiros o abraço fraternal de 120 milhões de operários filiados à sua entidade. Os representantes da ORIT e da CIOSL, embora convidados, negaram-se a participar da mesa, num gesto inamistoso para com as entidades sindicais brasileiras

NOVOS RUMOS

Salário mínimo sem demora

As resoluções do III Congresso Sindical Nacional foram aprovadas por unanimidade na sua sessão solene de encerramento, realizada no Teatro João Caetano, que ficou com as suas dependências superlotadas. Uma das importantes decisões foi a de pleitear a imediata revisão dos atuais níveis de salário mínimo, que já foram ultrapassados pelo brutal encarecimento do custo da vida. Nessa proposição os congressistas sugeriram a inclusão de [illegible] os cálculos dos novos salários, de modo a atender às reais necessidades do trabalhador

Aplausos a Cuba

A moção de solidariedade a Cuba, como tôdas as resoluções do Congresso, foi aprovada sob calorosos aplausos da imensa massa de trabalhadores que lotava completamente as dependências do Teatro João Caetano